

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIENCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

JULIANA CARLA MUTERLLE

**TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA ENTRE OS AGRICULTORES
FAMILIARES NA REGIÃO DO VALE DO RIBEIRA, ESTADO DO PARANÁ.**

**PONTA GROSSA
2013**

JULIANA CARLA MUTERLLE

**TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA ENTRE OS AGRICULTORES
FAMILIARES NA REGIÃO DO VALE DO RIBEIRA, ESTADO DO PARANÁ.**

Dissertação apresentada para obtenção do título de
mestra, na Universidade Estadual de Ponta Grossa,
no programa de Pós-Graduação em Geografia,
mestrado em Gestão do Território.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves
Cunha

**PONTA GROSSA
2013**

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

M992 Muterlle, Juliana Carla
Territorialização da agroecologia entre
os agricultores familiares na Região do
Vale do Ribeira, Estado do Paraná/ Juliana
Carla Muterlle. Ponta Grossa, 2013.
135f.

Dissertação (Mestrado em Gestão do
Território - Área de Concentração: Gestão
do Território), Universidade Estadual de
Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alexandre
Gonçalves Cunha.

1.Agroecologia. 2.Política Pública.
3.Território Rural. 4.Vale do Ribeira -
Paraná. I.Cunha, Luiz Alexandre Gonçalves.
II. Universidade Estadual de Ponta
Grossa. Mestrado em Gestão do Território.
III. T.

CDD: 630.274.5

TERMO DE APROVAÇÃO

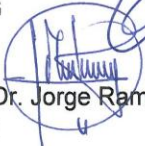
Juliana Carla Mutterle

“TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA ENTRE OS AGRICULTORES FAMILIARES NA REGIÃO DO VALE DO RIBEIRA, ESTADO DO PARANÁ”

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território, Setor de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:


Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha
UEPG


Prof. Dr. Jorge Ramón Montenegro Gómez
UFPR


Prof. Dr. Nicolas Floriani
UEPG

Ponta Grossa, 18 de dezembro de 2012.

Dedico esse trabalho aos meus pais, Nair e Osório; as minhas *mamys* do coração, Jandira e Maria; ao meu companheiro Wilson e ao meu filho Pedro.

AGRADECIMENTO

Ao Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha, pelas orientações e paciência.

À Universidade Estadual de Ponta Grossa e a seus professores que contribuíram na minha formação, em especial: Prof^a. Dr^a. Cicilian Luiza Löwen Sahr, Prof. Dr. Edivaldo Lopes Thomaz, Prof^a. Dr^a. Joseli Maria da Silva, Prof. Dr. Nicolas Floriani, Prof^a. Dr^a. Silvia Méri Carvalho, Prof. Dr. Wolf Dietrich Gustav Johannes Sahr.

Ao Prof. Dr. Nicolas Floriani e à Prof^a Dr^a Danuta Estrufika Cantóia Luiz, por suas sugestões e contribuições durante a qualificação.

Aos meus antigos e novos colegas da Equipe de Geografia, do Departamento de Educação Básica, da Secretaria de Estado de Educação do Paraná: Valquíria, Gisele, Marcio, Rosa, Cícero, Cris, Simone e Tatiane.

As amigas Ângela e Sandra, pelas discussões sobre o trabalho, nas quais não pouparam as críticas voltadas ao aperfeiçoamento da pesquisa.

À Cleci e à Vilma pelas correções realizadas.

Ao Marcelo Passos e ao Mario Sfalcin Barbarioli (AOPA), pelas informações.

Aos agricultores e agricultoras do Vale do Ribeira que muito colaboraram para a concretização desse trabalho.

Ao Joaquim Raussis, ao Natanael Cardoso e ao Gilmar Stresser, pelas contribuições valiosas sobre o Território Rural do Vale do Ribeira.

A você, meu filho Pedro Henrique, que, em todos os momentos nos quais estive trancada estudando, vinha me dar um abraço ou perguntar se eu o amava.

Ao meu companheiro Wilson José Vieira que demonstrou todo o seu carinho e respeito durante esse momento.

Agradeço a todos os demais não citados e que colaboraram para a concretização dessa pesquisa.

“Caminhante no hay camino, se hace caminho al andar...”
(Antonio Machado)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	- Mapa do Território Rural do Vale do Ribeira – PR.....	22
QUADRO 1	- Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento.....	25
FIGURA 2	- Vista parcial do município de Cerro Azul.....	34
QUADRO 2	- Instrumentos de ação para a Política de Desenvolvimento Rural.....	45
FIGURA 3	- Mapa dos Territórios Rurais – 2005.....	49
QUADRO 3	- Quadro comparativo das propostas da Agricultura Familiar... Novo Rural, de 1999, e das Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil, de 2005.....	51
FIGURA 4	- Mapa dos Territórios Rurais no Brasil – 2009.....	54
FIGURA 5	- Trechos de estradas rurais em Adrianópolis.....	58
FIGURA 6	- Vista parcial de estrada rural em Cerro Azul – PR.....	59
QUADRO 4	- PNATER / 2010.....	63
FIGURA 7	- Mapa dos Territórios Rurais na Região Sul.....	70
QUADRO 5	- Visão de Futuro.....	72
FIGURA 8	- Mapa da Localização da produção orgânica no Paraná.....	84
FIGURA 9	- Mapa das Rotas do círculo de comercialização da Rede Ecovida.....	88
FIGURA 10	- Mapa dos Territórios Rurais apoiados no Estado do Paraná.....	93
FIGURA 11	- Modelo de Croqui.....	98
FIGURA 12	- Ocupação, Terra, Estrutura Fundiária e Produção Agrícola.....	104

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	- Vale do Ribeira em números.....	55
TABELA 2	- Estabelecimentos rurais	95
TABELA 3	- Agricultores associados ao Núcleo Maurício Burmester do Amaral	99
TABELA 4	- Produção Agrícola – Território Rural do Vale do Ribeira	105
TABELA 5	- Produção no Território Rural do Vale do Ribeira, Agricultores cadastrados na AOPA	106
TABELA 6	- Módulo Fiscal - Território Rural do Vale do Ribeira	107

LISTA DE SIGLAS

AOPA	-	Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia
APEP	-	Associação dos Produtores Ecológicos de Palmeira
APOMOP	-	Associação dos Produtores Orgânicos do Médio Oeste do Paraná
ASSTRAF	-	Associação Sindical dos Trabalhadores Rurais da Agricultura
ATER	-	Assistência Técnica e Extensão Rural
CEASA	-	Central de Abastecimento do Paraná
CEDRAF	-	Conselho Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar
CENATER	-	Central das Cooperativas de Acompanhamento Técnico e Extensão Rural do Estado do Paraná
CMDS	-	Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável
COFAECO	-	Cooperativa das Famílias Agroecológicas
CONDRAF	-	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
COOPERIGUAÇU	-	Cooperativa Iguaçu de Prestação de Serviços
CPRA	-	Centro Paranaense de Referência em Agroecologia
CRESOL	-	Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária
DESER	-	Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais
DETI	-	Departamento de Educação e Trabalho, da SEED
EBAA	-	Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa
ECOTERRA	-	Associação Regional de Cooperação e Agroecologia de Erechim
EMATER	-	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	-	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	-	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FEPAR	-	Faculdade Evangélica do Paraná
FNMA	-	Fundo Nacional do Meio Ambiente
IDESC	-	Instituto para o Desenvolvimento e Cidadania do Vale do Ribeira

IICA	- Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização para a Reforma Agrária
IAPAR	- Instituto Agrônômico do Paraná
MA	- Ministério da Agricultura e do Abastecimento
MDA	- Ministério do Desenvolvimento Agrário
NEAD	- Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
OMS	- Organização Mundial da Saúde
PAA	- Programa de Aquisição de Alimentos
PMDS	- Planejamento Municipal do Desenvolvimento Sustentável
PNATER	- Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF	- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT	- Programa Nacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável
PRONATER	- Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária
PTDS	- Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável
PTDRS	- Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável
RMC	- Região Metropolitana de Curitiba
SAF	- Secretaria de Agricultura Familiar
SDT	- Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEBRAE	- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresa
SEED	- Secretaria de Estado de Educação
SETI	- Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
SINTRAF	- Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
SGE	- Sistema de Gestão Estratégica
SMAB	- Secretaria Municipal de Abastecimento
SRA	- Secretaria de Reordenamento Agrário
TECPAR	- Instituto de Tecnologia do Paraná
TRVR	- Território Rural do Vale do Ribeira
UFPR	- Universidade Federal do Paraná

UNESCO

- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

RESUMO

O objetivo desta dissertação é analisar a territorialização da agroecologia entre os agricultores familiares na região do Vale do Ribeira, Estado do Paraná. Para isso, considerou-se a implementação do Território Rural, proposto como política pública pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Foram discutidos os conceitos de desenvolvimento e território, subsidiando a compreensão da formação dos Territórios Rurais, além da realização de análises dos documentos disponibilizados pelo MDA. Paralelamente a essas análises, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com agricultores, agricultoras, membros do Conselho Gestor do território, membros da CRESOL e da AOPA, confrontando as falas com um dos os objetivos elencados nessa política pública que é o de promover o desenvolvimento sustentável do Território Rural, elevando o nível de riqueza e da qualidade de vida da população. Além disso, discutiu-se a agroecologia como um elemento colaborador para o desenvolvimento sustentável. Demonstrou-se como o incentivo para a transposição de uma propriedade convencional para uma propriedade dentro dos princípios agroecológicos é intensificada pela atuação de algumas ONGs, como a AOPA e com o Pronaf-Agroecologia. Como resultado da pesquisa, foram observadas as dificuldades na materialização dessa política e as dificuldades enfrentadas pelos agricultores do Vale do Ribeira, Estado do Paraná. A territorialização da agroecologia ocorre de forma lenta, pois o tempo de transposição da agricultura convencional para uma agricultura dentro dos princípios agroecológicos é relativamente longo, exigindo conhecimento e muito tempo de trabalho.

Palavras-chave: Agroecologia. Política Pública. Território Rural. Vale do Ribeira – Paraná.

ABSTRACT

The aim of this dissertation is to analyze the Agroecology territorialization among family farmers in Vale do Ribeira region, Paraná State. For this, it was considered the implementation of Rural Territory , proposed as public policy by the Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Development and territory concepts were discussed, supporting the understanding of the Rural Areas formation, in addition to performing analysis of documents provided by MDA. At the same time, semi-structured interviews with farmers, Managing Council of the territory's members, CRESOL and AOPA's members were conducted, confronting the lines with one of the objectives listed in this public policy. In other words, the objective to promote the sustainable development of Rural areas, raising the level of wealth and quality of population's life. Moreover, discussed Agroecology as a contributing element for sustainable development.

It was demonstrated how the incentive to transpose a conventional property to a agroecological property considering its principles is intensified by the activities of some ONGs as a AOPA and by Pronaf-Agroecology activities. As a result of the research, the difficulties in materialization of this policy and the difficulties faced by farmers in vale do Ribeira, Paraná State of Paraná were observed. The Agroecology territorialization occurs slowly, because time of transposing from a conventional property to an Agroecological one is relatively long, demanding knowledge and long working

Keywords: Public Policy. Rural Territory. Vale do Ribeira - Paraná. Agroecology.

SUMÁRIO

Introdução.....	13
CAPÍTULO 1 - Fundamentos conceituais que embasam as políticas públicas voltadas ao território.....	18
1.1 Desenvolvimento	18
1.2 Território e suas diferentes visões	29
CAPÍTULO 2 - A política pública de desenvolvimento territorial rural e as práticas agroecológicas	42
2.1 A política de desenvolvimento territorial rural proposta pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário	42
2.2 Da 1ª Conferência Regional de desenvolvimento sustentável do Vale do Ribeira ao portal do MDA e a agroecologia	73
CAPÍTULO 3 - A presença da agroecologia no Território Rural do Vale do Ribeira	77
3.1 Definição e origem da agroecologia	77
3.2 A agroecologia no Paraná	83
3.3 As características do Vale do Ribeira.....	92
3.4 Os agricultores agroecológicos do Vale	96
3.5 Potencial endógeno do Território Rural do Vale do Ribeira	103
Conclusão	115
Referências	122
Apêndice A - Entrevista para os agricultores que desenvolvem a agricultura voltada aos princípios da Agroecologia	132
Apêndice B - Entrevista voltada aos membros do Conselho Gestor do Território Rural do Vale do Ribeira	134

INTRODUÇÃO

O Vale do Ribeira, no estado do Paraná, corresponde a uma área de 6.093,55 quilômetros quadrados. A região esteve historicamente isolada principalmente por seu relevo dobrado, parte dele entalhado pelo rio Ribeira, compondo uma paisagem montanhosa recente (MAACK, 2002). Além do isolamento decorrente da falta de condições das estradas que ligam, de forma precária, as comunidades da região, o sistema de telefonia é ineficiente ampliando ainda mais o isolamento dessas comunidades.

A região localiza-se ao norte da capital paranaense (Curitiba) e é formada pelos municípios de Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná. Segundo dados disponibilizados pelo IBGE, parcela significativa da população do Vale do Ribeira vive na área rural, o que corresponde a 44,76%, dos aproximadamente 99.319 habitantes. De acordo com o Censo Agropecuário do IBGE, a região tem 5.596 estabelecimentos que desenvolvem a agricultura familiar, de acordo com a Lei 11.326¹, ocupando uma área de 59.839 hectares. Os estabelecimentos considerados “Não Familiares” totalizam 902, ocupando uma área aproximadamente três vezes maior que os demais, o que corresponde a 156.891 hectares. (IBGE, 2006).

Dentre as atividades econômicas da região está a agricultura familiar e a extração mineral e vegetal. A economia tem na agricultura a sua atividade produtiva de maior destaque. Considerando as atividades desenvolvidas na região, Fonte (2006) enfatiza que se apresenta estagnada economicamente e com um baixo desenvolvimento social.

Considerando as características apresentadas pela região do Vale do Ribeira, ou seja, a predominância de agricultura familiar, densidade demográfica menor de 80 habitantes por km² e população média por município de até 50.000 habitantes, a região foi integrada à política pública do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por intermédio da Secretária de Desenvolvimento Territorial (SDT).

¹ - A Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, define: a área do estabelecimento ou empreendimento rural não excede quatro módulos fiscais; a mão de obra utilizada nas atividades econômicas desenvolvidas é predominantemente da própria família; a renda familiar é predominantemente originada dessas atividades; e o estabelecimento ou empreendimento é dirigido pela família. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/default.shtm. Acesso: 05 jan. 2011.

No ano de 2003, o MDA propôs uma política nacional de apoio ao desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, reconhecendo a importância da agricultura familiar e do acesso à terra. Tal política tinha como objetivo enfrentar os problemas de má distribuição de renda e do acesso limitado aos serviços de apoio à produção, em função do lento avanço dos Indicadores de Desenvolvimento, com o intuito de promover o desenvolvimento dos territórios em que predominam os agricultores familiares.

Considerando que essa política pública tem como o objetivo o desenvolvimento sustentável, as práticas agroecológicas podem ser consideradas como um elemento de inovação em áreas rurais, uma vez que busca viabilizar projetos alternativos de desenvolvimento rural com base em uma nova racionalidade ambiental, distinta daquela colocada pelo latifúndio monocultor. É importante destacar que o desenvolvimento depende de alguns fatores, entre eles as políticas voltadas ao território.

Portanto, nessa dissertação busca-se analisar a territorialização da agroecologia entre os agricultores familiares na região do Vale do Ribeira, estado do Paraná. Considerando para isso a implementação do Território Rural do Vale do Ribeira, proposto como política pública do MDA. Assim, a questão que direciona a investigação é: Como ocorre a territorialização das práticas agroecológicas especialmente no Território Rural do Vale do Ribeira?

Para responder a essa questão foram necessárias as seguintes ações: analisar os conceitos que envolvem o entendimento de desenvolvimento e território, compreender a política pública proposta na organização Território Rural e a presença das práticas agroecológicas, analisar como elas estão inseridas na política pública do Território Rural do Vale do Ribeira, estado do Paraná.

Para atingir os objetivos propostos, algumas questões foram elaboradas para nortear a investigação:

1. Quais são os fundamentos teóricos e conceituais que embasam as Políticas Públicas voltadas ao território?
2. De onde derivam as políticas públicas dos territórios rurais? Como ocorre esse processo?
3. Como se apresenta a agroecologia na política pública dos Territórios Rurais?
4. O que se entende por agroecologia?

5. De que forma os agricultores organizam suas propriedades dentro dos princípios agroecológicos?

6. Quais os motivos da escolha das práticas agroecológicas e não outro sistema de plantio e organização das propriedades rurais no Vale do Ribeira?

A primeira questão foi respondida no primeiro capítulo, no qual foi trabalhado o conceito de desenvolvimento, embasado em Maluf (2000), Brumer e Tavares dos Santos (2006), Souza (1996, 2005), Cunha (1998, 2003), Montenegro Gómez (2006), Boisier (1999), Esteva (2000) e González (2005). Através desses pesquisadores, o conceito de desenvolvimento foi descrito desde as concepções tradicionais, as críticas e alternativas, além das questões de homogeneização e cultura que envolve o debate. A compreensão do conceito de território foi buscada nos trabalhos de Souza (2007), Moraes (1990), Cunha, (2007) Raffestin (1993), Haesbaert (1997, 2006, 2007), Saquet (2007), Wanderley (2000), Abramovay e Beduschi (2004), Abramovay (1998, 2000) e Schneider (2004). A finalização desse capítulo ocorreu com o texto sobre o desenvolvimento territorial a partir dos trabalhos dos pesquisadores Cunha (2008), Saquet e Sposito (2008), Saquet (2004) Schneider (2009), Boisier (1999), Santos e Marschner (2008).

Assim, o capítulo um apresenta a fundamentação teórica, a partir de pesquisa bibliográfica, a fim de entender os conceitos de desenvolvimento e território, formando o arcabouço teórico da pesquisa, colaborando na análise dos documentos do governo federal, a fim de compará-los posteriormente com as entrevistas realizadas.

As questões dois e três foram trabalhadas no segundo capítulo que analisa como está inserida a agroecologia nas políticas públicas e o(s) objetivo(s) do governo na elaboração das mesmas. Para compreender a política proposta pelo governo federal, na organização dos Territórios Rurais no Brasil, no capítulo dois foram analisados os seguintes documentos disponibilizados: Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural: política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado, em versão preliminar (1999); Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil (2005); Orientações gerais para a elaboração e qualificação do PTDRS: guia de planejamento territorial, (2010). Juntamente com essa documentação, também foi analisado o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (PTDS) do Vale do Ribeira (2006) e o documento

intitulado Visão do Futuro: Projeto Vale do Ribeira Sustentável, do Fórum do Desenvolvimento Territorial do Vale do Ribeira. Paralelamente à documentação analisada, foi dada voz aos atores sociais entrevistados, confrontando a teoria e a prática.

No terceiro capítulo foram abordadas as questões quatro, cinco e seis. A partir dessas questões procura-se definir o conceito de Agroecologia e o que se entende por agricultura alternativa, contextualizando o Paraná e o Vale do Ribeira no que se refere à produção agroecológica foram analisadas as atuações de algumas instituições no fortalecimento do movimento. Para verificar o papel das práticas agroecológicas no Vale do Ribeira, buscou-se analisar os documentos que fazem parte dessa política, levantar dados junto a Associação de Agricultura Orgânica no Paraná (Aopa), para identificar os agricultores agroecológicos, o que produzem e como organizam suas propriedades.

Somente a análise de documentos não seria suficiente para responder aos questionamentos, foi necessária a realização de entrevistas. Optou-se por entrevistas semi-estruturadas, com a elaboração de questões previamente definidas. Pelas condições limitantes de tempo, espaço e de recursos financeiros para a realização da pesquisa, foi trabalhado com um sistema de amostragem e representatividade qualitativa. As entrevistas semi-estruturadas, oportunizam a discussão e elucidação das questões que não ficam claras, a fim de atingir os objetivos propostos, promovendo o diálogo entre o entrevistador e o entrevistado, favorecendo as respostas espontâneas e a possibilidade de elaboração de perguntas adicionais. (BONI; QUARESMA, 2005)

Considerando a importância das entrevistas semi-estruturadas, foram feitas “[...] transcrições completas de parte das entrevistas ao corpo do relatório de pesquisa, para que o “leitor possa ter acesso ao chamado “material bruto” e tirar suas conclusões [...]” (DUARTE, 2002, p.149)

Com a finalização das transcrições das entrevistas, foram analisados os documentos e procedeu-se à leitura dos dados, bem como a sua revisão, pois

Muitos problemas podem ser identificados no roteiro das entrevistas quando elas saem do papel (ou do computador) e ganham significado na interação entrevistador/entrevistado. Por essa razão, este deve ser um instrumento flexível para orientar a condução da entrevista e precisa ser periodicamente revisto para que se possa avaliar se ainda atende os objetivos definidos para aquela investigação. (DUARTE, 2002, p.150).

Foram entrevistados dois membros do Conselho Gestor do Território Rural do Vale do Ribeira, o diretor-presidente da Cresol (Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária) de Rio Branco do Sul/PR e um dos coordenadores da Associação de Agricultores Orgânicos do Paraná (AOPA). A opção por esses sujeitos foi pela atuação deles na implementação do Território Rural, no incentivo aos agricultores em participar do entendimento da política pública, dos cursos de formação e aprimoramento e no incentivo às práticas agroecológicas.

As entrevistas se estenderam a mais oito (08) agricultores e agricultoras agroecológicos. A escolha desses ocorreu pelo fato de fazerem parte da AOPA, sendo seis deles com as propriedades localizadas no Distrito de São Sebastião da Bomba, no município de Cerro Azul e dois no município de Rio Branco do Sul, respectivamente na comunidade do Jacaré e do Capiru Boa Vista. Essa indicação ocorreu devido à participação dos grupos nas discussões sobre o Território Rural do Vale do Ribeira, sobre a organização das propriedades e a comercialização do que produzem. No momento em que os dados foram analisados, junto a AOPA, havia um total de vinte e oito (28) cadastros de agricultores, divididos em quatro grupos pertencentes ao Território Rural do Vale do Ribeira.

Optou-se pela utilização do termo *entrevistado* para todos os sujeitos entrevistados: os agricultores, agricultoras, membros do Conselho Gestor do Território Rural do Vale do Ribeira, Diretor-Presidente da CRESOL, membros da AOPA. As entrevistas foram transcritas na íntegra, respeitando a fala de todos os atores sociais, portanto podem apresentar inadequações em relação à norma culta da língua portuguesa.

Assim, a pesquisa buscou relacionar os conceitos que contribuem para o entendimento das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável, analisando, paralelamente a isso, as falas dos atores sociais. Dessa forma, integrando a política elaborada pelo governo federal e sua materialização no território, com a vinculação da agroecologia a essa discussão, pode-se concluir que essa forma de produção agrícola é uma possibilidade que viabiliza o desenvolvimento de forma mais sustentável, a melhoria da qualidade de vida desses agricultores e sua sobrevivência nesse território.

CAPÍTULO 1 - FUNDAMENTOS CONCEITUAIS QUE EMBASAM AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO TERRITÓRIO

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), desde 2003, iniciou ações para auxiliar na organização dos Territórios Rurais no Brasil, formados por municípios que apresentam um perfil rural. A proposta do MDA (2005, p.6) “[...] é apontar para uma nova maneira de conceber e implementar as políticas públicas que enfatizem o ‘desenvolvimento rural sustentável’ como elemento propulsor de mudanças sociais importantes.” O MDA utiliza o conceito de território e desenvolvimento nos documentos oficiais dessa política. Para melhor entender esses conceitos, optou-se primeiramente em discuti-los a partir de alguns pesquisadores como Claude Raffestin (1993), Rogério Haesbaert (1997, 2007), Ricardo Abramovay (1998, 2000, 2004), Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2000), Luciano Zanetto Pessoa Candioto (2004), Marcelo Lopes de Souza (2007), Sergio Schneider (2004) e Luiz Alexandre Gonçalves Cunha (2007, 2008).

Assim, o objetivo deste capítulo foi discutir os conceitos de *desenvolvimento* e *território* subsidiando a análise da proposta dos Territórios Rurais. Tornou-se necessária a ampliação do conceito de desenvolvimento, esse foi entendido em contraposição à visão meramente econômica, relacionando-o a outras dimensões que o compreendem: econômica, social, política e cultural.

1.1 DESENVOLVIMENTO

Desenvolvimento, desenvolver, em desenvolvimento são palavras que fazem parte do cotidiano de nossa sociedade. Mas o que realmente é ser desenvolvido? Geralmente entende-se por desenvolvido a transposição ou superação de barreiras. A palavra, com frequência, é associada às questões econômicas, mas é insuficiente indicar apenas uma dimensão para definir de forma conceitual o que é desenvolvimento.

O entendimento do termo desenvolvido passou por uma transformação no momento em que Harry S. Truman, em seu discurso de 20 de janeiro de 1949, salientou a importância dos Estados Unidos na condução de programas ousados e modernos, levando o crescimento e o progresso às áreas subdesenvolvidas. (ESTEVA, 2000)

Dessa forma, seria possível afirmar que todo o crescimento econômico leva ao desenvolvimento? E que todos os projetos cujos objetivos se concentram no desenvolvimento, proporcionam o crescimento econômico? Assim como todo o crescimento econômico beneficia a população? São questões que refletem as discussões que envolvem a ideia de crescimento e desenvolvimento.

Entre as questões teóricas e sua materialização no espaço geográfico há uma diferença, passível de análise, pois, segundo os que faziam a apologia do capital, teoricamente, o desenvolvimento levaria ao crescimento econômico, proporcionando benefícios à população, ou seja, quando se organiza um projeto voltado ao desenvolvimento, o mesmo prevê o crescimento econômico, mas nem sempre isso ocorre. (MALUF, 2000)

Na relação entre crescimento e desenvolvimento, a América Latina serve de exemplo, sua realidade é marcada por desigualdades e carências. Torna-se importante discutir sobre o dinamismo econômico e a equidade de renda, considerando que a principal busca para o crescimento econômico é o enfrentamento da pobreza e, em alguns momentos, é o único objetivo a ser perseguido.

No processo de modernização conservadora pelo qual passou o Brasil, após os anos 1950, desenvolvimento era sinônimo de industrialização, reflexo da modernização da sociedade. Assim, a

[...] raiz comum entre desenvolvimento e modernidade evidencia-se nas promessas de rupturas e profundas transformações que ambas as noções carregam, a primeira (desenvolvimento) constituindo-se numa das materializações possíveis da segunda (modernidade), com a idéia de progresso conferindo um sentido positivo a ambas. (MALUF, 2000, p. 66).

A vinculação de desenvolvimento e industrialização valorizando a atividade industrial em detrimento da agricultura ocorreu no momento em que o rural passava por um processo de transformação, no qual os agricultores precisaram adaptar-se também à modernização conservadora do campo. No Brasil, a partir da década de

1970, o modelo de desenvolvimento assentou-se na modernização da agricultura, o que refletiu na reestruturação das lógicas produtivas e sociais do campo.

Nesse mesmo período (década de 1970), o Paraná Tradicional², recebe influências das políticas de modernização agrícola tanto em âmbito estadual, como as implementadas pelo governo federal. Essas políticas apresentavam um enfoque homogeneizador, desconsiderando a *diversidade territorial* e valorizando mais os elementos exógenos, isso é, desconsiderando o potencial endógeno da região. Nas palavras de Cunha (2003, p. 60):

O processo histórico-geográfico do Paraná Tradicional continua a sua evolução recebendo influências marcantes a partir da década de 1970 dadas, em primeiro lugar, pelo projeto paranaense de desenvolvimento definido no âmbito estadual. Em segundo lugar, pela política de modernização agrícola implementada sob a liderança do governo federal. Por último, pelos programas governamentais de desenvolvimento rural implementados no Paraná a partir da década de 1980. Todos esses elementos exógenos fundamentavam-se num enfoque homogeneizador e davam pouca ou nenhuma importância a endogeneidade [...]. Isso resultou numa desconsideração com a diversidade territorial fundamental do estado baseada na existência de três grandes regiões ou territórios no interior do Paraná.

Abrindo discussões sobre o futuro da pequena produção e sua subordinação à produção capitalista, Brumer e Tavares dos Santos (2006, p.56-57) afirmam que esse

[...] tipo de abordagem foi predominante entre os que examinaram a relação do pequeno produtor com a agroindústria, em estudos de caso envolvendo produtos tais como uvas, aves, suínos, fumo, soja, leite e cana-de-açúcar [...] por um lado, como o excedente econômico gerado na agricultura é transferido para o setor não agrícola da economia e, por outro lado, os vínculos existentes entre a pequena produção e as indústrias processadoras, verificando que esta vinculação reflete uma relação de dominação – subordinação entre os dois setores.

Tal situação foi confirmada em visita a uma propriedade no município de Itaperuçu/ PR, o agricultor relatou que passou pelo processo de integração da produção a uma indústria alimentícia. Como havia um contrato entre ambos, a indústria definia o que deveria ser plantado e para quem seria a entrega da produção. A vantagem de manter-se em parceria com a empresa era a garantia da comercialização pelo recebimento da produção, as principais desvantagens eram o

² O Paraná Tradicional compreende uma das três grandes regiões do Paraná e é subdividido em mesorregiões: Centro-Sul, Sudeste, Centro Oriental e Metropolitana. (CUNHA, 2003). A pesquisa está voltada ao Território do Vale do Ribeira localizado na mesorregião Metropolitana.

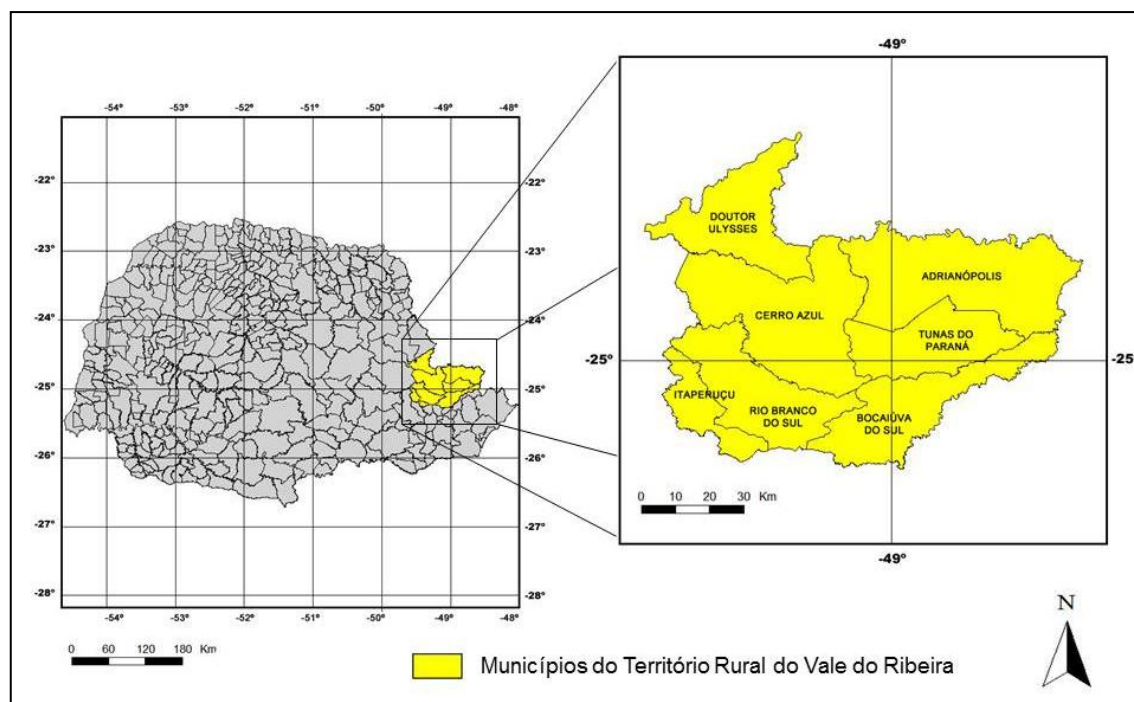
enfraquecimento do solo e os problemas vinculados ao uso excessivo de produtos químicos. Assim, pode-se perceber que estar vinculado à indústria para muitos agricultores não é garantia de melhoria das condições de vida, isso porque os problemas de saúde gerados pelo uso excessivo de agroquímicos e o aumento nos investimentos para a recuperação do solo ampliavam o percentual de desvantagens em relação às vantagens adquiridas.

Para Maluf (2000, p. 56) o

[...] crescimento econômico não ser receita suficiente para enfrentar a desigualdade e a pobreza é amplamente confirmado por pesquisas que, pelo método das correlações estatísticas, revelam, de um lado, não ser possível estabelecer um claro impacto (positivo e negativo) sistemático, no tempo, do crescimento econômico no grau de equidade.

Desse modo, evidencia-se que o crescimento econômico não é suficiente para reduzir a pobreza e a desigualdade econômica. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2010), as desiguais condições de vida no Brasil acabam por corroer 1/5 do padrão de desenvolvimento do país. Em novo estudo, no qual o cálculo do IDH-D (Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade) continua considerando: renda, saúde e educação, porém, ajustado à desigualdade, com dados de 2008, o Brasil estaria como o IDH-D em 0,629, sem o ajuste de desigualdade, estaria com 0,777. No ranking, o Brasil fica em oitavo lugar na América Latina. O que mais pesa sobre o IDH-D brasileiro é a desigualdade de renda, seguido de educação e saúde. Na América Latina a tendência é a mesma, porém, com uma menor intensidade. Os dados demonstram que as desigualdades socioeconômicas apresentam graves efeitos no padrão de vida das pessoas, o que foi possível constatar também no Território Rural do Vale do Ribeira (Figura 1), com um IDH que varia de 0,627 a 0,719.

Figura 1 – Mapa do Território Rural do Vale do Ribeira - PR



Fonte: ARAÚJO, 2013

Nota: Adaptado do Mapa de Terras e territórios quilombolas, indígenas e da Reforma Agrária do estado do Paraná, 2009.

Mesmo em países onde o crescimento econômico é alto ainda há quadros de concentração de renda e aumento nos índices de pobreza³. A redução da pobreza absoluta depende de uma constante distribuição da renda e melhorias nas condições de vida da população. Assim, a melhoria nas condições de vida de um grupo depende do crescimento, modernização e a distribuição de riquezas (SOUZA, 1997).

Ideias como melhoria e processo estão contidas na noção de desenvolvimento econômico, atribuindo sentido à melhoria da qualidade de vida de uma sociedade, como um processo sustentável. Para Leff, a

³ Relatório do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) para a América Latina e o Caribe apresenta um novo cálculo para o IDH. Trata-se do Índice de Desenvolvimento Humano ajustado à Desigualdade, que "penaliza" as disparidades de rendimentos, escolaridade e saúde. Na América Latina e no Caribe, o IDH adaptado também cai 19% em relação ao tradicional (que leva em conta as médias). Queda é maior na Nicarágua (-47,3%) e na Bolívia (-41,9%), e menos intensa no Uruguai (-3,9%) e na Argentina (-5,9%). O estudo afirma que a desigualdade na região é a maior do mundo e é persistente, mas ainda pode ser reduzida "A desigualdade de rendimentos, educação, saúde e outros indicadores persiste de uma geração à outra, e se apresenta num contexto de baixa mobilidade socioeconômica", afirma o relatório. Brasília, 23/07/2010. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3524&lay=pde>. Acesso 16 ago. 2010.

[...] sustentabilidade do processo de desenvolvimento implica o reordenamento dos assentamentos urbanos e o estabelecimento de novas relações funcionais entre o campo e a cidade. Desta forma, Além das oposições entre crescimento econômico, conservação ecológica e preservação ambiental, ou entre desenvolvimento urbano e rural, promovem-se novas economias sustentáveis, baseadas no potencial produtivo dos sistemas ecológicos, nos valores culturais e numa gestão participativa das comunidades para um desenvolvimento endógeno autodeterminado. (LEFF, 2001, p. 61).

Para Leff (2001), a lógica do capital, dentro de um discurso voltado à sustentabilidade, busca legitimar a apropriação dos recursos naturais e culturais de uma população. Assim, as “[...] estratégias de apropriação dos recursos naturais no processo de globalização econômica transferiram assim seus efeitos para o campo teórico e ideológico. O ambiente foi caindo nas malhas do poder do discurso do crescimento sustentável.” (LEFF, 2001, p. 18-19).

Assim, a busca pela melhoria na qualidade de vida inclui estratégias de desenvolvimento econômico, envolvendo a sociedade. Ou seja, com a atuação dos atores sociais envolvidos e vivenciando o processo de desenvolvimento. Desenvolvimento, visto como um projeto ao mesmo tempo em que se torna um processo, respeitando as particularidades das comunidades, suas identidades e suas culturas. (MALUF, 2000).

Outra questão se refere à visão etapista do desenvolvimento, sendo o subdesenvolvimento⁴ concebido como uma das etapas a serem superadas rumo ao desenvolvimento. O subdesenvolvimento não se caracteriza como uma etapa do desenvolvimento. O

[...] etapismo considera que o desenvolvimento ocorre em etapas que se sucederiam de forma linear num processo que levaria um país ou região de um estágio de subdesenvolvimento para um outro de desenvolvimento pleno. (CUNHA, 2003, p. 9).

⁴ O termo subdesenvolvimento foi usado pela primeira vez em 20 de janeiro de 1949. Daquele momento em diante, dois bilhões de pessoas passaram a ser subdesenvolvidas. Em um passe de mágica foram transformados em uma imagem alheia à realidade na qual estavam inseridos. Definiram suas identidades, diminuindo a alguma coisa, menosprezando toda a sua diversidade, ou seja, foram para o “fim da fila”. Anteriormente a essa data, em 1942, Wilfred Benson, antigo membro do Secretariado da Organização Mundial de Trabalho, utilizou a expressão “áreas subdesenvolvidas”. No ano de 1944, Rosenstein-Rodan falava sobre as “áreas economicamente atrasadas”. Porém, somente quando Truman vinculou a expressão subdesenvolvimento a um símbolo de sua política ela passou a ser conhecida e desde “[...] então passou a significar pelo menos uma coisa: escapar da condição indigna chamada subdesenvolvimento.” (ESTEVA, 2000, p. 60).

Discursos que enfatizam que para ser desenvolvido deve-se primeiramente passar pelo subdesenvolvimento não têm mais razão de existir. A melhoria na condição de subdesenvolvido requer planejamento, pesquisas, diagnósticos, o que pode melhorar ou piorar com o passar do tempo, persistir ou não.

Contrapondo-se à ideia de que desenvolvimento está vinculado à melhoria na qualidade de vida, Souza (1996) defende que o conceito é carregado de juízo de valores. Considerando que a ideia de desenvolvimento como crescimento econômico só está presente em determinadas sociedades, as quais têm como objetivo transformar e mudar, e que nem todas apresentam esses objetivos, é possível concluir que falar em desenvolvimento é defender os interesses capitalistas, com um projeto de sociedade hegemônica baseado no mundo da produção e cujas relações sociais estejam pautadas pelo lucro e consumo.

Sem dúvida, pode-se, de maneira coerente (e realista?...), desejar que aqueles povos ainda não ocidentalizados/'modernizados', dos ianomâmi aos pigmeus africanos, sejam deixados em paz. Mas não se pode ignorar que, para uma grande parte da humanidade, 'o mal já está feito', e fechar os olhos não irá fazê-lo desaparecer. Da Suécia à Argentina, e passando até mesmo pelos hiperocidentalizados Japão, Coréia do Sul etc., quem escapa hoje, ao Ocidente, mesmo com toda a sua crise de valores? Mesmo povos que, nas Américas, na África, na Ásia e na Oceania, preservam muitas de suas tradições anteriores ao contato com o Ocidente, foram, no decorrer de décadas ou de séculos, menos ou mais influenciados por aqueles. (SOUZA, 1996, p. 8).

A Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento (Quadro 01), de 1986, reforça a ideia de melhoria na qualidade de vida e enfatiza que é direito de todos os povos participarem do desenvolvimento econômico, social e político, usufruindo de todos os direitos humanos e de liberdade. Além de ser um direito, o desenvolvimento, tanto individual como coletivo, é visto como responsabilidade de todos. A pessoa humana é o sujeito central do desenvolvimento e deveria ser participante ativo e beneficiário do direito ao desenvolvimento. Aos Estados cabe a elaboração de políticas nacionais, regionais, voltadas ao desenvolvimento, assegurando o “bem-estar” a toda a sociedade e seus indivíduos.

Quadro 1 - Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento

Artigo 1 1. O direito ao desenvolvimento é um direito humano inalienável em virtude do qual toda pessoa humana e todos os povos estão habilitados a participar do desenvolvimento econômico, social, cultural e político, a ele contribuir e dele desfrutar, no qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais possam ser plenamente realizados. (...) Artigo 2 1. A pessoa humana é o sujeito central do desenvolvimento e deveria ser participante ativo e beneficiário do direito ao desenvolvimento. (...) 3. Os Estados têm o direito e o dever de formular políticas nacionais adequadas para o desenvolvimento, que visem o constante aprimoramento do bem-estar de toda a população e de todos os indivíduos, com base em sua participação ativa, livre e significativa no desenvolvimento e na distribuição equitativa dos benefícios daí resultantes. Artigo 3 (...) 3. Os Estados têm o dever de cooperar uns com os outros para assegurar o desenvolvimento e eliminar os obstáculos ao desenvolvimento. Os Estados deveriam realizar seus direitos e cumprir suas obrigações de modo tal a promover uma nova ordem econômica internacional baseada na igualdade soberana, interdependência, interesse mútuo e cooperação entre todos os Estados, assim como a encorajar a observância e a realização dos direitos humanos.	Artigo 4 (...) 2. É necessária a ação permanente para promover um desenvolvimento mais rápido dos países em desenvolvimento. Como complemento dos esforços dos países em desenvolvimento, uma cooperação internacional efetiva é essencial para prover esses países de meios e facilidades apropriados para incrementar seu amplo desenvolvimento. (...) Artigo 6 (...) 3. Os Estados devem tomar providências para eliminar os obstáculos ao desenvolvimento resultantes da falha na observância dos direitos civis e políticos, assim como dos direitos econômicos, sociais e culturais. (...) Artigo 8 1. Os Estados devem tomar, a nível nacional, todas as medidas necessárias para a realização do direito ao desenvolvimento e devem assegurar, [...] igualdade de oportunidade para todos em seu acesso aos recursos básicos, educação, serviços de saúde, alimentação, habitação, emprego e distribuição equitativa da renda. Medidas efetivas devem ser tomadas para assegurar que as mulheres tenham um papel ativo no processo de desenvolvimento. Reformas econômicas e sociais apropriadas devem ser efetuadas com vistas à erradicação de todas as injustiças sociais. (...) Artigo 10 Os Estados deverão tomar medidas para assegurar o pleno exercício e fortalecimento progressivo do direito ao desenvolvimento, incluindo a formulação, adoção e implementação de políticas, medidas legislativas e outras, a níveis nacional e internacional.
---	--

Fonte: Organização das Nações Unidas, 1986.

Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/spovos/lex170a.htm>>. Acesso em: 23 abr. 2011.

A crítica de Montenegro Gómez (2006) referente à Declaração sobre os Direitos ao Desenvolvimento, elaborada pela Organização das Nações Unidas (ONU), constituiu para o autor na sua falta de clareza, pois não menciona o tipo de

desenvolvimento proposto. A estrutura apresentada no texto da Declaração deixa transparecer as estratégias do capitalismo em legitimar seus objetivos, utilizando-se dos Direitos Humanos. Assim, o desenvolvimento seria uma

[...] estratégia, ao mesmo tempo, de reprodução do capital e de controle social, que, segundo o discurso oficial, serviria para consertar os transtornos temporais provocados pela dinâmica natural do sistema, permitindo que os pobres (subdesenvolvidos) possam desfrutar, num futuro muito próximo, das benesses que os ricos (desenvolvidos) já desfrutam. Dessa maneira, as políticas de desenvolvimento seriam a preocupação e a consciência do sistema, saindo em ajuda dos mais necessitados. (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 27).

A Declaração parece ser a solução para os problemas ligados ao desenvolvimento, pois relaciona os deveres e direitos da sociedade como um todo, do indivíduo e do Estado. Além de mencionar a importância da elaboração de políticas públicas voltadas a ele, as questões voltadas ao desenvolvimento requerem conhecimento, planejamento e execução. Pode-se tomar como exemplo as políticas públicas de implementação dos Territórios Rurais, no caso do Vale do Ribeira. Apesar de os documentos oficiais apontarem para políticas de desenvolvimento, a região ainda possui um longo caminho até chegar aos objetivos propostos.

Torna-se importante que as propostas dirigidas ao desenvolvimento sejam realizadas de baixo para cima, com a participação dos atores sociais que fazem parte dessa proposta. Assim, poderiam ser evitadas propostas impostas ou até mesmo engessadas, sem o envolvimento dos interessados no processo. A escala é outro elemento importante na definição de uma proposta, mais coerente, considerando que cada município, cada região apresenta especificidades a serem respeitadas. “Qualquer reflexão sobre o desenvolvimento, por referir-se a um objeto que abarca ou envolve os mais variados aspectos da vida em sociedade será profundamente limitada e artificial se não considerar essa exigência de pluridimensionalidade analítica.” (SOUZA, 1996, p. 18).

A elaboração dos projetos de desenvolvimento, muitas vezes, considera a escala de abrangência, ou seja, um projeto destinado a uma região metropolitana, não é o mesmo que aquele direcionado a uma pequena cidade ou ao campo. “Devem-se considerar recortes espaciais, que resultam em regiões diferenciadas também no nível sócio-econômico, político-cultural e tecnológico [...]” (CUNHA, 1998, p. 107).

A efetivação da redução da pobreza absoluta e a melhoria na equidade social dependem das políticas sociais. Maluf (2000) propõe que a materialização do desenvolvimento econômico deve ocorrer com rupturas em relação a opções econômicas e políticas existentes na sociedade.

As estratégias de desenvolvimento, no Brasil, constituíram processos de modernização conservadora, que levaram a transformações sociais, à hegemonia econômica e à uniformização cultural. Essas transformações são questionadas, pois proporcionam a ideia de dominados e dominadores, na qual a regra principal é homogeneizar. Comeliau, citado por Maluf (2000), fala da violência simbólica contida na generalização da crença na ideia de um sistema global e de uma única política econômica, ou seja, a vontade do dominador sobre o dominado.

Entender o conceito de cultura hegemônica e como ela se estabelece em uma sociedade contribuiria para o desenvolvimento? Para Villa Verde (2004), a dominação cultural pode ser entendida como um conjunto de manifestações de um segmento ou classe social, no qual se determina a forma de se viver ou “um jeito de viver”.

Laraia (2007) enfatiza que a cultura é um processo acumulativo, resultante de toda a experiência histórica das gerações anteriores. Esse processo limitaria ou estimularia a ação criativa do indivíduo. Assim, a cultura pode ser um dos fatores no processo de desenvolvimento, contribuindo ou não para que ele ocorra.

Boisier (1999), também cita a cultura ocidental baseada na ideia de modernização e evolução como “matriz geradora de desenvolvimento”, a confiança nas relações interpessoais e interinstitucionais são fundamentais para o desenvolvimento.

(A) cultura do desenvolvimento se manifesta de duas maneiras extremas: em alguns lugares prevalece uma cultura competitiva/ individualista, capaz de gerar crescimento, mas sem capacidade de gerar um verdadeiro desenvolvimento. Em outros lugares, há o predomínio de uma cultura cooperativa/solidária, capaz de gerar equidade sem crescimento. (BOISIER, 1999, p. 136).

A combinação dos padrões culturais de competitividade/individualidade, de cooperação/solidariedade, ou até mesmo de confiança contribuem para o desenvolvimento. Isso pode ser exemplificado com o caso da América Latina que “não revela cultura que leva à geração de relações de confiança, e isso acrescenta

uma dificuldade a mais ao seu desenvolvimento.” Boisier (1999, p. 324), pois as relações de confiança, as relações individuais levam a facilidades nas negociações e transações e minimizam custos nessas ações.

Para Souza (1996, p. 4) “[...] o solo cultural onde a idéia de desenvolvimento se enraíza é, por excelência, a modernidade, que por sua vez é uma ‘cria’ dessa entidade histórica-geográfica chamada Ocidente.” O processo de desenvolvimento acaba seguindo um padrão da cultura e da modernidade ocidental, como se fosse o único modelo a ser seguido, ou seja, o modelo ideal.

Montenegro Gómez reforça esta ideia de desenvolvimento como

[...] um modelo a seguir: o modelo dos países desenvolvidos, que, ao mesmo tempo, é o modelo da racionalidade científica superando o obscurantismo supersticioso do atraso, o modelo da fé no progresso como algo acumulativo, o modelo da universalização de padrões econômicos, sociais, políticos e culturais ocidentais. O desenvolvimento, segundo a crítica pós-estruturalista, serve de instrumento para manter uma certa ordem social arraigada no modelo de modernidade ocidental. (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 134).

A padronização imposta por esse modelo de modernidade ocidental, universalizando padrões econômicos, políticos, sociais e culturais, nem sempre é viável a todas as sociedades. Esse modelo dificilmente se concretizaria no Brasil devido aos diferentes grupos sociais, sua extensão territorial, diversidade ecossistêmica e cultura, daí a importância em respeitar as particularidades dessa sociedade. Assim, quando especialistas da UNESCO promovem o conceito de desenvolvimento endógeno, levam em consideração as especificidades de cada país e as iniciativas se originam de várias culturas, esse fato contrapõe-se à imposição de uma cultura única no mundo inteiro. (ESTEVA, 2000)

Desse modo, para Esteva (2000, p. 63) a “[...] metáfora do desenvolvimento deu hegemonia global a uma genealogia da história puramente ocidental, roubando de povos com culturas diferentes a oportunidade de definir as formas de sua vida social”. Sobre a homogeneização da cultura, o desrespeito contra alguns povos, González (2005, p. 3) entende

[...] que la globalización significa la uniformización de la cultura, otros la reconocen como una oportunidad para el multiculturalismos. Estas narrativas aparentemente contradictorias son, em realidad, perfectamente compatibles porque el fenómeno de la globalización es lo suficientemente complejo como para acomodar tendencias contradictorias.

Alguns autores⁵, em suas discussões sobre desenvolvimento, vêm afirmando que este tem servido para a ocidentalização do mundo, para a destruição da etnodiversidade⁶, para a exploração capitalista em escala mundial. “Falar em desenvolvimento significa defender os interesses capitalistas ou, mais amplamente, os valores do Ocidente e do modelo civilizatório capitalista.” (SOUZA, 1996, p.7)

Assim, as questões relacionadas ao desenvolvimento acabam por se apresentarem sob a forma de pequenos e grandes desafios em diferentes escalas. Dentre essas escalas temos os Territórios Rurais, em cuja implementação considerou-se a interação social, a capacidade dos atores sociais, instituições e a capacidade das organizações locais em valorizar os conhecimentos, tradições presentes no território, construídas ao longo do tempo. No caso dos agricultores do Vale do Ribeira, ocorre uma retomada das características e conhecimentos antigos, o respeito à cultura local dos atores que formam esse território.

As análises centradas na economia local e regional são importantes, porém, ao se tratar do desenvolvimento regional, o conceito de território permite um estudo mais adequado do tema, considerando que ocorre uma integração das diversas dimensões que envolvem a estrutura territorial (CUNHA, 2008). Portanto, para melhor entender a implementação do Território Rural do Vale do Ribeira, Paraná, torna-se necessário discutir também o conceito de território, considerando que as políticas públicas voltadas a ele têm como objetivo o desenvolvimento: econômico, social, político e cultural.

1.2 TERRITÓRIO E SUAS DIFERENTES VISÕES

A discussão de Ratzel, descrita por Souza (2007), referente ao território na perspectiva do Estado-Nação, estrutura-se numa visão determinista, relacionando sociedade e solo. Com base nessa concepção, não há Estado sem vínculo com território, nem sociedade formada sem seu próprio território. A relação entre organismos sociais e solo gera solidez ao Estado, mas essa relação de dependência está relacionada à moradia e alimentação, exigindo condições naturais adequadas à

⁵ Autores como Jorge Ramón Montenegro Gómez (2006), Marcelo Lopes de Souza (1996).

⁶No sentido de uma homogeneização cultural, para Souza (2007) seria uma pasteurização da cultura.

adaptação de grupos sociais. Assim, o vínculo da sociedade com o solo se dá através da alimentação e da moradia. As relações entre sociedade e solo constituem um conjunto inseparável ao mesmo tempo essencial ao Estado.

Quanto mais sólido se torna o vínculo através do qual a alimentação e a moradia prendem a sociedade ao solo, tanto mais se impõe à sociedade a necessidade de manter a propriedade do seu território. Diante deste último a tarefa do Estado continua sendo em última análise apenas uma: a da proteção (MORAES, 1990, p.75-76).

O território desse modo é tomado como propriedade por uma sociedade, que cria raízes e identidades, assim subentende-se o conceito de território como um espaço concreto dessa sociedade. O conceito de território, todavia, não deveria ser entendido, única e exclusivamente como sinônimo de Estado-Nação, pois são construídos e reconstruídos de acordo com as escalas espaciais e temporais. As escalas podem ser grandes ou pequenas, como, por exemplo, o Estado, um bairro ou uma rua. Dentro de diferentes escalas os territórios são construídos e desconstruídos em escalas temporais, as quais variam em séculos, anos, meses ou dias, ou seja, podem ser permanentes ou temporários, construídos ou desconstruídos (SOUZA, 2007; CANDIOTTO, 2004).

Assim, território acaba por ser a condição para as relações sociais projetadas no espaço, “[...] expressão da manutenção de um modo de vida, de recursos vitais para a sobrevivência do grupo, de uma identidade ou de uma liberdade de ação.” (SOUZA, 2007, p. 110). Essa questão foi mencionada em uma das entrevistas, realizada na cidade de Rio Branco do Sul:

[...] as terras também diz no jeitão do povo se ela muito dobrada se ela aí já vem conforme o tipo da terra é o tipo das plantações e o tipo das pessoas que ali habitam né.

[...] jeitão do povo viver, do jeito de comer, do jeito de viver, do jeito de falar, [...] tipo assim, é essa identidade, na verdade o território foi por uma identidade. (Entrevistado 2, 2010).

[...] o conceito de território identidade. (Entrevistado 1, 2010).

Identidade né, claro que influencia o relevo também faz essa identidade. Nós moramos na montanha, povo da montanha, nós moramos na região plana, no sudeste é outro tipo de povo. (Entrevista 2, 2010).

Mas não é só isso [...] (Entrevistado 1, 2010)

O entrevistado identifica-se como um dos atores sociais do Território Rural do Vale do Ribeira, a forma com que se organizam, vivem e falam, salientando a influência da natureza, ou melhor, a relação Sociedade-Natureza. Assim,

[os] entendimentos (concepções) de natureza derivam de um mosaico de influências que combinam diferentes tipos de saberes sobre a paisagem rural e que são filtrados e reelaborados conforme os anseios e projetos dos agricultores, tendo-se em vista que a propriedade familiar é o lugar onde reside a autonomia do (a) agricultor (a) em relação ao mundo do sistema racional. (FLORIANI, et al, 2008, p. 36).

Essa relação Sociedade-Natureza reflete na configuração das paisagens rurais, na organização da propriedade, nos projetos individuais e coletivos, na liberdade de ação. (FLORIANI, et al, 2008; SOUZA, 2007)

As relações de poder, o controle ou o domínio político do Estado não resumem o significado de território, pois há também as relações culturais e a identidade de um grupo social que pode desempenhar uma apropriação sobre o território.

Para Cunha, o território é definido

[...] a partir das relações de domínio, controle e gestão que estão presentes num determinado território, [...] esse poder de domínio relaciona-se a grupos, classes e instituições, enfim, atores individuais e coletivos, públicos e privados, que atuam a partir de heranças culturais, políticas e econômicas relativas a uma determinada região ou território. (CUNHA, 2007. p. 172).

Assim, o território se constitui através das relações de poder entre os atores sociais, considerando ainda as questões políticas, econômicas e culturais. Para Raffestin, o território apoia-se no espaço, ou seja, espaço seria a matéria-prima para a formação de um território, que só pode ser concretizado mediante as relações de poder. As relações são estabelecidas por diferentes atores e sujeitos, que manipulam o espaço de acordo com suas territorialidades, transformando-o em um ambiente dominado pelo poder (RAFFESTIN, 1993).

Definir território é algo complexo, Sack, citado por Haesbaert (2007), enfatiza que a formação do território abrange várias dimensões: política, econômica e cultural, considerando o uso da terra e o significado do espaço. Com isso, ultrapassa-se a visão de que o território é formado apenas politicamente.

Souza (2007) ressalta que o território se constitui como um espaço delimitado por relações de poder, portanto, há necessidade de relações sociais para

que ocorra a formação de um território. Há formas diferentes de abordar o conceito de território, flexibilizando o olhar sobre as dimensões política e cultural da sociedade, pressupondo:

[...] uma flexibilização da visão de território. Aqui, o território será um *campo de forças*, uma *teia* ou uma *rede de relações sociais* que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um *limite*, uma *alteridade*: a diferença entre nós (o grupo, os membros da coletividade ou 'comunidade', os *insiders*) e os 'outros' (os de fora, os estranhos, os *outsiders*). (SOUZA, 2007, p. 86, grifos do autor).

Essa rede de relações mencionadas por Souza (2007) pode ser observada no Território Rural do Vale do Ribeira, na organização dos agricultores agroecológicos. Ao organizarem-se em pequenos grupos acabam por fazer parte de um Núcleo, no caso, o Núcleo Maurício Burmester do Amaral, que compõe a rede Ecovida. Essa relação é discutida com maior profundidade no capítulo 3 dessa dissertação.

Assim, o território adquire significados diferentes de acordo com os grupos que o dominam e exercem diferentes interesses sobre ele. Grupos ou indivíduos podem se opor a um poder maior como o do Estado, ou contrapor-se ao poder de outros grupos ou indivíduos, definindo espaços alternativos ou "territórios alternativos". Assim, a territorialidade, tanto dos indivíduos quanto dos grupos, organiza-se de acordo com seus interesses. (HAESBAERT, 2006)

Uma determinada área só se torna território quando suas fronteiras são utilizadas por alguma autoridade para moldar, controlar e influenciar certas atividades. A delimitação de fronteira é uma forma de controle, restrição, serve até mesmo para excluir pessoas. Esse controle territorial vincula-se à territorialidade móvel através de seus deslocamentos e entendimento do espaço. Os limites entre territórios e a transformação de identidades estão em constantes transformações e passíveis de reterritorializações a qualquer tempo. A territorialidade de uma área pode ampliar sua influência sobre territórios contíguos, apropriando aquele espaço com suas relações de poder.

A territorialidade é definida por Raffestin (1993, p. 162) como "a face vivida" e da "face agida" do poder, em uma visão tridimensional que envolve espaço, tempo e sociedade. É um tipo de interação entre homem e espaço com relação entre seres humanos e mediatizada pelo espaço.

Para Souza, a territorialidade é “[...] aquilo que faz de qualquer território um território, isto é, [...], relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial.” (SOUZA, 2007, p. 99).

O entendimento dos motivos que levam a formação e manutenção dos territórios é de fundamental importância, dessa forma subsidiando a compreensão das relações sociais que se articulam no espaço geográfico. Os processos de desterritorialização e reterritorialização no espaço não necessitam de grandes intervalos de tempo devido a sua constituição dentro de uma escala espaço-temporal, caracterizando desse modo as territorialidades flexíveis.

Para Haesbaert, há três diferentes abordagens conceituais de território, compreendendo: a *jurídico-política*, que compreende um espaço delimitado e controlado; na *vertente cultural* a dimensão simbólica é priorizada e é entendida como fruto de uma identidade social sobre o espaço, a terceira abordagem é a *econômica* e evidencia o processo de desterritorialização a partir da perspectiva material. Portanto, como

[...] processo de apropriação e controle, a territorialização se inscreve sempre num campo de poder, não apenas no sentido de apropriação física material (através de fronteiras jurídicas-políticas, por exemplo), mas também imateriais, simbólica. (HAESBAERT, 1997, p. 40).

Ampliando essa discussão, Haesbaert (2007) estabelece três concepções que definem território: naturalista, econômica e política. Na concepção naturalista as forças não-humanas podem interferir na construção de nossos territórios, até mesmo causando o processo de desterritorialização, portanto, as relações natureza-sociedade, não podem ser negligenciadas.

Na concepção naturalista discutida por Haesbaert (2007), analisa-se o Território do Vale do Ribeira que apresenta características próprias, caracterizado por ser um terreno dobrado/acidentado (Figura 2) no qual a agricultura requer técnicas adequadas para o seu desenvolvimento.

Figura 2 – Vista parcial do município de Cerro Azul



Fonte: MUTERLE, 2011.

Além de um terreno acidentado, em termos climáticos, os verões são amenos e os invernos rigorosos com a ocorrência de geadas, devido à influência da altitude. A formação vegetal compreende a Mata de Araucária (Floresta Ombrófila Mista), Mata Atlântica (Floresta Ombrófila Densa) e áreas de campos naturais. Assim, torna-se importante considerar que

[...] a interação homem-natureza como um aspecto indispensável a ser resgatado nos processos endógenos de desenvolvimento rural, não se pode compreender a formação territorial do Paraná Tradicional sem estar muito atento a essa interação. (CUNHA, 2003, p. 35).

Assim, mesmo que

[...] o homem, por mais que tenha desenvolvido seu aparato técnico de domínio das condições naturais, não conseguiu exercer efetivo controle sobre uma série de fenômenos ligados à dinâmica da natureza ou mesmo, com sua ação, provocou reações completamente imprevisíveis. (HAESBAERT, 2007, p. 53-54).

Apesar da importância da dimensão *natural* e *política* presente no território, consideradas como elementos fundamentais, determinando algumas condições à sociedade, essa pode superá-las, como é o caso de alguns países da Ásia que

fazem plantações de arroz em montanhas íngremes, utilizando a irrigação e a construção de terraços.

No que tange aos esquemas de planejamento do espaço rural, é necessário admitir que para as zonas de mais difícil⁷ agricultura deve-se evitar falar da noção convencional de vocação e potencialidade agrícolas das terras. Os zoneamentos convencionais não conseguem levar em conta as especificidades locais e a diversidade de tipos de agriculturas, isto é, a diversidade de paisagens, sabendo-se que esta última é o resultado das práticas sobre o espaço, condicionadas pelas representações locais de natureza. (FLORIANI et al, 2008, p. 40).

Verificamos esse entendimento na fala do entrevistado 2, sobre o “jeitão do povo”, sua relação com a natureza como uma das características do Território Rural do Vale do Ribeira. Podemos também entender a formação desse território, no qual os atores têm pertencimento ao local, identificando-se como agricultores do Vale e não mais como moradores de um ou outro município pertencente a esse território. Isso pode ser verificado na fala de um dos entrevistados:

Antes o território existia, mas não se enxergava como grupo. Tanto é que quando estamos interno, nós nos apresentamos como do município, mas quando saímos do município, nós nos apresentamos como Vale. Então essa identidade valeu, porque antes a gente não se sentia responsável pelo Vale. (Entrevistado 2, 2010).

Na discussão sobre território, Saquet (2007) o define como espaço temporariamente produzido através das relações de poder de um determinado grupo social. Pode esse território estar em diferentes escalas, como pode ser permanente ou temporário. Assim, o território compreende,

[...] as forças econômicas, políticas e culturais, reciprocamente relacionadas e em unidade, efetivam o território, o processo social, *na* e *com* o espaço geográfico, centrado e emanado *na* e *da* territorialidade cotidiana dos indivíduos, em diferentes centralidades, temporalidades e territorialidades. Os processos sociais e naturais, e mesmo nosso pensamento, efetivam-se *na* e *com* a territorialidade cotidiana. É aí, neste nível, que se dá o acontecer de nossa vida e é nesta que se concretiza a territorialidade. (SAQUET, 2007, p.57-58).

⁷ De acordo com Deffontaines (1995, p. 166), citado por Floriani et al (2008, p. 40), a lição mais importante, tirada dos estudos de zonas agrícolas deprimidas e de difícil prática agrícola - as regiões montanhosas - é que toda política de planejamento deve levar em conta a heterogeneidade dos agricultores, assim como dos *terroirs*.

[...] o *terroir* corresponde à região rural e também implicitamente ao território, seus critérios de identificação incluem as especificidades da população: paisagem, exploração agrícola, *habitats*, mas também técnicas de transformação dos meios naturais, *savoir-faire*, formas de organização social e cultura. (FLORIANI, 2011, p. 110, grifo do autor).

Analisando as definições do conceito de território pelos pesquisadores anteriormente citados, podemos pensar em território como um espaço resultante das relações de poder, juntamente com inúmeros outros elementos que o formam. Wanderley define que:

[...] o território se prolonga para além do próprio espaço local, ao se constituir como a base para a formação de um projeto de desenvolvimento. Trata-se na verdade, de um movimento que funciona em mão dupla: por um lado, o território [...], por outro lado, ele é a unidade de intervenção reconhecida pelos poderes públicos. Um programa de desenvolvimento é assim, a resultante da convergência no plano local, das demandas e iniciativas locais e dos grandes projetos nacionais e supranacionais. (WANDERLEY, 2000, p. 118).

Torna-se importante o conhecimento sobre o território para definir um programa de desenvolvimento voltado ao campo, em específico os territórios rurais. Para Wanderley (2000), quando se trata dos territórios rurais há a preocupação da integração dos pólos urbanos locais e regionais de pequenas e médias cidades, superando barreiras de isolamentos e dispersão, potencializando os recursos locais.

Portanto, o território não é um *receptáculo geográfico neutro*, seu destino depende da capacidade de criação de riquezas que a própria interação entre os atores sociais é capaz de organizar (ABRAMOVAY, BEDUSCHI, 2004, p.44).

O uso do termo território passa por uma ressignificação, quando é entendido como unidade de planejamento e gestão. Abramovay (2000) discute a proposta da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) sobre o conceito de território em que a

[...] idéia central é que o território, mais que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais, dos custos de transportes e de comunicações. Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico. (ABRAMOVAY, 2000, p. 22).

Schneider (2004) apresenta uma visão da questão social do território, salientando que este não é apenas um espaço físico, mas corresponde a uma construção social, um conjunto de relações sociais que se originam e se expressam através de uma identidade e

[...] em um sentimento de pertencimento compartilhado por agentes públicos e privados. A emergência da abordagem territorial do desenvolvimento rural pressupõe que o nível adequado de tratamento analítico e conceitual dos problemas concretos deva ser o espaço de ação em que transcorrem as relações sociais, econômicas, políticas e institucionais. Esse espaço é construído a partir da ação entre os indivíduos e o ambiente ou contexto objetivo em que estão inseridos. Portanto, o conteúdo desse espaço é entendido como o território. (SCHNEIDER, 2004, p. 99).

Comparando as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do território, verifica-se que é necessário conhecer as suas características, elaborar um diagnóstico com dados precisos, respeitar as especificidades e os atores sociais que dele fazem parte, para que realmente ocorra o desenvolvimento pretendido. Assim, o território pode ser visto,

[...] como uma trama de elementos sociais e ambientais, pois possui uma dimensão territorial de desenvolvimento que o torna um ator ou sujeito das possibilidades geradas pela proximidade social dos agentes inseridos no seu espaço geográfico – tem no seu interior os componentes decisivos que orientam o seu futuro [...] a atual trama territorial é capaz de orientar os rumos que serão seguidos pelo território, as tramas que sucedem no passado, também foram importantes, para nortear o caminho pelo processo endógeno que interessa compreender. (CUNHA, 2003, p. 24).

Atualmente pensa-se na importância do processo endógeno para a formulação das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento territorial. Muito diferente do que ocorria nas décadas de 1960 e 1970, período em que não foi atribuída a sua devida importância na definição das políticas de desenvolvimento no estado do Paraná. Nas palavras de Cunha:

O processo endógeno focado não foi devidamente considerado quando se definiram políticas de desenvolvimentos que atingiram a região após as décadas de 1960 e 1970. Prevalencia nessas políticas um enfoque homogeneizador. No Paraná, os estudos e diagnósticos sobre o desenvolvimento rural destacavam uma integração econômica entre as diversas regiões do estado e uma influência de fatores exógenos mais amplos, nacionais e internacionais, que se imporiam às especificidades regionais, o que as tornavam pouco importantes. Faltava a percepção de que esses processos interagem nos diferentes territórios com estruturas territoriais que lhe são próprias, que acabam por apresentar resultados diversos, e resultam na manutenção dos quadros de diversidade territorial. [...]. (CUNHA, 2003, p. 32).

Sendo assim, as características territoriais são mais importantes na definição das políticas voltadas ao desenvolvimento territorial do que os “estímulos exógenos homogeneizantes”. (CUNHA, 2003, p. 79).

Para Schneider (2009) a forma de pensar, na atualidade, o desenvolvimento territorial deixa de lado a dicotomia entre o espaço rural x urbano, campo x cidade, superando o enfoque setorial das atividades econômicas (comércio, serviços, indústria e agricultura). Conduzindo a uma diversificação de ações, estratégias voltadas ao desenvolvimento econômico e social do território. Assim o

[...] território passa a ser visto e compreendido como a nova unidade de referência e mediação das ações do Estado e o enfoque no desenvolvimento territorial torna-se, portanto, um modo de ação que valoriza os atributos políticos e culturais das comunidades e dos atores sociais ali existentes. Governança local e participação social tornam-se, neste sentido, atributos do desenvolvimento territorial. (SCHNEIDER, 2009, p.20).

E essa dicotomia mencionada por Schneider pode ser comprovada na discussão elaborada por Cunha (2003) sobre a oposição

[...] entre a cidade e o campo, foi muito considerada no Brasil entre os que se preocupavam com a questão do desenvolvimento, dando origem a uma visão dualista sobre a realidade brasileira. Essa visão opunha um setor arcaico a um outro moderno, os quais compreendiam, respectivamente, em termos espaciais, ao campo e às cidades. Esse esquema integrava-se à posição agricultura-indústria, na medida que o campo era visto como *habitat* por excelência da agricultura, enquanto as cidades abrigavam as indústrias. Além disso, essa oposição cidade-campo vista sob a ótica do desenvolvimento regionalmente ou localmente considerado enfatiza uma espécie de “setorialização” do espacial, que não contribui em nada no sentido de se caminhar para uma percepção mais integrada do desenvolvimento regional. (CUNHA, 2003, p. 10, grifo do autor).

Sendo assim, as atuais políticas públicas buscam o desenvolvimento territorial como um todo. Em uma das entrevistas foi mencionado que os municípios de Adrianópolis, Cerro Azul, Doutor Ulysses e Tunas do Paraná vivem da agricultura, diferente de Rio Branco do Sul que não é essencialmente agrícola, pois a indústria de cimento da Votorantim e o extrativismo mineral realizado apresentam um diferencial em relação aos outros municípios.

Em consonância com Arnaldo Bagnasco e Giuseppe Dematteis, Saquet e Sposito (2008) acreditam que devem ser considerados, no desenvolvimento territorial, a articulação de classes e a organização de redes; as relações de poder estabelecidas pelas especificidades e desigualdades existentes; elementos culturais, políticos, econômicos e naturais presentes em cada lugar; a produção de mercadorias; a valorização das iniciativas produtivas; a valorização das identidades

e saberes locais; o respeito ao processo histórico e do patrimônio de cada lugar; a produção de alimentos de forma ecológica; a conquista da autonomia com a organização política local e a redução das desigualdades sociais, entre outros elementos. Portanto, entender o desenvolvimento territorial depende de diversos elementos e articulação entre as dimensões presente no território, o que colabora para a elaboração de planos e projetos de desenvolvimento.

Boisier (1999), ao tratar de desenvolvimento regional, propõe que primeiramente se elaborem modelos mentais, os quais descreveriam a realidade e as possibilidades de mudanças e organização ou como deveria ficar essa realidade, ou seja, é preciso conhecer para definir políticas públicas. Assim, esses modelos antecederem os modelos reais, seriam construídos por um ator, colaborariam para as intervenções ou políticas públicas voltadas a uma determinada região. Porém, “[...] nossas deficiências de natureza cognitiva são consideráveis e isso nos tem impedido de construir modelos mentais de desenvolvimento regional como base para uma ação social eficiente” (BOISIER, 1999, p. 320). Essas deficiências tornam-se obstáculos no processo de elaboração dos modelos mentais.

Estabelecer políticas públicas embasadas na realidade da área em que se pretende atuar, o respeito às especificidades, as necessidades, seus recursos e, acima de tudo, as características dos atores sociais que fazem parte dessa realidade apresentam-se como elementos importantes desse processo. A elaboração de políticas públicas voltadas à promoção do desenvolvimento territorial, dificilmente ocorre de forma espontânea, mas é definida segundo demandas de desenvolvimento, a identidade local, a reestruturação das atividades existentes e criação de novas discussões promovidas entre os atores, levando a uma construção coletiva e considerando interesses, habilidades e as trocas de experiências entre diferentes grupos e áreas. (BOISIER, 1999; ABRAMOVAY, 1998; ABRAMOVAY & BEDUSCHI, 2004)

Assim, construir uma política de desenvolvimento voltada ao território exige dos atores sociais uma análise dos fatores internos ou especificidades do mesmo. (SANTOS & MARSCHNER, 2008)

Saquet (2007) reforça essa ideia ao mencionar que conhecer o território para a aplicabilidade das políticas públicas é condição de processos de desenvolvimento.

Os elementos que compõem o território, classificados como endógenos, contribuem nesse processo. Ao analisar Dematteis, Saquet relaciona elementos

importantes, condicionando, assim, o desenvolvimento à cultura familiar, associação de moradores, atrativos paisagísticos, rede de circulação e comunicação, tradições de empreendimento, fertilidade do solo, clima, posses/propriedades, estratificação social, relações sociais. Além desses elementos, o desenvolvimento territorial envolve relações sociais, recursos, organização política e o planejamento. Isso também faz parte do documento *Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil* (2005):

Nada mais inovador do que estimular o desenvolvimento endógeno dos territórios rurais, partindo da ampliação da capacidade de mobilização, organização, diagnóstico, planejamento e autogestão das populações locais. Nada mais avançado do que orientar políticas públicas segundo as demandas expressadas pelas comunidades e organizações da sociedade, reconhecendo as especificidades de cada território e ofertando instrumentos de desenvolvimento que atendam essas características. (BRASIL, 2005, p. 11).

Boisier (1999) acrescenta que, para o desenvolvimento de um território organizado, é importante a articulação de alguns elementos: atores, instituições, cultura, procedimentos, recurso e entorno, os quais devem interagir para organizar a articulação de forma estruturada. Tratar desenvolvimento num viés puramente econômico talvez seja um dos equívocos desse processo, a exemplo dos elementos evidenciados por Boisier, a cultura é um fator importante e muitas vezes menosprezado no momento de elaboração das políticas públicas.

Torna-se importante

[...] estudar e compreender as diferentes forças que impulsionam ou são impulsionadas no território, estabelecer suas articulações de modo a construir uma rede de conhecimentos, de informações e de práticas sociais que balizam o desenvolvimento territorial. (SANTOS & MARCSCHNER, 2008, p. 111).

Sendo assim, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) cria a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), a qual tem a responsabilidade de estimular e coordenar projetos de desenvolvimento dos territórios rurais. De acordo com o documento oficial, de número 1, intitulado de *Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil*, do MDA, o

[...] desenvolvimento territorial tem de superar o crescimento segmentado e intermitente, a falta de oportunidades e de capacidades, superar as barreiras sociais e políticas, harmonizar-se com a cultura e promover o crescimento econômico endógeno, para poder valorizar os recursos, as pessoas e os produtos do território [...] é preciso que se garanta a sustentabilidade do processo através da prática explícita de gestão social [...] visando sempre a melhoria sustentada da qualidade de vida da população do território. (BRASIL, 2005, p. 5-6).

O maior desafio descrito nesse documento é “[...] livrar da pobreza cerca de ¼ da população, estabelecendo mecanismos de estímulo à sua inclusão digna no processo de desenvolvimento do Brasil.” (BRASIL, 2005, p. 10). Considerando esse desafio, o governo federal desenvolveu as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento territorial, embasadas nas experiências realizadas na Europa.

Considerando que a região do Vale do Ribeira apresenta níveis elevados de pobreza, a presente pesquisa pretende compreender a implementação do Território Rural do Vale do Ribeira, estado do Paraná, no período de 2003 a 2012, analisando a presença das práticas agroecológicas como um elemento voltado à produção sustentável. Por esse motivo, optou-se primeiramente em discutir os conceitos de desenvolvimento e território a fim de mais adequadamente abordar a questão sobre a qual nos decidimos debruçar.

CAPÍTULO 2 – A POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL E AS PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS

O objetivo desse capítulo é compreender a formação dos Territórios Rurais e o fortalecimento das práticas agroecológicas nas políticas públicas do governo federal. Para atingir esse objetivo será necessário responder a algumas questões, como: O que é a Política Pública dos Territórios Rurais? De onde ela se originou? Como ocorreu esse processo? E como as práticas agroecológicas se configuram nessa política?

2.1 A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL PROPOSTA PELO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Historicamente a agricultura familiar⁸, no Brasil, ganha uma atenção diferenciada do governo federal, no ano de 1.996 com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF⁹. Esse programa é vinculado ao Ministério da Agricultura e Abastecimento e auxilia na mudança da trajetória da agricultura familiar devido à implementação de quatro linhas básicas de ação: a) ajustes das políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares; b) financiamento de infraestrutura e serviços básicos aos municípios; c) financiamento da produção, ou seja, recursos destinados ao custeio e ao investimento da agricultura familiar; d) auxílio na capacitação e profissionalização (cursos e treinamento) dos agricultores familiares. (BRASIL, 1999)

Após a criação do PRONAF, no ano de 1999, o governo federal lança em versão preliminar o documento, que apresenta como proposta central promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável, em nível local e regional: Política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado. Para atingir os objetivos dessa proposta tornar-se-ia necessário

⁸ O trabalho familiar na agricultura é tema de longa data nos estudos agrários, por ser uma realidade que atinge um importante contingente de população no campo, desde os primórdios da agricultura. Contudo, a relevância do estudo da agricultura familiar, no Brasil, nessa linha de sua participação no mercado e como motor de desenvolvimento, aparece de forma incipiente na primeira metade dos anos 1990 e, com muito maior profusão, na segunda metade. (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 65).

⁹ O PRONAF foi institucionalizado em 1996, pelo Decreto Presidencial nº 1.946, datado de 28/07/1996.

fortalecer a agricultura familiar, redistribuir os ativos: terra e educação, estimular as atividades geradoras de renda no campo, além das atividades agrícolas.

Assim, o objetivo principal da proposta foi

[...] promover o desenvolvimento sócio-econômico sustentável, em nível local e regional, por meio da desconcentração da base produtiva e da dinamização da vida econômica, social, política e cultural dos espaços rurais – que compreendem pequenos e médios centros urbanos –, usando como vetores estratégicos o investimento na expansão e fortalecimento da agricultura familiar, na redistribuição dos ativos terra e educação e no estímulo a múltiplas atividades geradoras de renda no campo, não necessariamente agrícolas. (BRASIL, 1999, p. 2).

A necessidade de uma nova forma de pensar as políticas de desenvolvimento rural leva em consideração que o modelo da modernização conservadora do campo e da cidade centrados na industrialização concentrada das áreas metropolitanas e na agricultura patronal esgotou-se, considerando ainda que a concentração de renda acentua a exclusão social. (Brasil, 1999)

Portanto,

[...] a forma de agricultura familiar tende a exibir um perfil essencialmente distribuído e seus sistemas poliprodutivos de cultura e criação, aliados à boa maleabilidade de seu processo decisório, também trazem imensas **vantagens comparativas sob o prisma ambiental**. Por isso, os benefícios de uma estratégia de desenvolvimento rural que dê prioridade à **promoção da agricultura familiar** começam a ser percebidos pela sociedade brasileira. (BRASIL, 1999, p. 4 – grifo do autor).

Para o enfrentamento da pobreza, da exclusão social no campo, torna-se importante reconhecer a importância da agricultura familiar, como ela é desenvolvida e do acesso a terra. O texto *Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil*, de 2005, faz uma retomada da importância da agricultura familiar e do acesso à terra.

Para o governo, esse documento não vem na forma de um “pacote”, trata-se de um processo, no qual as discussões públicas e a consideração das práticas cotidianas podem sugerir correções. Além disso, busca romper com a dicotomia campo x cidade¹⁰, interrompendo com uma visão tradicional, a qual isolava o campo da cidade. Também está voltado a uma revalorização do *mundo rural*, suas

¹⁰ Esse esquema integrava-se à oposição agricultura-indústria, à medida que o campo era visto como o *habitat* por excelência da agricultura, enquanto as cidades abrigavam as indústrias. Além disso, essa oposição cidade-campo, vista sob a ótica do desenvolvimento regionalmente ou localmente considerado enfatiza uma espécie de “setorialização” do espacial, que não contribui para uma percepção mais integrada do desenvolvimento regional. (CUNHA, 2003, p. 10).

potencialidades, seus recursos, focando no desenvolvimento territorial e não mais setorial (BRASIL, 1999). No capítulo 1 desta dissertação Wanderley (2000) reforça a questão de que o meio rural não é mais um espaço isolado do urbano, cada um apresenta características próprias, porém são espacialidades inter-relacionadas. Para Schneider (2009), o desenvolvimento do território conduz a ações e estratégias as quais superam a separação rural x urbano. Em entrevista para a Revista Rumos, Veiga (2003) afirma:

Urbano e rural são idéias territoriais, isto é, de espaços apropriados pela espécie humana. Os territórios mais rurais são aqueles em que os ecossistemas estão menos artificializados; já os mais urbanos correspondem ao máximo de artificialização ecossistêmica. Entre esses extremos há uma infinidade de situações intermediárias, e ambivalentes, que deixaram de ser redutíveis à simples dicotomia rural/urbano. (VEIGA, 2003, p. 2).

O desenvolvimento de um território requer a articulação entre vários segmentos econômicos. Portanto, cada esfera do governo teria responsabilidades no desenvolvimento de ações (Quadro 2) voltadas à efetivação dessa política de desenvolvimento. O governo local teria a responsabilidade na elaboração de um diagnóstico do município para melhor prosseguir na realização das ações previstas. Villa Verde (2004, p. 14) reforça essa ideia, para ela, os “[...] territórios devem ser submetidos a diagnósticos para que se possam criar as condições objetivas para as ações públicas e privadas direcionadas ao desenvolvimento territorial [...]”.

Quadro 2 - Instrumentos de Ação para a Política de Desenvolvimento Rural

INSTRUMENTOS DE AÇÃO			
	NÍVEL FEDERAL	NÍVEL ESTADUAL	NÍVEL MUNICIPAL
01	Créditos para a agricultura familiar	Créditos para a agricultura familiar	Planejamento municipal do desenvolvimento sustentável ¹¹ (PMDS)
02	Infraestrutura para o meio rural	Infraestrutura para o meio rural	Articulação e integração microrregional
03	Assistência Técnica	Assistência Técnica	
04	Verticalização da produção	Verticalização da produção	
05	Desenvolvimento do negócio familiar rural	Desenvolvimento do negócio familiar rural	
06	Promoção de pesquisa, difusão e incorporação de tecnologias	Promoção de pesquisa, difusão e incorporação de tecnologias	
07	Atualização e adequação da legislação sanitária	Atualização e adequação da legislação sanitária	
08	Organização e capacitação gerencial	Organização e capacitação gerencial	
09	Sistema de informações para a agricultura familiar	Sistema de informações para a agricultura familiar	
10		Proteção e gestão ambiental	
11		Educação, saúde, cultura e lazer	
12		Fortalecimento da cidadania	

Fonte: BRASIL, 1999 (documento em versão preliminar).

Analisando os instrumentos de ação dos três níveis de governo, podemos concluir que os âmbitos federal e estadual assemelham-se, porém as articulações locais tornam-se fundamentais para o desenvolvimento da política proposta. Verifica-se que o papel do município é essencial na aplicação da Política de Desenvolvimento Sustentável, pois é nele que o trabalho acontece e materializa-se. Com a participação das organizações civis, dos agricultores familiares, dos trabalhadores rurais sem terra, ONGs etc., é possível identificar os problemas (causas e consequências) e as potencialidades do município, com destaque para a

¹¹ O Planejamento Municipal do Desenvolvimento Sustentável (PMDS) deve ser coordenado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDS), e apresenta quatro fases: a) Diagnóstico da realidade municipal; b) Definição do que precisa ser feito [obtenção de crédito, crédito de custeio e investimento, infraestrutura para o meio rural, assistência técnica, pesquisa, difusão e incorporação de tecnologias, verticalização da produção, desenvolvimento do negócio familiar rural]; c) Execução do PMDS; e d) Acompanhamento, controle e avaliação. (BRASIL, 1999)

agricultura familiar. A partir do diagnóstico da realidade municipal, parte-se para a execução das ações voltadas ao desenvolvimento sustentável, sendo de responsabilidade do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDS) acompanhar, controlar e avaliar o PMDS. Mas, o que seria esse desenvolvimento sustentável na perspectiva do governo federal?

O conceito de desenvolvimento sustentável utilizado corresponde ao **processo de elevação do nível geral de riqueza e da qualidade de vida da população que compatibilize a eficiência econômica, a equidade social e a manutenção dos estoques de capital natural**. Ele tem dimensões econômicas, sócio-cultural, político-institucional, tecnológica e ambiental. (BRASIL, 1999, p. 28, grifo do documento).

Na análise da proposta: sobre a agricultura familiar, a reforma agrária e o desenvolvimento local para um novo rural, não há uma menção direta às práticas agroecológicas, mas fica a pergunta: como seria possível o desenvolvimento sustentável em cada município?

Na fala de alguns entrevistados¹² foi possível detectar que, entre o ano de 2000 a 2002, as práticas agroecológicas começam a ser disseminadas, iniciando o seu processo de territorialização no Vale do Ribeira paranaense.

Nós começamos a trabalhar na agroecologia em 2002, nós não era certificado.
Demorou quantos anos? Ah, 2005 eu acho. (Entrevistado 6, 2010).

Na verdade nós começamos a trabalhar em 2000.
Trabalhamos em cima da agroecologia, mas não tinha certificado, nós não éramos vistos lá fora como agroecológicos. Tivemos apoio da AOPA e até começamos a vender pra algum feirante, mas sem certificado. Nós tivemos algum erro assim de participação de não ir. Até que foi bom para nós né. (Entrevistado 7, 2010).

Mesmo que no documento preliminar não estivessem explicitados a implementação, incentivo e fortalecimento de práticas agroecológicas, verifica-se que, aos poucos elas estão se territorializando no Vale do Ribeira, como podemos observar na fala dos entrevistados 6 e 7.

Em outubro de 2003, o MDA com o apoio técnico e cooperação do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), elaboram o texto para discussão número 4: Referências para o Desenvolvimento Territorial Sustentável.

¹² Entrevistas realizadas na comunidade de São Sebastião da Bomba, município de Cerro Azul.

Esse texto foi publicado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF, em outubro de 2003. Após as discussões sobre a temática proposta: Desenvolvimento Rural Sustentável; desenvolvimento territorial; agricultura familiar e reforma agrária; articulação de políticas públicas e desenvolvimento sustentável, a SDT/MDA revisa e republica o texto, em março de 2005, com o título: Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil.

Na apresentação desse texto, o Secretário Nacional de Desenvolvimento Territorial (SDT), Humberto Oliveira, procura descrever a importância dessa política voltada à valorização dos territórios que

(...) são mais do que simples base física. Eles têm vida própria, possuem um tecido social, uma teia complexa de laços e de relações com raízes históricas, políticas e de identidade diversa, que vão além de seus atributos naturais, dos custos de transporte e de comunicação, e que desempenham função ainda pouco conhecida no próprio desenvolvimento econômico. (BRASIL, 2005, p. 4).

Um território rural não é criado ou constituído em um “passe de mágica”, por meio do entendimento registrado de alguns atores sociais¹³ do Território Rural do Vale do Ribeira. Assim, torna-se importante considerar que

[...] a fórmula, por exemplo, no caso é bem simples ela é complexa pra por ela em funcionamento aí sim a figura é outra, mas, a forma, por exemplo, de **formação**, o primeiro passo, por exemplo, os territórios foram entendida. Povo que vivia numa situação mais ou menos parecida nos termos das terras, né... Que, as terras também diz, no jeitão do povo se ela é muito dobrada, se ela aí já vem conforme o tipo da terra, é o tipo das plantações e o tipo das pessoas que ali habitam, né. Ai então esse jeitão que deu a territorialidade. Por exemplo, e esse incomum, tanto na parte [...] dos terrenos dobrados quanto na parte do jeitão do povo viver, do jeito de comer, do jeito de viver, do jeito de falar, [...] tipo assim, é essa identidade, na verdade, o território foi por uma identidade (pausa). Identidade né, claro que influencia o relevo, também faz essa identidade. Nós moramos na montanha, povo da montanha, nós moramos na região plana, no sudeste, é outro tipo de povo. (Entrevistado 2, 2010).

Mas não é só isso. (Entrevistado 1, 2010).

¹³ [...] atores locais como: universidades, centros de pesquisa, prefeituras, agências de fomento à pesquisa, associações comerciais e industriais, entre outros. Estes atores locais têm como papel estimular as inovações, reduzir os custos de produção das empresas locais e estimular sua ação nos mercados. O sucesso dessa ação não é alcançado se o sistema institucional não estimular a interação entre os atores e o aprendizado coletivo através da cooperação e dos acordos entre empresas e organizações. (BARQUERO apud AMARAL, FERREIRA e LEOPOLDI, 2012, p. 966). Disponível em: <http://www.apdr.pt/congresso/2012/pdf/SESSION_F1.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2012.

Vem dos primórdios, aí vem o rio... aí, essas coisas. (Entrevistado 2, 2010).

Não só isso, há um desenho, [...] mas há um desenho **isso é interessante** ele se dá, ninguém cria um território, ele existe, ele se dá pela sua relação, não é só pela montanha, pelo jeito, senão Castro, Campo Magro e parte de Campina Grande tariam no território, até inclusive, uma grande parte de Castro e de Campina Grande não, toda ela são lugares de bolsões de miséria né.

Pega Castro costeando com a gente aqui Socadam daqui pra cá é território perdido [...] do ponto de vista do IDH, se pegar o IDH de Castro não, mas se separar (Entrevistado 2 - interrompe: mas se pega o Sul de Castro) os bolsões o IDH é bem mais [...] baixo igual ao do Território do Ribeira [...]

[...] eu acho, eu acho não o Território identidade se dá um pouquinho ele se dá pelo movimento dos atores que aí estão. Quando o SDT e o MDA chegou, nunca ele vai chegar criando o território, ele existe (Entrevistado 2 - interrompe: ele reconhece), ou por parentesco por alguma circunstância ele delimitou e o pessoal aqui né, isso é normal mesmo onde não tem os territórios formados né, as pessoas onde se junta mais [...] então um pouco se desenha.

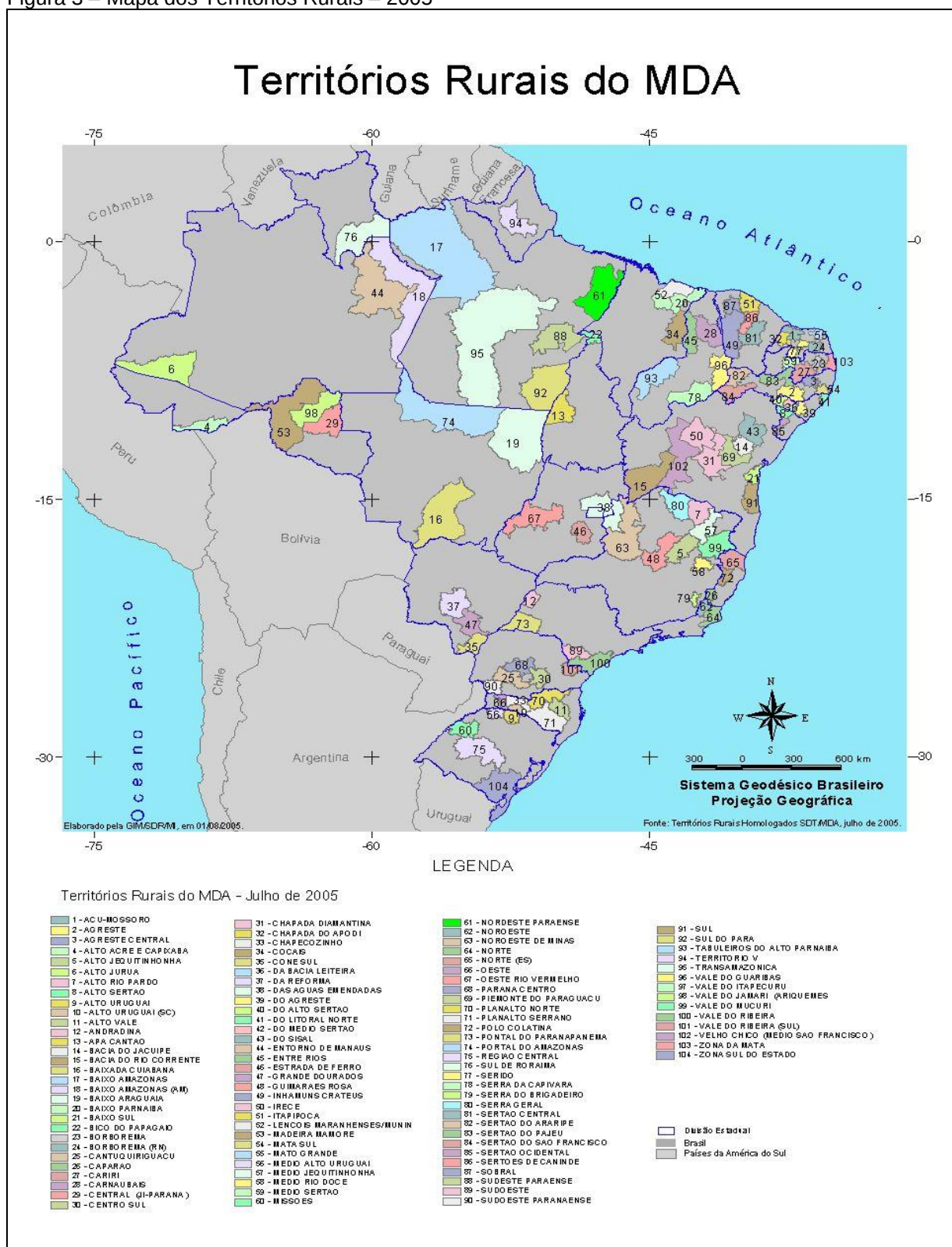
Ele nasce em 2000, nasce, não cria um movimento pro Vale do Ribeira, em 2000, naquele tempo, não nasceu com Campina Grande [...] Campina Grande e Quatro Barras queria entrar mas não conseguiu. (Entrevistado 1, 2010).

[...] depois que eles viram que o território estava em andamento. (Entrevistado 2, 2010).

[...] e que eles perceberam que tinha políticas voltadas para a região, essa outras regiões **opa** próprio Castro né. (Entrevistado 1, 2010, grifo nosso).

Para os entrevistados 1 e 2 o Território Rural do Vale do Ribeira, não foi criado a partir da política pública instituída pelo MDA, em 2005, mas vinha configurando-se com o tempo no *jeitão do povo*, na forma de se viver, como era e é constituída a região, os aspectos naturais, as questões culturais. Portanto, isso ocorre num processo lento, nem todos os atores sociais aceitam a implementação das políticas sugeridas, enfim é um árduo trabalho a ser desenvolvido. No ano de 2005, havia 104 Territórios Rurais no Brasil. Na Figura 3, é possível visualizar a distribuição deles.

Figura 3 – Mapa dos Territórios Rurais – 2005



O desafio para o desenvolvimento rural é a valorização do Território pela população descrito no texto *Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento*

Rural Sustentável no Brasil (2005) numa visão abrangente e não mais setorial, deixando de lado a visão de que o mais importante era a integração da agricultura à indústria. Criando condições para que a população valorize o potencial existente no território em seu processo de desenvolvimento. Para Humberto Oliveira (BRASIL, 2005), é necessária a elaboração de políticas públicas capazes de promover esse desenvolvimento mais equitativo, estimulando a formulação descentralizada de projetos, valorizando o potencial local e regional.

Assim, o governo brasileiro propõe uma política que apoie o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, pois

[...] as políticas públicas implementadas nas últimas décadas para promoção do desenvolvimento rural no Brasil ou foram insuficientes, ou não pretendiam mesmo proporcionar melhorias substanciais na qualidade de vida das populações que habitavam o interior brasileiro. As maiores evidências são o aumento da pobreza e a persistência das desigualdades regionais, setoriais, sociais e econômicas. (BRASIL, 2005, p. 9).

Traçando um paralelo entre o documento de 2005, *Referências [...]*, e o texto *Agricultura Familiar, Reforma Agrária e desenvolvimento local para um Novo Mundo Rural*, de 1999, (Quadro 3), é possível concluir que, apesar de terem sido elaborados em governos diferentes, verificamos que não ocorreu um rompimento total e absoluto entre as duas propostas, mas sim uma continuação dessas políticas. Ambos expõem o desenvolvimento territorial rural, deixando de lado as questões setoriais, discutem a reforma agrária, o desenvolvimento sustentável e o combate à pobreza¹⁴. Para Montenegro Gómez (2006), essa continuidade ocorreu, pois as políticas estão embasadas nos moldes propostos pelo Banco Mundial, em 1994, o que não melhoraria a vida dos pequenos agricultores, ou os sem terra, consequentemente não teria o respaldo dos movimentos sociais.

¹⁴No trabalho desenvolvido por Montenegro Gómez (2006, p.80-81) ele enfatiza que as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural “[...] enfatizaram o mercado e criaram um círculo vicioso até hoje não resolvido: pobreza rural ➡ implementação de políticas de desenvolvimento de base mercantil ➡ aumento da concorrência ➡ aumento das desigualdades ➡ mais pobreza rural. Nada novo sob o sol do desenvolvimento!”. Pois em “[...] termos meramente mercantis em que se promove a agricultura familiar, desde o governo anterior e continuando no atual, o processo de exclusão via concorrência alimenta as desigualdades sociais. Se bem uma política de acesso massivo à terra, contaria com o apoio de numerosos movimentos sociais, como se afirma no documento do Ministério, a tentativa de utilizar a política de desenvolvimento territorial para integrar o público da política de Reforma Agrária na categoria de agricultor familiar, nos moldes que vêm sendo forjados desde a proposta do Banco Mundial, em 1994, não melhoraria a situação dos pequenos agricultores ou sem-terras e, portanto, não teria esse esperado respaldo entre os movimentos sociais.”

Quadro 3 - Quadro Comparativo das Propostas: *da Agricultura Familiar... Novo Rural*, de 1999, e das *Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil*, de 2005.

Agricultura Familiar... Novo Mundo Rural 1999 Governo Fernando Henrique Cardoso	Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável... 2005 Governo Luiz Inácio Lula da Silva
Proposta: Defende a revalorização do mundo rural, firmando-se numa nova concepção do desenvolvimento sócio-econômico, formulada mais num quadro territorial do que setorial. O rural não se confunde com o agrícola e a perspectiva territorial, tendo como elemento central as potencialidades específicas de cada local, valorizadas pela dinâmica da globalização (BRASIL, 1999, p. 3).	Proposta: O desenvolvimento rural deve ser concebido num quadro territorial, muito mais que setorial: nosso desafio o será cada vez menos como integrar o agricultor à indústria e, cada vez mais, como criar as condições para que uma população valorize um certo território num conjunto muito variado de atividades e de mercados (BRASIL, 2005, p. 4).
Diretrizes: Distribuição do ativo terra como parte central de uma estratégia de desenvolvimento sustentável do Brasil; desenvolvimento da agricultura familiar como parte central da estratégia de desenvolvimento rural; expansão da agricultura familiar por meio dos assentamentos de reforma agrária (BRASIL, 1999, p. 09-10).	Diretrizes: Ampliação e fortalecimento da Agricultura Familiar; reforma agrária; inclusão social e combate à pobreza rural; e promoção do desenvolvimento sustentável nos territórios rurais. (BRASIL, 2005, p.19)

Fonte: BRASIL, MA, 1999; BRASIL, MDA, 2005.

Dentro dessa continuidade das políticas públicas, ambos os governos (Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva), expõem o desenvolvimento territorial rural, deixando de lado as questões setoriais, discutem a reforma agrária, o desenvolvimento sustentável e o combate à pobreza.

A abordagem definida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para o território atrela-se à estratégia de apoio ao desenvolvimento rural. A implementação do Território Rural, proposta pelo governo federal, envolve algumas ações e estratégias voltadas à promoção do desenvolvimento. Dentre os objetivos propostos nas diretrizes da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), pertencente ao MDA, consta a priorização da redução das desigualdades econômicas e sociais, atuando preferencialmente em espaços de elevada concentração de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e acampados. Para isso:

Nada mais inovador do que estimular o desenvolvimento endógeno dos territórios rurais, partindo da ampliação da capacidade de mobilização, organização, diagnóstico, planejamento e autogestão das populações locais. Nada mais avançado do que orientar políticas públicas segundo as demandas expressadas pelas comunidades e organizações da sociedade, reconhecendo as especificidades de cada território e ofertando instrumentos de desenvolvimento que atendam essas características. (BRASIL, 2005, p. 11).

O desenvolvimento endógeno para os Territórios Rurais considera que os atores sociais que o formam partilham interesses semelhantes, possuem a mesma cultura, facilitando a formação de relações indispensáveis para o desenvolvimento. Essas relações, tanto de organização, definição de regras, voltadas ao desenvolvimento endógeno, podem ser organizadas pelos municípios, organismos de governo, empresas públicas, a universidade, organizações não-governamentais, entre outras. (BOISIER, 1996)

Pensando no desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e nos objetivos propostos para tal, o MDA criou a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), para organizar esse processo, não somente voltada às produção agropecuárias, mas considerando também as demais atividades econômicas e serviços existentes no território. Para isso a SDT, em conjunto com a Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA), a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) e o Instituto Nacional de Colonização para a Reforma Agrária (Incra), desenvolveram ações de forma estratégica para a implementação das quatro diretrizes citadas no Quadro 3. Portanto, cabe à SDT, promover ações preliminares de sensibilização, organização, capacitação, assessoramento técnico para diagnóstico, planejamento e articulação institucional, informação e avaliação, ações essas voltadas ao desenvolvimento do território. Os investimentos públicos não se restringem às questões econômicas, pois a melhoria nas condições de vida da população depende também do acesso à moradia, à energia elétrica, ao transporte, à comunicação, ao saneamento, à saúde, à educação, ao trabalho, à proteção ao idoso e à criança (BRASIL, 2005).

Para o desenvolvimento rural sustentável, o MDA, considera o território

[...] um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (BRASIL, 2005, p. 28).

No capítulo 1 desta dissertação foi trabalhado o conceito território, defendido por alguns pesquisadores como Cunha (2007), que se caracteriza por relações de domínio, controle e gestão. Saquet (2007) compreende território como a relação entre as forças políticas, econômicas e culturais. Abramovay (2000) acrescenta que território vai além de uma simples base física, é a relação entre os indivíduos. Assim, a relação entre o conceito trabalhado pelo MDA e o desenvolvido na academia apresenta algumas semelhanças: território não é simplesmente a base física, envolve as relações entre os atores sociais e as dimensões: política, econômica, cultural e ambiental. (BRASIL, 2005)

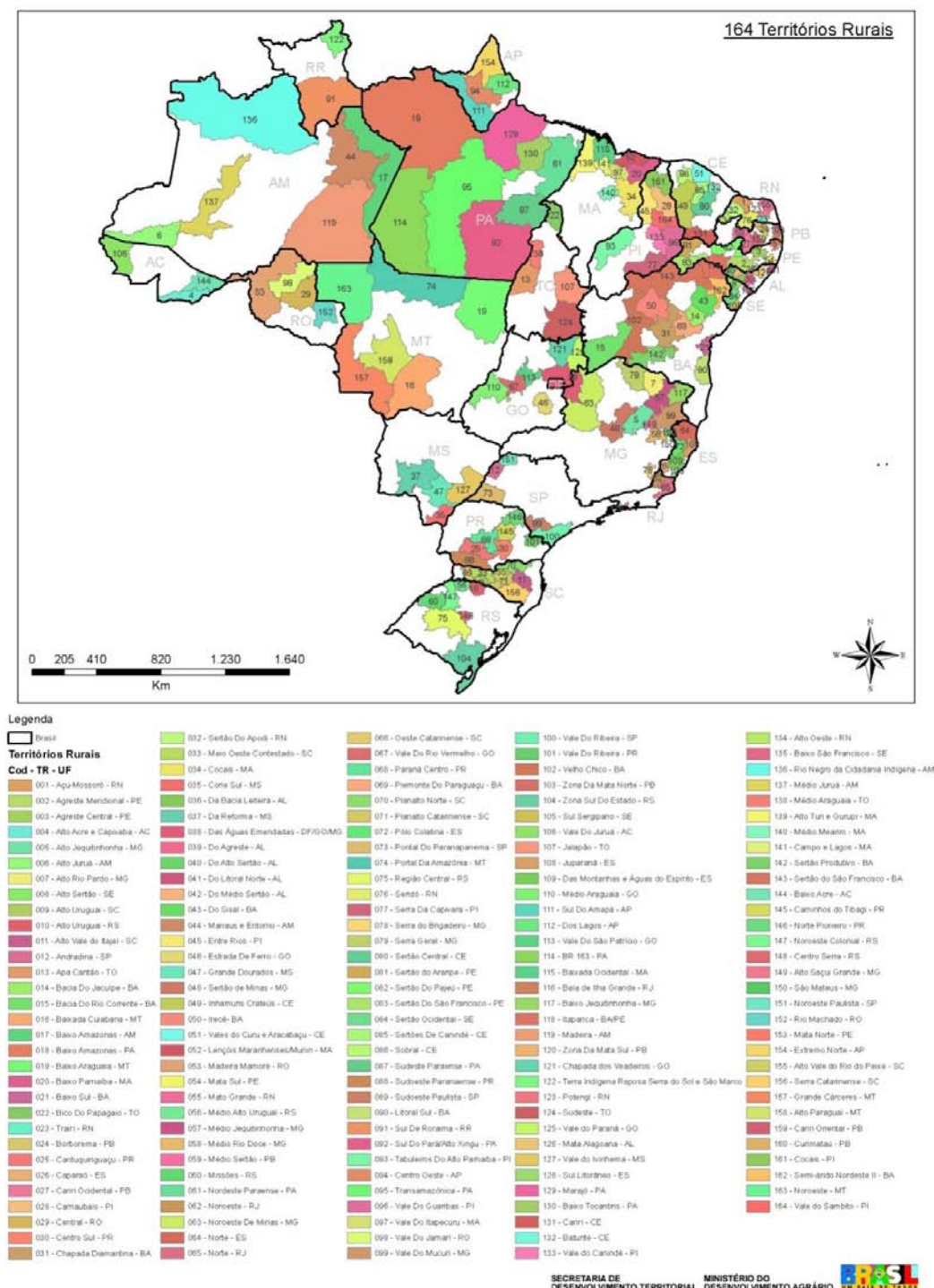
Além das características descritas anteriormente, um Território Rural precisa apresentar algumas características para ser implementado, como: predomínio dos elementos rurais como as atividades agro-silvo-pastoris, ambiente natural pouco artificializado, hábitos culturais típicos do universo rural e baixa densidade demográfica. De acordo com os critérios estipulados pelo MDA, essa baixa densidade demográfica corresponde ao número inferior a 80 habitantes por quilômetro quadrado (80 hab/km²) e os municípios com população média de até 50.000 habitantes. (BRASIL, 2005)

Levando em consideração os dados estatísticos do IBGE, foram agrupados os municípios, com até 50.000 habitantes e 80 hab/ km², em 450 territórios. Em uma segunda análise, os critérios utilizados foram: a) concentração de agricultores familiares; b) concentração de famílias assentadas pelos programas de reforma agrária; e c) concentração de trabalhadores rurais sem terras, mobilizados ou não. Dos 450 territórios rurais foram selecionados 210 e, dentre esses, o Programa está atuando em 164. No ano de 2009 o Programa aplicou R\$ 381,5 milhões em ações implementadas, como: PRONAT - Gestão do PTDRS – elaboração de planos territoriais de desenvolvimento rural sustentável; capacitação – capacitação de agentes de desenvolvimento, PRONAT – capacitação, cooperativismo, PRONAT – infraestrutura e serviços, nos 164 Territórios (Figura 4). No período de 2004-2009, estima-se que R\$ 2 bilhões foram aplicados nos territórios.

Entre os anos de 2005 a 2009 ocorreu um crescimento de 58% no número de Territórios Rurais implementados no Brasil. Analisando a Figura 4, é possível observar que a região Nordeste é a que apresenta um maior número, 67 Territórios Rurais, correspondendo a um percentual de aproximadamente 41%, em segundo lugar fica a região Sudeste com 33 territórios, em terceiro lugar a região Norte, com

32 territórios, seguida pela região Sul, com 22. A região Centro-oeste abriga apenas 10 Territórios Rurais, correspondendo a 6% do total.

Figura 4 – Mapa dos Territórios Rurais no Brasil - 2009



Fonte: <http://sit.mda.gov.br/images/mapas/tr/br_055_trs_164_maio_2009.jpg>. Acesso: 10 abr. 2011.

Ao considerar os dados demográficos como os primeiros critérios para a organização de um território rural, na Tabela 1, foram organizados os dados dos municípios do Território Rural do Vale do Ribeira.

Tabela 1 – Vale do Ribeira em Números

Município	População Rural	População Urbana	Total de Habitantes	Área Total (Km²)	(hab/km²)
Adrianópolis	4.316	2.060	6.376	1.349,335	4,73
Bocaiúva do Sul	5.859	5.128	10.987	826,345	13,30
Cerro Azul	12.130	4.808	16.938	1.341,192	12,63
Doutor Ulysses	4.798	929	5.727	781,451	7,33
Itaperuçu	3.931	19.956	23.887	314,419	75,97
Rio Branco do Sul	8.605	22.045	30.650	812,327	37,73
Tunas do Paraná	3.464	2.792	6.256	668,479	9,36
Total	43.102	57.718	100.821	6.093,55	16,50

Fonte: IBGE – Sinopse do Censo de 2010.

Na Tabela 1, é possível verificar que os municípios do Território Rural do Vale do Ribeira apresentam uma densidade demográfica que varia de 4,73 hab/km² a 75,97 hab/km², caso de Adrianópolis e Itaperuçu, respectivamente. Com a exceção de Itaperuçu e Rio Branco do Sul, os demais municípios do território têm um predomínio da população rural. Por meio dos dados apresentados na tabela, é possível concluir que os indicadores demográficos do Vale do Ribeira correspondem às indicações do MDA: municípios com até 50.000 habitantes e uma densidade demográfica de até 80 hab/km². Somado a isso, verifica-se que os mesmos possuem também as características demandadas na segunda análise (concentração de agricultores familiares; concentração de famílias assentadas pelos programas de reforma agrária; concentração de trabalhadores rurais sem terras, mobilizados ou não), por isso são definidos como territórios rurais.

As discussões referentes ao desenvolvimento sustentável foram inicialmente marcadas no documento de 1999: *Agricultura Familiar... Novo Mundo Rural*. Passados treze anos, ainda há um longo caminho para atingir os objetivos propostos para o desenvolvimento territorial rural e a formação dos territórios rurais. Em conversa com os agricultores de São Sebastião da Bomba, em Cerro Azul, foi questionado o conhecimento que tinham da implementação dos Territórios Rurais.

Entrevistador: Qual é o conhecimento que se tem sobre a formação do Território Rural do Vale do Ribeira?

Eu acabei participando de algumas reuniões do Território, acho que participei de umas 08 reuniões, mais ou menos, umas em Bocaiúva, umas aqui no Cerro, agora que faz tempo [pausa]

Teve uma no dia 15? Essa última eu soube, mas não participei. Na verdade vou ser sincero, você participa e acaba sendo muito demorado para as coisas acontecerem e tem muita influência política envolvendo o Território e você acaba desanimando.

A questão do Território e o seguinte, foi discutido várias coisas começou a funcionar e aí um puxa e não consegue desfazer as malandragem dos outros. A questão do caminhão, a questão da feira mesmo, a questão do rádio amador. Até agora estamos sem comunicação! O que poderíamos ter uma comunicação sem pagar tudo através do Território ficou tudo perdido, parado as pessoas ficaram.

Foi a prefeitura de Bocaiuva? Não foi a de Adrianópolis, sentou em cima do projeto e segurou. (Entrevistado 7, 2011).

Entrevistador: Tem muita coisa vinculada às prefeituras?

E aí o que acontece? Se tem um cara com visão de grupo de funcionamento vai, mas quando pega um cara que puxa pro lado dele, pessoal, travo tudo. Quando tava o outro prefeito tava indo bem... A partir daí a gente vai desanimando das coisas, né.

Esses dias o Leitão teve aí e prometeu de ver umas coisas aí. (Entrevistado 7, 2011).

[...]

Do Território até que tem um conhecimento, eu participava, eu fazia parte da diretoria da Cooperativa de produção, andei participando de umas par de reunião.

[...] Tem muita coisa boas, muito projeto bom, mas o pessoal não tem a visão que a gente tem, digamos o prefeito, os vereadores que é quem decide, quem podia puxar mais isso, eles não têm essa visão. Pra começar eles não são nem preparados para isso. Falta um pouco de inteligência nesse pessoal, na verdade.

Projeto de recurso tem, mas... Por exemplo, a comunicação aqui, hoje nós estamos aqui e tem uns negócios atrasados na AOPA, pela falta de comunicação. Não tem comunicação com nós. Só nós fazer isso fica caro, não é fácil a comunicação pra nós hoje, tá a coisa mais difícil que tá hoje.

Eu moro aqui uns 12 km, daqui lá em casa, não tem outro recurso, tem que tirar um meio dia para vim aqui, pra tá conversando, não tem transporte, não tem nada. (Entrevistado 10, 2011).

[...]

Tinha sinal rural e a TIM bloqueou o sinal e tudo, ficou para trás não deram outro sinal, cobriram com recurso e... (Entrevistado 7, 2011).

Entrevistador: Como é o sistema de comunicação?

A comunicação é zero. (Entrevistado 7, 2011).

A conversa na rede não é boa coisa. Quando conversa os operador, que não é fácil de conversar, os caras não viabilizam. (Entrevistado 10, 2011).

Claro que não. O cara tava me explicando que uma torre dava para 800 mil pessoas dentro de Curitiba. Aqui deveria ser várias torres, porque os morros interferem no sinal. E quantos habitantes têm Cerro Azul? O Vale do Ribeira tem?... Nem com o Vale do Ribeira inteiro... (Entrevistado 7, 2011).
[...]

Ao invés de ir para frente a gente tá voltando, daí venho um cara para ver o sinal da Nextel, o ano passado. A Nextel é um sistema diferente, deu certo, mas daí, vai recurso para construir. Ai você tem que criar o canal. (Entrevistado 7, 2011).

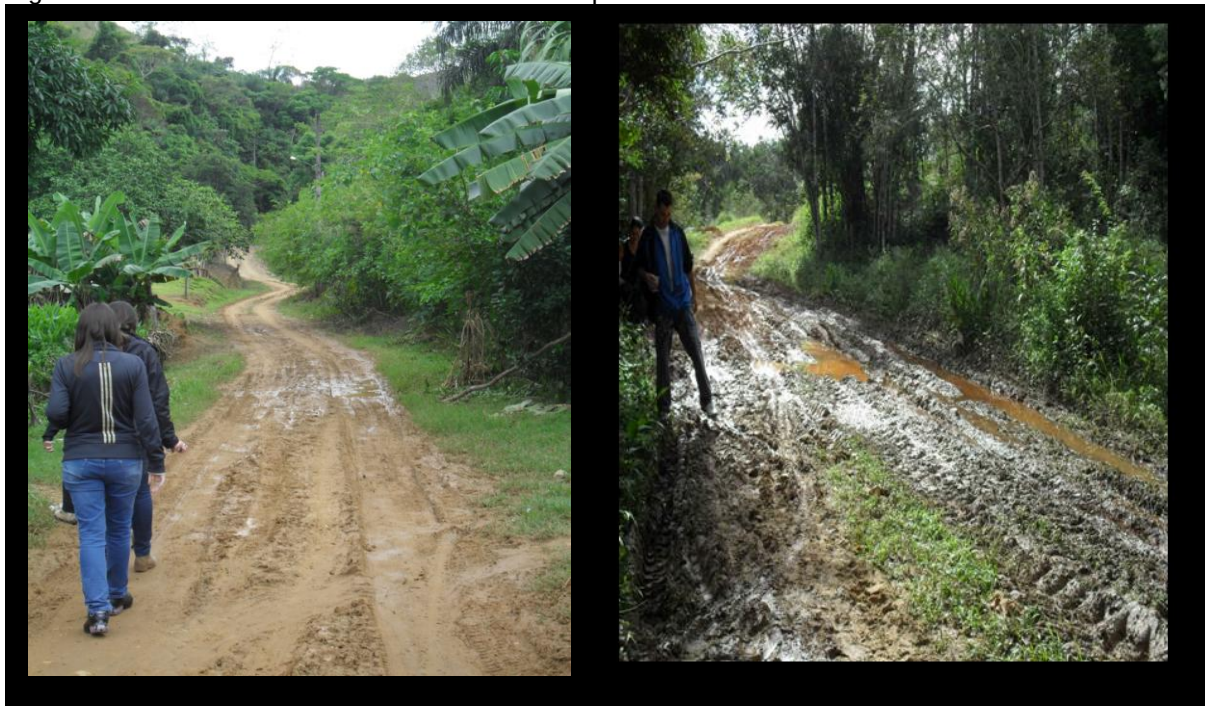
Entrevistador: Vocês tem um telefone comunitário?

Tem, a uns 2 km daqui, mas a cada mês funciona três dias. Essa estrada é que nós vamos para a feira. Vamos por aqui, a estrada está péssima, péssima, péssima. (Entrevistado 7, 2011).

Na fala do entrevistado 7, percebemos que as dificuldades são inúmeras. Quanto à formação do Território Rural, nas discussões em que o entrevistado esteve presente, sua fala demonstra o entendimento da importância dessa política pública, mas, ao mesmo tempo, põe-se desanimado pela morosidade em que as coisas acontecem e pela incapacidade técnica dos que fazem parte da execução dessas políticas, no caso as Prefeituras Municipais. O que, no seu entendimento “falta um pouco de inteligência nesse pessoal, na verdade”. O fator amizade ou favores políticos se sobressaem em relação à competência e disponibilidade em atuar verdadeiramente em prol dos agricultores e em prol do desenvolvimento do Território Rural. Assim, mesmo cercados por tecnologias, políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural de forma mais sustentável, essa comunidade é privada de comunicação, elemento fundamental para a articulação dos atores do território. A telefonia móvel é inviável economicamente devido à configuração do relevo e o número reduzido de habitantes, segundo a operadora TIM. O sistema da Nextel foi testado e, por ter um sinal diferenciado, seria possível, porém, esbarram novamente na barreira econômica.

Outro problema é a estrada de acesso, quando o tempo está seco, é mais tranquilo para trafegar, mas as irregularidades (sulcos, pedras soltas) e a estrada de chão, frequentemente causam danos à suspensão e aos pneus dos carros de passeio. Em tempo chuvoso, a estrada (Figura 05) torna-se escorregadia e lamacenta, para transitar nelas é necessário veículo adequado. Para transportar os produtos que são vendidos em feiras livres em Curitiba, sempre dependem do tempo e, em muitas situações, a manutenção do veículo torna-se cara.

Figura 5 – Trechos de estradas rurais em Adrianópolis



Fonte: BARONI, 2011; ENGELMANN, 2012.

Os documentos mencionam o desenvolvimento como um todo não somente no viés econômico, mas na melhoria da qualidade de vida. No Brasil, as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento territorial enfatizam:

[...] a melhoria da qualidade e a agregação de valor aos produtos locais, a diversificação de atividades produtivas (inclusive as não agrícolas) e a inovação tecnológica e gerencial, como estratégias para se alcançar melhorias significativas na eficiência e na competitividade sistêmica ou territorial. Pode-se destacar também o uso de tecnologias que demandem maior ocupação das pessoas em atividades produtivas, mas com atenção à qualidade de vida dos trabalhadores e aos seus direitos trabalhistas, sociais e previdenciários. (BRASIL, 2010, s.p).

Porém, analisando a fala dos entrevistados 7 e 10, constata-se que essas melhorias ainda não se materializaram no Território Rural do Vale do Ribeira, o que é evidenciado nas Figuras 5 e 6 do Vale do Ribeira, e confirmada na fala dos entrevistados. As comunidades afastadas da sede do município são de difícil acesso. Nos momentos de chuva intensa, o deslocamento fica quase que impossível para carros comuns, sem tração e quando o tempo fica seco os buracos tomam conta do trajeto.

Figura 6: Vista parcial de estrada rural em Cerro Azul, PR



Fonte: MUTERLLE, 2011

O governo federal utiliza o termo território para atuar em áreas por ele determinadas para a aplicação de políticas públicas. Essas políticas tendem a beneficiar diferentes atores sociais, dentre eles os agricultores familiares. A definição proposta pelo MDA (2005) para Território Rural auxilia na implementação de estratégias voltadas ao desenvolvimento dessas áreas geograficamente definidas, compreendendo tanto o campo como a cidade que possuem especificidades no tocante às suas dimensões ambientais, sociais, culturais, econômicas e políticas.

Esse modelo de desenvolvimento territorial, já havia sido trabalhado na Europa. Entre as décadas de 1960 e 1970, a região conhecida como *Mezzogiorno*, área esta vista como subdesenvolvida, passa por uma transição econômica. De uma economia direcionada a agricultura para uma economia voltada à atividade industrial baseada nas pequenas empresas. Essa região ficou conhecida como Terceira Itália. (ARAÚJO, 2011)

Para Montenegro Gómez, o modelo da Terceira Itália

[...] oferece um caminho para o desenvolvimento, articulando questões como uma base cultural e territorial coesa, instituições dedicadas a oferecer as condições necessárias para o sucesso do projeto, uma rica cultura empresarial, uma elevada mobilidade social e contatos fortes com o mercado global, entre outros elementos. Aspectos que, mais ou menos adaptados para o Brasil e para seu meio rural, servem como eixos fundamentais das políticas de desenvolvimento territorial que vêm sendo elaboradas e implementadas, especialmente sob a figura dos Territórios Rurais. (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 93-94).

Assim, o governo federal brasileiro, com base no modelo europeu, procura promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania, por meio de uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável. Para a consolidação dessas estratégias, é fundamental a participação social e a integração entre Governo Federal, Estado e Municípios. As políticas públicas do MDA propõem várias ações voltadas ao desenvolvimento dos territórios rurais. Entre essas ações, as práticas agroecológicas encontram-se inseridas como uma das propostas para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Há atores sociais que participam das discussões sobre o desenvolvimento do Vale do Ribeira, o que não se resume apenas aos agricultores familiares, mas amplia-se através de ONGs, do poder público, das instituições de ensino e pesquisa e do Conselho Gestor do Território¹⁵.

Uma das funções do Conselho Gestor é a tomada de decisões no que se refere ao Território, debatendo sobre as políticas de superação da pobreza, criação de instituições de apoio à agricultura familiar e a formação de capital social. As instituições que atuam no Conselho Gestor através de participação direta, de acordo com o articulador territorial Vilmar Matter¹⁶ (2012):

- Instituições governamentais: EMATER, IAPAR, Prefeituras Municipais;
- Organizações não governamentais: AOPA, DESER, Instituto Monte Horebe, CRESOL.
- Pastoral da Criança;

¹⁵ Através da 1ª Conferência Regional de Desenvolvimento Territorial Sustentável realizada em 2006, no município de Registro, estado de São Paulo, foi possível constatar o universo que compõe esses atores sociais que discutem sobre o desenvolvimento do Vale do Ribeira. Essa Conferência faz parte das atividades do Projeto Vale do Ribeira Sustentável, que vem sendo executado na região desde 2005, pelo IDESC – Instituto para o Desenvolvimento e Cidadania do Vale do Ribeira, através de Convênio com o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Disponível em: <http://www.idesc.org.br/arquivos/docs/sintese_agenda21.pdf>. Acesso: 21 jul. 2010.

¹⁶ Informações obtidas através do email: agricultura@bocaiuvadosul.pr.gov.br

- Sindicatos de dos Agricultores Familiares.

O Conselho Gestor é formado de forma paritária, sendo 50% de representantes do governo e 50% da sociedade civil. Essa indicação é realizada pela SDT. Em uma das entrevistas (entrevistado 1) houve a informação de que a criação do conselho apresenta dificuldades.

[...] nas representações, que as entidade ainda não apresentaram os nomes e na nossa formação, por exemplo: a AOPA, a CRESOL, a prefeitura tem lá o nome da entidade, mas não tem representante. Aí, para dar mais visibilidade, dar mais transparências, a SDT criou os portais né, nós temos a SGE, que é Sistema de Gestão Estratégica é o portal, é onde a gente tem que alimentá-lo, para ficar visível para a sociedade e para o próprio governo.

[...]

Daí existe nesse conselho [...], o regimento, [...] tem uma pré-plenária territorial, né, onde a gente tem toda a gama de sujeitos e atores que tão no território que participa da pré-plenária, ela não é paritária. Ela é uma pré-plenária e não tem....

A pré-plenária prepara a plenária, aí elege os representantes de cada esfera e você aponta temas enfim, para serem discutidos na plenária. Aí a plenária começa a decidir, aí nós somos em 62 [...] dentro da plenária, [...] sendo paritária, sendo 31 gov. e 31 da sociedade civil. Aí, dentro dessa organização, nós temos o Conselho Territorial, que é o conselho político formado por 30: 15,15 né.

Aí existe um Núcleo Técnico dirigente que é a executiva, aí é formado, é livre, é um núcleo que você dependendo da circunstância da execução é 4, 5, 9, ele não tem um...

Aí nos temos as câmaras temáticas [...]. (Entrevistado 1, 2010).

Nessa parte da entrevista¹⁷, foi possível identificar alguns problemas/situações enfrentados, começando com a formação do Conselho Gestor, pela falta de representatividade de alguns seguimentos do governo. Outra dificuldade referente ao comprometimento dos governos municipais foi mencionada em outra entrevista:

Como agricultor a gente participa mais, porque a gente, num...

Uma coisa que o Fórum num ajudou muito as políticas, não chega aos habitantes de nossa região por causa da política. A administração é muito precária. Se pegar todos os municípios do jeito que faz administração, tanto o executivo como o legislativo é péssimo, não tem noção nenhuma para fazer uma administração para chegar até o povo.

Estão, por interesses próprios, eles acabam atrapalhados e a política pública não chega onde tem que chegar. (Entrevistado 11, 2010).

Assim, muitas vezes a materialização da política pública fica comprometida pela falta de empenho de um grupo, que acaba *atrapalhando* seu desenvolvimento,

¹⁷ Entrevista realizada em 30/11/2010, na cidade de Rio Branco do Sul, estado do Paraná.

pois ocupam cargos importantes no governo municipal, mas não apresentam competência técnica para desempenharem a função que lhes cabe. Essa questão é citada no texto *Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil*. (2005), assim, uma das propostas para o desenvolvimento sustentável seria o fortalecimento do Poder Público municipal, para que possa assumir suas responsabilidades de forma plena, com qualidade nos serviços oferecidos. (BRASIL, 2005)

Ou seja:

A fragilidade das estruturas políticas complementa o quadro de dificuldades, já que as milhares de administrações municipais seriam, idealmente, os principais vetores do desenvolvimento descentralizado, mas a falta de capacidades, leia-se escasso capital humano e social, a baixa governabilidade e a insuficiência de recursos financeiros, impelem boa parte da gestão pública local para práticas rotineiras, quando não meramente assistencialista e de duvidosa transparência. (BRASIL, 2005, p. 15).

Mas qual seria a solução para essa questão? É difícil chegar a uma resposta ou solução para tal problemática. Parte da solução estaria no comprometimento do governo municipal, em fazer uma gestão adequada, satisfatória, atendendo as principais demandas dos atores sociais, com integrantes competentes e não escolhidos por laços de amizade, parentesco ou algo do gênero.

Outros problemas mencionados são: a falta ou precariedade de assistência técnica, a permanência de técnicas defasadas ou impróprias para o desenvolvimento das atividades agrícolas, até questões vinculadas ao planejamento: “o quê? e como produzir?” Esses questionamentos estão vinculados ao descontentamento de alguns:

O CEASA não estava recebendo mais [...] (Entrevistado 9, 2011)

[...] a gente produzia quando o CEASA estava entupido de produto, aí o preço era baixo e isso foi desgastando [...] (Entrevistado 11, 2010).

A fala decorre de que muitas vezes o agricultor produz e não tem como inserir seus produtos no mercado e a produção acaba sendo descartada, ou a forma com que organiza e desenvolve a agricultura acaba por empobrecer o solo. Por esse motivo, torna-se importante diagnosticar o território em sua totalidade para melhor organizar a produção e as propriedades.

Primeiramente, é importante conhecer, no Quadro 4, os princípios e objetivos da Lei de Ater¹⁸ nº 12.188/ 2010, que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).

Quadro 4 - PNATER/ 2010

Art. 3º São princípios da Pnater:	Art. 4º São objetivos da Pnater:
I - desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente; II - gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural; III - adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública; IV - adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis; V - equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; e VI - contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional.	I - promover o desenvolvimento rural sustentável; II - apoiar iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações regionais e locais; III - aumentar a produção, a qualidade e a produtividade das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive agroextrativistas, florestais e artesanais; IV - promover a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários; V - assessorar as diversas fases das atividades econômicas, a gestão de negócios, sua organização, a produção, inserção no mercado e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas; VI - desenvolver ações voltadas ao uso, manejo, proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais, dos agroecossistemas e da biodiversidade; VII - construir sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional; VIII - aumentar a renda do público beneficiário e agregar valor a sua produção; IX - apoiar o associativismo e o cooperativismo, bem como a formação de agentes de assistência técnica e extensão rural; X - promover o desenvolvimento e a apropriação de inovações tecnológicas e organizativas adequadas ao público beneficiário e a integração deste ao mercado produtivo nacional; XI - promover a integração da Ater com a pesquisa, aproximando a produção agrícola e o meio rural do conhecimento científico; e XII - contribuir para a expansão do aprendizado e da qualificação profissional e diversificada, apropriada e contextualizada à realidade do meio rural brasileiro.

Fonte: BRASIL, 2010. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/institucional/novaleideater>>. Acesso em: 04 jul. 2012.

¹⁸ Lei de Ater nº 12.188/2010, regulamentada pelo Decreto nº 7.215, de 15 de junho de 2010.: A nova lei institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater) e define os princípios e os objetivos dos serviços de ATER. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/institucional/novaleideater>>. Acesso em: 04 jul. 2012.

A Lei nº 12.188/2010 demonstra a importância da preservação do meio ambiente, no desenvolvimento rural sustentável, buscando adotar os princípios da agricultura de base ecológica. Desenvolvendo ações de manejo, conservação, proteção e recuperação dos recursos naturais, da biodiversidade e dos agroecossistemas. Assim,

[...] a Pnater estabelece a necessidade de adoção dos princípios da Agroecologia e suas bases epistemológicas, para o desenho de agroecossistemas sustentáveis e para o estabelecimento de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, que sejam opostas àquelas que foram implementadas ao longo do século passado. (CAPORAL, 2005, p. 3).

A Lei que regulamenta os objetivos e princípio da ATER é clara e vai ao encontro da agricultura familiar, porém, na fala de dois entrevistados, as interpretações são diferenciadas quanto à atuação da ATER. Nesse caso, trata-se da EMATER que atua no estado do Paraná com vinte e um (21) escritórios regionais. Para o entrevistado 1,

[...] o Plano de Desenvolvimento Territorial apontou o manejo agroflorestal, agroecológico, para o Vale do Ribeira e a EMATER também apontou em seu planejamento uma vocação forte, priorizou a agroecologia. Do ponto de vista teórico e das proposições, o Vale está muito bem. (Entrevistado 1, 2010).

Entrevistador: A EMATER não atua no Vale ou é precária?

É precária (risos), [...] a atuação dela, mas tipo é pro olhar que a gente tenta enxergar hoje né, é fraca. (Entrevistado 3, 2010).

As opiniões sobre a atuação da EMATER diferenciam-se em cada fala. Para alguns agricultores, os técnicos da EMATER tentam impor sua vontade e opinião na organização e andamentos das propriedades, o que, muitas vezes, não é aceito pelos agricultores e familiares. Essa situação acaba sendo confirmada na fala dos entrevistados 1, 2 e 3:

O grande problema da ATER, hoje, é que eu sempre comento, é que tipo... Você quer fazer o desenvolvimento e quem tá lá na ponta não está preparado, para fazer esse desenvolvimento. Uma crítica que nos viemos acompanhando há tempo e, digamos assim, para nós a EMATER quer fazer um desenvolvimento que o nosso agricultor, não é aqui em Rio Branco, em Cerro Azul, qualquer outro município, o agricultor não está preparado. Na cabeça do técnico, para ele, acha que aquilo é desenvolvimento, só que o agricultor não está preparado para aquilo, né. Eu chego lá pro fulano de tal, ele lida com porco do jeito dele, eu chego lá e digo:

- Você tem que mudar tudo, vai ter que conseguir tudo padrão, né, isso é desenvolvimento.

Mas aquilo ele não tá preparado para aquilo. Para o desenvolvimento que ia chegar talvez na lógica para favorecer ele, daqui a dois anos preparar para aquilo. A EMATER hoje, né, não consegue fazer isso

[...]

Foi aprovado agora via MDA, um projeto de ATER pro Vale do Ribeira.

Não sei se você tem conhecimento, mas dos territórios do Paraná, hoje foi o único território que a Emater não ganhou. (Entrevistado 3, 2010).

A situação é complexa, começando com a formação desse técnico, muitas vezes, ele não está preparado para a realidade das propriedades familiares, para regiões em que são necessárias técnicas para a superação das dificuldades ou dos aspectos naturais.

Continuando a discussão sobre as ATER, o entrevistado 1 destaca que, no

[...] período entre 2004-2008, 2009, o nosso movimento era dizer que fortalecimento da ATER pública, né, porque a ATER de muitos anos teve um apagão, desmantelamento da ATER pública a favor da ATER privada, que são os grandes grupos cooperativistas que teve muito dinheiro para fazer acompanhamento técnico de seus, de seus cooperados com fartos recursos públicos.

[...] nós brigamos tanto para fortalecer a ATER pública, agora vai tudo para a EMATER, tem uma reação. A EMATER, não contrata ninguém, é um diagnóstico da própria entidade, né. Tá pesadona, não consegue dar conta das demandas.

Aí a gente começa a discutir que a sociedade civil, que é privada, quando você joga na cooperativa é privada! É privada, não é pública e a associação também é privada. Nós estamos indo na contramão, melhor privado quer participar da política de ATER. Às vezes, a gente vai na própria contradição. (Entrevistado 1, 2010).

Entrevistador: Mas a EMATER no caso é...

Mas, aí é um dado muito fraterno, você até pode colocar aí, não tem problema nenhum, esse debate eu tenho feito. Vocês também têm feito crítica à EMATER, que ela é uma entidade pesada, ela tem esse aparato que nós falamos de pessoal, de escritório tem muito, mas ela não consegue, não está **atualizada com as necessidades da agricultura familiar**. Ela, na verdade, ela é obrigada a fazer as políticas de governo. Quero ver o que a EMATER vai fazer no governo do Richa? Estamos apostando que seja bom. (Entrevistado 1, 2010, grifo nosso).

Entrevistador: Cada estado é diferente?

[...] o governo do estado como é o governo do estado, que a ATER não é nacional é do governo do estado, ele vai dizer que a política quer que siga. [...] Aqui tem estados que funcionam e outros não. Então [...] é importante saber o porquê. Por que que nós agora que falamos em fortalecer a ATER pública, pegando o edital¹⁹? É justamente o sinal que está dando, não dá conta do recado. (Entrevistado 1, 2010).

A questão da ATER, quanto você puxa para uma determinada organização, ela puxa o peso dessa organização, vamos dizer as organizações da sociedade civil, ela é, por exemplo, localizada e tem uma velocidade diferente. Quando você pega, por exemplo, vamos pegar o exemplo da EMATER, ela arrasta 390 municípios, desses 390 municípios, ela tem uma estrutura, de vários escritórios de várias regiões e a central. Quanto você pega essa central, para fazer uma ação aqui você tem que puxar esse peso dessa estrutura que foi pensada para os trezentos e pouco municípios. Daí por exemplo, as pessoas que estão lá na sua propriedade, nem sempre ela tem a segunda, terça, quarta, quinta e sexta, para se reunir, para conversar, para...

Ela tem sábado, ela tem domingo de manhã, ela tem a noite, e essa organização não consegue captar essas ideias nesse momento. Ela tem das 08 às 5 horas e o técnico tem que sair antes das 5 lá do interior para tá às 5 aqui para depois ele ir embora para Curitiba, enquanto que a comunidade tá lá depois da 5, para se reunir e conversar, *(risos)*.

[...] então essa velocidade, por exemplo, essa dinâmica, aí você quer pegar esse grupo e colocar nessa estrutura pesada, **daí a coisa não caminha**. Por mais boa intenção que seja. Você tem que arrastar o escritório, daí o técnico tem que estar em atendimento ao escritório e não se reúne qualquer hora, qualquer dia, em qualquer lugar. Não tem essa dinâmica.

A sociedade civil tem uma velocidade maior e se reunir embaixo de um pé de árvore, se reúne, seria quase como não comparando, você tem a condição, por exemplo, de se reunir em qualquer lugar sem ter o ônus de arrastar uma estrutura nas costas, muito embora com as mesmas necessidades, mas você não arrastar essa estrutura governamental que você tem regras. Vamos pegar, para você trocar um pneu, você precisa quase que fazer um orçamento, três orçamentos, nós não. O cara chega e diz:

- Arrume pra mim!

Tira do bolso e paga e boa. Funcionário do estado não vai tirar dinheiro do bolso para pagar o concerto do pneu. Ele não pode, tem que tirar uma nota. Então essa velocidade das coisas.

¹⁹ O MDA abriu um edital para a escolha de uma ATER, voltada à assistência dos agricultores no Vale do Ribeira, quem ganhou foi a Cooperiguaçu (Cooperativa Iguaçu de Prestação de Serviços). A Cooperiguaçu faz parte da Central das Cooperativas de Acompanhamento Técnico e Extensão Rural do Estado do Paraná (CENATER), a qual segue os princípios da PNATER.

Em um de seus projetos, a Cooperiguaçu tinha como objetivo: "Desenvolver ações de Assistência Técnica e Extensão Rural junto aos agricultores familiares promovendo o desenvolvimento sustentável através da transição ecológica dos sistemas produtivos, do fortalecimento das organizações da agricultura familiar, em especial às cooperativas solidárias, da construção de alternativas de renda que substituam o cultivo do fumo e da produção de alimentos saudáveis na perspectiva de abastecer as demandas institucionais, em especial o programa de Alimentação Escolar". Junto aos municípios de Cerro Azul, Itaperuçu, Bocaiúva do Sul e Adrianópolis do Vale do Ribeira. Disponível em <http://cenaterpr.com.br/public/downloads/Curriculum%20Cooperiguacu.pdf>. Acesso 04 jun. 2012.

Você pode estar em cima de uma moto velha e você está indo, não ir de moto, também pode ser a cavalo, vai, ou você passa o rio, vai nadando. O funcionário não vai se jogar na água e arriscar. Para passar do outro lado do rio, tem que ter uma estrutura. Aí vai naquele marasmo. E a velocidade é diferente. Essas são as diferenças de uma ATER, aí você fala das questões diferenciadas, aí as diferenças. (Entrevistado 2, 2010, grifo nosso).

Mas nem tudo é maravilha na ATER privada. Por mais que eu lute, por mais que a gente lute, a gente sabe. Porque a **ATER privada, ela não vai dar conta do bolsão de miséria que realmente precisa.**

Ou alguém tem dúvida disso?

Eu não tenho.

Uma organização vai trabalhar com alguém que não vai dar resposta, que tem que trazer de arrasto. Não vai. Aí que tá a diferença, a gente não pode entrar na contramão e dizer que a EMATER não tem sua importância. A gente tem que ser muito ponderado nisso. Se a ATER pública tem suas deficiências e não dá conta da nossa demanda, e isso é verdade, né.

[...] a velocidade do que precisa. Também é verdade que a ATER privada também não dá conta da universalidade, porque o princípio do povo é a universalidade e a ATER privada não é universal. Não é universal, ela tem categorias, ela tem grupos, isso é bom acentuar, isso é um conceito e o debate tem que ganhar corpo [...] (Entrevistado 2, 2010, grifo nosso).

A solução para a Assistência Técnica (ATER) aos agricultores familiares ainda não está resolvida por completo. Existem esforços da ATER pública, as ATER privadas também estão atuando junto ao território devido às políticas públicas, mas ainda há um longo caminho pela frente até que os objetivos traçados na Lei nº 12.188/2010 sejam atingidos.

A atuação das ATER, no Vale do Ribeira é uma das necessidades dos agricultores, essa e as demais situações são discutidas pelos atores sociais em diferentes grupos. Ou seja, as demandas e necessidades dos territórios rurais são estudadas pelo Conselho do Território, o Núcleo Técnico e as Câmaras Temáticas, que são formados pela sociedade civil e por membros do governo. A sociedade civil colabora no estudo das necessidades/prioridades, e o governo municipal gerencia os recursos provenientes do MDA.

Como essa política pública está voltada ao território e não aos setores da economia, as Câmaras Temáticas integram as necessidades do Território. Para dois dos entrevistados elas dão vida ao Território Rural.

[...] as câmaras temáticas, **essa que dá a vida**, essa é o dia-a-dia: Câmara temática da saúde, da educação, essas duas que eu disse não conseguiram decolar ainda. A que está funcionando é a câmara temática da agricultura, essa esta em pleno funcionamento, essa está indo bem

As outras ainda não?

As outras tão criadas, mas aí tentamos, estão em fase, como que é o nome? Câmara Temática de Segurança Alimentar e Nutricional. (Entrevistado 1, 2010, grifo nosso).

Mesmo que as câmaras elas vão existindo à medida das demandas né, é, não é uma coisa, assim que, você cria ela e força ela a existir. Ela vai existindo naturalmente, por exemplo, houve uma demanda nessa área, os afins começam a se agrupar naquele, aquele seguimento e discutir especificamente, porque se todo mundo resolver trabalhando tudo não vai sair nada, mas se todo mundo trabalhar uma mesma coisa vai ficar capenga, então daí essas câmaras temáticas vai acontecendo ao longo do aparecimento das demandas, e as pessoas que estão a fim de discutir aquilo. Por exemplo, a questão da Câmara da Agricultura ela já vinha lá que por sua vez as organizações já existiam antes do Território. (Entrevistado 2, 2010).

Nas falas dos entrevistados 1 e 2 mostra-se evidente a importância das Câmaras Temáticas no diagnóstico, ou melhor, no entendimento das necessidades existentes no Território e a forma como serão desenvolvidas as ações. Como as políticas estão voltadas ao Território e não a setores em específico, há a necessidade do funcionamento integrado de todas as Câmaras Temáticas, mas o que se observa é que, apesar das necessidades, a única que funciona melhor é a da Agricultura. Mas, por quê? Como a região apresenta

[...] os territórios que é chamado de Territórios Rurais né, dá um caráter agrícola que é um erro por conta que é o MDA que apoia. Território Rural no conceito é 50.000 habitantes menos de 50.000 habitantes né, e quantos hab/km² é não me lembro, tem um conceito por km² também... (Entrevistado 1, 2010).

[...] a ocupação demográfica. (Entrevistado 2, 2010).

[...] é a ocupação demográfica, mas são municípios com 50.000 habitantes a menos. É considerado um território rural, [...] a questão do rural não é agrícola. O rural não é um espaço né [...] (Entrevistado 1, 2010).

Não exatamente agrícola. (Entrevistado 2, 2010).

[...] que pega o município, e aí o município é agrícola.

Aí difere um pouco de nós aqui em Rio Branco do Sul, temos uma dificuldade porque não é um município essencialmente agrícola, nós temos na economia a Votorantim que mascara isso, aí você vai a Cerro Azul, se vai em Tunas, se vai em Adrianópolis, você vai em Doutor Ulysses, ele vive da agricultura, vive do rural, toda a sua atividade se permeia no rural isso que dá.

[...] território agrícola e não rural.

Isso, território agrícola, mas não é bem isso, porque, na verdade, na parte rural, mas tem toda a sua complexidade de estudo, de saúde, de educação, de infra-estrutura de estrada, não somente a questão da produção, mas quem mais assimilou foram esses setores que tavam organizados por exemplo mais voltados ao rural. (Entrevistado 1, 2010).

Como a maioria dos municípios desenvolvem mais as atividades voltadas à agricultura, tradicionalmente esses estão melhor organizados dentro de associações, sindicatos, fazendo com que a Câmara da Agricultura ganhe mais

força e organização. Na fala do entrevistado 1 identificam-se as outras necessidades do território: saúde, educação, infra-estrutura. Outra preocupação está voltada ao município de Rio Branco do Sul que tem como destaque as atividades industriais com a atuação da Votorantim Cimentos²⁰.

Outro problema é a falta de recursos financeiros para investir na propriedade ou de conhecimentos de como buscar estes recursos junto às instituições de crédito, tanto federais como cooperativas locais e estaduais, somado a isso tem-se até mesmo as dificuldades em superar a burocracia imposta pela busca desses recursos.

Para a aquisição de crédito é necessário cumprir algumas exigências estabelecidas. Nem todos os agricultores conseguem obter recursos provenientes do sistema bancário ou dos programas de governo, sendo a organização dos agricultores fundamental para solucionar essa dificuldade. Segundo Abramovay, a

[...] solução para este problema não está na criação de um sistema creditício estatal, à margem do sistema bancário e que suprima a própria noção de risco, mas na organização social que possa tanto pressionar o sistema bancário a conceder crédito, como favorecer o surgimento de formas coletivas de redução dos riscos como os fundos de aval ou o aval solidário aos empréstimos. As cooperativas de crédito – que vêm crescendo no Sul do País – são também um meio de contrabalançar os custos de transação pela organização local. (ABRAMOVAY, 1998, p. 15).

Assim, para equilibrar e amenizar essa situação, os agricultores do Vale do Ribeira contam com o auxílio da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL). A CRESOL organiza-se em pequenas unidades formando uma rede articulada entre si e com a comunidade local, cobrindo os estados do Paraná e Santa Catarina, expandindo-se para Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás e São Paulo. Dessa maneira a Cresol visa à democratização do crédito rural, promovendo - com isso - a inclusão social da Agricultura Familiar, o desenvolvimento local e a sustentabilidade institucional.

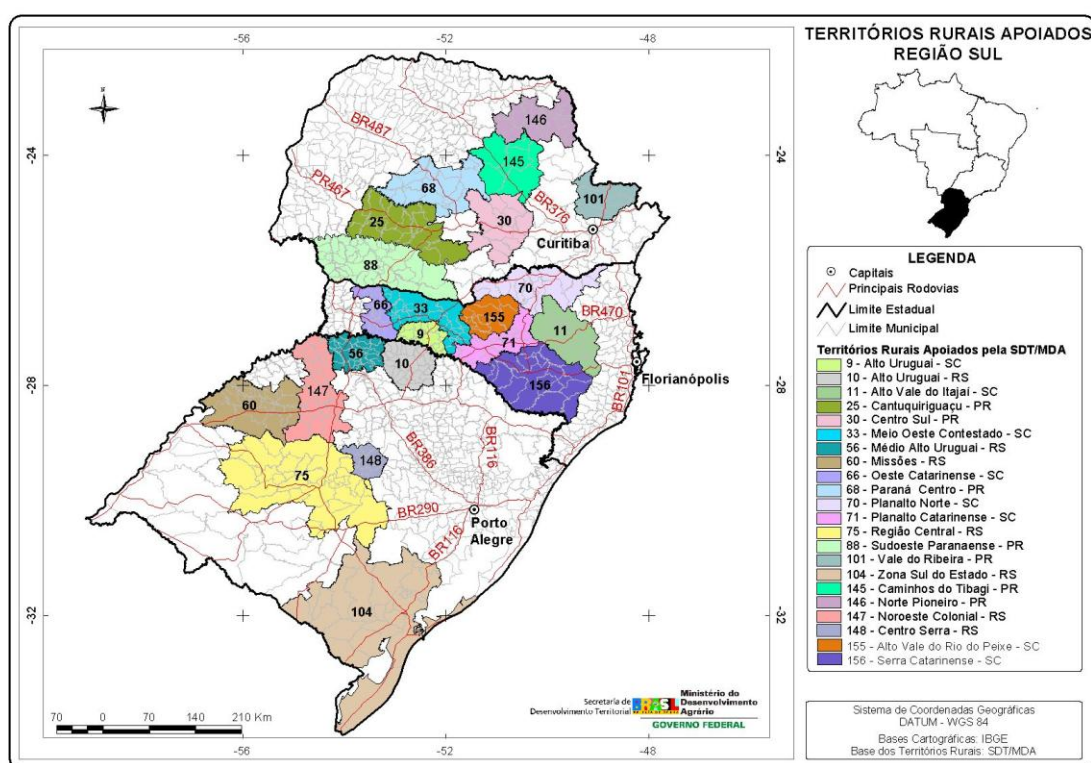
As características dos municípios que formam o Vale do Ribeira apresentam um maior número de estabelecimentos praticantes da agricultura familiar. De acordo com o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (PTDS) do Vale do Ribeira (2006), 30 % do território são ocupados pela agricultura familiar, responsável por

²⁰ Em 1953, é inaugurada, em Rio Branco do Sul (PR), a Companhia de Cimento Portland Rio Branco. Disponível em: <<http://www.votorantim-cimentos.com.br/htmls-ptb/Institucional/LinhaDoTempo.htm>>. Acesso em 05 jul. 2012.

60% da arrecadação, absorvendo 70% da mão de obra. Outra característica apresentada pelos municípios do Vale do Ribeira são os baixos índices do IDH. Devido às características existentes, a região foi incorporada às políticas públicas para o desenvolvimento territorial rural.

No Brasil, atualmente há 164 territórios rurais (Figura 4), dos quais sete estão localizados no estado do Paraná (Figura 7), entre eles o do Vale do Ribeira, que no mapa está identificado com o número cento e um (101).

Figura 7 – Mapa dos Territórios Rurais na Região Sul



Fonte: <http://sit.mda.gov.br/caderno_estadual.php?ac=buscar&territorio=®iao=&uf=PR>. Acesso: 10 abr. 2011.

O Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (PTDS) do Vale do Ribeira tem como apoio o Ministério do Desenvolvimento Agrário através da Secretaria do Desenvolvimento Territorial. A proposta voltada ao desenvolvimento sustentável está em permanente construção, envolvendo esforços conjuntos da sociedade civil, instituições públicas e privadas. A abrangência desse Plano é dada em diferentes dimensões: ambiental, sociocultural, econômica e política institucional.

Como o objetivo central é o desenvolvimento rural, é necessário definir eixos, estratégias e ações para atingir o objetivo proposto. Só é possível traçá-las a

partir do momento que se tem o conhecimento do território. Assim, o Fórum do Desenvolvimento do Vale do Ribeira, realizado em 2006, apresenta o desafio de coordenar o processo de gestão, avaliação e (re) planejamento da versão inicial do PTDRS.

A formulação do PTDS é embasada em alguns componentes, considerados essenciais para alcançarem os resultados esperados. Os principais componentes do Plano são: a Organização da Institucionalidade Territorial, Diagnóstico do Território, Visão do Futuro, Objetivos Estratégicos, Valores e princípios, Diretrizes Principais, Eixos de Desenvolvimento, Projetos Estratégicos e Sistema de Gestão.

Dos elementos supracitados, a *Visão do Futuro* presente no PTDS do Vale do Ribeira (2006, p. 8) consta o novo papel da agricultura familiar; o campo visto como espaço e modo de vida; geração de trabalho e renda; produção de alimentos = segurança e soberania alimentar; “Motor” econômico do Vale do Ribeira; preservação da biodiversidade e proteção ambiental. Além das colocações referentes a esse novo papel da agricultura, há um acréscimo em relação aos movimentos sociais, a cooperação de crédito, a organização sindical, a luta pela terra e as práticas agroecológicas. A *Visão do Futuro* consiste numa análise atual, e a definição do que o grupo (atores) pretende para o futuro do território, ou seja, “[...] pode ser entendida como a identificação dos sonhos individuais e coletivos as comunidade e sujeitos que fazem parte do território.” (BRASÍLIA, MDA, 2010, p. 25). Assim,

[...] desenvolvimento territorial sustentável do Vale do Ribeira deve promover integralmente a qualidade de vida de toda a população local, aumentar a auto-estima e a esperanças da geração atual e garantir os direitos das gerações futuras. Deve atender às necessidades básicas de terra, trabalho e renda, com investimentos em infra-estrutura e nas políticas de inclusão social e de combate à pobreza, respeitar o meio ambiente e todas as formas de vida, garantindo a conservação e o uso dos recursos naturais de uma forma equilibrada e consciente, com base nos processos democráticos e participativos no reconhecimento e no respeito mútuo à nossa diversidade social, cultural, religiosa, econômica e política. (Documento: Visão do Futuro, p. 2).

Para atingir o desenvolvimento territorial sustentável do Vale do Ribeira, foram listadas inúmeras propostas, elas estão organizadas em seis eixos estratégicos que podem ser observadas no Quadro 5.

Quadro 5 - Visão de Futuro

EIXOS ESTRATÉGICOS CENTRAIS	DESCRIÇÃO	SUB-EIXOS
Eixo 1	Infra-estrutura/ Serviços (segurança, saúde, comunicação educação, Crédito, regularização fundiária, Ater).	SERVIÇOS (segurança, saúde, comunicação, educação, Ater) INFRA-ESTRUTURA (segurança, saúde, comunicação, educação, Ater)
Eixo 2	(Re)-afirmação (valorização) do espaço rural (fortalecimento da agricultura familiar - melhoria da qualidade de vida) = o campo como modo e forma de vida (no Vale).	
Eixo 3	Educação, cultura e lazer – (Educação do campo).	
Eixo 4	Trabalho e renda (Produção/ Comercialização).	
Eixo 5	Meio Ambiente (sustentabilidade).	
Eixo 6	Gestão/ Organização.	

Fonte: Adaptado de BRASIL, 2010.

A Agroecologia foi mencionada no Eixo 01 – Serviços e infraestrutura. A organização deste ocorre primeiramente com um Diagnóstico/contexto/aspetos gerais, no qual foram definidas as **potencialidades** do lugar: início de ações de regularização fundiária; estrada/rodovias pavimentadas; Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); programas de habitação rural; Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); consolidações: CRESOL Itaperuçu, Cerro Azul, Adrianópolis; e posto de Atendimento da CRESOL: Rio Branco do Sul, Dr. Ulysses, Bocaiúva do Sul.

Na segunda parte desse eixo estão listadas as **dificuldades/ameaças**, que o grupo definiu da seguinte forma: Abrangência localizada da iniciativa de regularização fundiária; baixa potência da energia elétrica; políticas públicas; bolsões de pobreza que necessitam de ações específicas; crédito vinculado a normas técnicas incompatíveis para iniciativas agroecológicas e para autoconsumo; ausência de saneamento básico; estrutura de ATER insuficiente para protagonizar uma nova proposta junto ao campo; estrutura da segurança pública insuficiente; faltam áreas de lazer; pouca disponibilidade de máquinas e equipamentos agrícolas/rural (para agricultura familiar) e alto custo do transporte coletivo rural.

O crédito rural caracteriza-se como uma das dificuldades para os agricultores familiares. De acordo com a fala do entrevistado 3, a Cresol não apresenta um modelo específico de crédito voltado às práticas agroecológicas.

Outra opção de crédito é o PRONAF que apresenta várias linhas de crédito para atender as especificidades do público: Custeio; Investimento; Pronaf Agroindústria; Pronaf Agroecologia; Pronaf Eco; Pronaf Floresta; Pronaf Semi-Árido; Pronaf Mulher; Pronaf Jovem; Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares; Pronaf Cota-Parte; Microcrédito Rural; e Pronaf Mais Alimentos. A linha de crédito para o investimento dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos inclui o custo relativo da implantação e manutenção do empreendimento. (MDA, s.d.)

Dessa forma, o documento Visão do Futuro relata a realidade do Território Rural do Vale do Ribeira, seus problemas e possíveis soluções. Além da política pública, contam com o sistema de cooperativa solidária, mas ficam as perguntas: Como tudo isso repercute na realidade dos agricultores familiares desse território? Eles conseguem crédito através do PRONAF, ou da Cresol?

2.2 DA 1ª CONFERÊNCIA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VALE DO RIBEIRA AO PORTAL DO MDA E A AGROECOLOGIA

Outro documento pesquisado foi elaborado durante a I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira, realizada em Registro – SP, no ano de 2006. Reuniram-se para essa Conferência diferentes setores do Vale do Ribeira, as comunidades quilombolas, indígenas, caiçaras, ribeirinhos, jovens, mulheres, produtores urbanos e rurais, representantes de sindicatos e associações, representantes de prefeituras, câmaras, de secretarias de estados dos governos do Paraná e de São Paulo, juntamente com os representantes do governo federal para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional. A organização contou com o auxílio do Instituto para o Desenvolvimento e Cidadania do Vale do Ribeira (IDESC), através de Convênio com o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) do Ministério do Meio Ambiente. No diagnóstico apresentado nesse documento, salienta-se que os

[...] principais entraves ao desenvolvimento regional são: a falta de infraestrutura, a falta de regularização fundiária das terras, o reflorestamento desordenado, as leis ambientais restritivas sem políticas compensatórias, educativas e não incentivadoras do desenvolvimento sustentável, a tecnologia e pesquisa insuficientes e inadequadas a realidade e especificidade local, e a falta de investimentos em políticas sociais inclusivas. (IDESC, 2006, p. 9).

O diagnóstico torna-se de fundamental importância, pois é com ele que os atores sociais definirão as propostas para o desenvolvimento do território rural. Para elaborar qualquer proposta, é necessário ter o conhecimento da área, neste caso do território, assim como o entendimento do que é desenvolvimento territorial sustentável. O documento elaborado na Conferência traz o conceito de desenvolvimento territorial sustentável:

[...] promover integralmente a melhoria da qualidade de vida para toda a população local, aumentar a auto-estima e as expectativas da geração atual e garantir os direitos das gerações futuras. Deve atender ao princípio da democracia no acesso à terra e efetuar a regularização fundiária. Deve atender de forma universal e com qualidade as necessidades básicas de segurança alimentar, educação, saúde, moradia, transporte e segurança pública. Deve promover a geração de trabalho e renda a criação de mais e melhores empregos, com investimentos equitativos em infraestrutura e em políticas de inclusão social e de combate à pobreza. Deve respeitar o meio ambiente e todas as formas de vida, garantindo a conservação e o uso dos recursos naturais de uma forma equilibrada e consciente. Deve basear-se em processos democráticos e participativos; no reconhecimento do processo histórico e das características geográficas de formação do território e no respeito mútuo à nossa diversidade étnica, social, cultural, religiosa, econômica, política e de gênero. (IDESC, 2006, p. 7).

O conceito presente no documento também é tratado no capítulo 1, com base nos pesquisadores e no discurso contemporâneo, a exemplo dessa discussão, Santos e Marschner (2008) destacam que a política de desenvolvimento territorial exige uma análise, por parte dos atores sociais, dos fatores internos que levem ao entendimento da realidade desse território. Assim, é necessário primeiramente elaborar o diagnóstico do território, um “modelo mental” (Boisier, 1999), para ter subsídios suficientes para as propostas voltadas ao desenvolvimento desse território.

Dessa forma, o documento da Conferência foi organizado em seis dimensões estruturantes:

Dimensão I – implantar plano emergencial integrado de inclusão social, com ênfase no combate à pobreza, garantia de segurança alimentar e na geração de trabalho, emprego e renda.

Dimensão II – realizar os investimentos na recuperação em infra-estrutura existente e nas necessidades estruturais e históricas do território.

Dimensão III – reformulação e adequação das políticas públicas e a realização de investimentos sociais para promover o desenvolvimento humano em todas as suas dimensões.

Dimensão IV – (a) realização de investimentos em pesquisa e no fomento para modernização das cadeias produtivas e os sistemas de produção.

Dimensão IV – (b) implantação de alternativas para o desenvolvimento socioeconômico regional.

Dimensão V – garantir mecanismos democráticos e participativos de planejamento e de tomada de decisão, fortalecendo o capital social e garantindo o controle social sobre a gestão pública.

Dimensão VI – compatibilizar o desenvolvimento socioeconômico com a conservação dos recursos naturais e do meio ambiente. (IDESC, 2006, p. 11, grifo do autor).

A dimensão I está dividida em temas que consistem na Inclusão social; Segurança Alimentar; Geração de Trabalho, Emprego e Renda. Nas discussões dessa Conferência foram aprovadas estratégias voltadas ao desenvolvimento territorial rural. Dentro dos itens que compõem o tema Segurança Alimentar, diretamente vinculada à agroecologia, é importante destacar que essa consiste em:

Implantar programa de fomento à produção básica para o autoconsumo e segurança alimentar, envolvendo os diversos níveis de governança a fim de proporcionar as condições mínimas para aumentar a produção de alimentos básicos através de projetos de incentivo, financiamento e distribuição e produção de sementes, mudas, matrizes, apoiar com equipamentos e máquinas adequadas às características locais para o preparo de solo, disponibilizar a assistência técnica para a produção de grão, frutas em geral, hortaliças, legumes, pequenos animais, plantas medicinais, olericultura, resgatando as sementes crioulas e variedades tradicionais num sistema agroecológico. (IDESC, 2006, p. 12).

No mesmo documento, na dimensão IV, com o tema agricultura familiar, a agroecologia volta na pauta das propostas aprovadas como consenso: “Estimular a agricultura agroecológica, sistema agroflorestal e permacultura como base no Desenvolvimento Sustentável” e “Estimular a agricultura agroecológica, sistema agroflorestal e permacultura como base no Desenvolvimento Sustentável”. (IDESC, 2006, p. 25-26).

O documento continua a mencionar a agroecologia, na dimensão VI. Ao tratar da temática Meio Ambiente é aprovada como consenso a criação de centro de pesquisa em tecnologia agroecológica, ambiental, florestal e da biodiversidade; a implementação e apoio a programas de produção de alimentos agroecológicos,

assim como o incentivo ao consumo pelos órgãos públicos e o incentivo à democratização da terra, viabilizando o assentamento de famílias sem terra, “com ênfase na produção agroecológica”. (IDESC, 2006, p. 29-30).

As demais propostas vinculadas ao tema Segurança Alimentar estão indiretamente ligados à agroecologia. Portanto, a agroecologia está presente como um dos elementos viabilizadores ao desenvolvimento socioeconômico do território, considerando que a agroecologia visa à sustentabilidade ecológica, econômica, política e cultural, principalmente nas pequenas propriedades. (SAQUET, 2010)

Atualmente, o portal do MDA, destaca a agroecologia como parte de uma das Redes Temáticas e tem como objetivo

[...] contribuir para a efetivação da Agroecologia nas ações públicas de assistência técnica e extensão rural, em todo o território nacional e em sintonia com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Esta Rede é formada por extensionistas-articuladores do tema nas instituições estaduais e não-governamentais de ATER que fazem parte do Sistema Brasileiro de ATER. (MDA, s.p.).

Assim, podemos constatar que a Agroecologia faz parte das Políticas Públicas e sua territorialização ocorre lentamente no Vale do Ribeira. Neste capítulo foi possível verificar que os conceitos também são discutidos na academia, por pesquisadores como Boisier (1999), Caporal (2005), Cunha (2003, 2008), Malluf (2000), Montenegro Gómez(2006), Villa Verde(2004), e Wanderley(2000).

CAPÍTULO 3 - A PRESENÇA DA AGROECOLOGIA NO TERRITÓRIO RURAL DO VALE DO RIBEIRA

Este capítulo tem como objetivo analisar a agroecologia no Território Rural do Vale do Ribeira. Para atingir esse objetivo, primeiramente é necessário entender o que é a agroecologia, como os agricultores organizam suas propriedades dentro dos princípios da Agroecologia? Uma das questões intrigantes é o motivo que os levou a optar pela agroecologia e não outro sistema de plantio.

Para a elaboração da fundamentação teórica a fim de compreender as características e definições dos conceitos referentes à agricultura alternativa, em específico a Agroecologia, optou-se pelos textos de Gomes (1999), Caporal (2009), Caporal, Costabeber (2000), Darolt (2003), Ehlers (2008), Alves (2008), Hespanhol (2008), Saquet (2008), Altieri (2009), Saquet; Souza; Santos (2010), pois correspondem a pesquisadores que discutem essa temática na academia e alguns embasam os documentos oficiais do governo federal e estadual, a exemplo Caporal, Costabeber e Darolt.

3.1 DEFINIÇÃO E ORIGEM DA AGROECOLOGIA

As discussões referentes à agricultura alternativa ocorrem há algum tempo, desde as décadas de 1920 e 1930. Os primeiros grupos organizados que discutiam uma forma alternativa de agricultura ficaram conhecidos como alternativos ou rebeldes, estavam agrupados em quatro vertentes: a agricultura biodinâmica, a agricultura orgânica e a agricultura biológica, na Europa, e a agricultura natural no Japão. (EHLERS, 2008)

Segundo Ehlers (2008), a *agricultura biodinâmica* teve início em 1924, por Rudolf Steinér, filósofo austríaco. Essa vertente foi embasada no movimento filosófico, a Antroposofia²¹. Uma das principais características dessa vertente é compreender que a propriedade agrícola é uma espécie de organismo autônomo ou

²¹ Antroposofia (ingl. Anthroposophy) o termo foi criado por J. P. V. Troxler para indicar a doutrina natural do conhecimento humano (*Naturlehre der menschlichen Erkenntnis*, 1828) e retomada por R. Steinér quando, em 1913, se separou do movimento teosófico e quis sublinhar a importância da doutrina a respeito da natureza e do destino do homem. (ABBAGNANO, 1982, p. 64, grifo do autor)

autossuficiente. Sua difusão ocorreu rapidamente pela Europa, principalmente na Suíça, Alemanha e Estados Unidos. As propriedades que seguem essa vertente precisam fazer a interação entre a produção vegetal e animal; respeitar as melhores fases astrológicas, do calendário biodinâmico, tanto para a semeadura como para as demais etapas do cultivo; utilizar compostos, elaborados a partir de substâncias minerais, vegetais e animais, para revitalização do solo.

A segunda vertente é a *agricultura orgânica*, proposta pelo inglês Sir Albert Howard, após estudos realizados na Índia entre 1925 e 1930. Nesses estudos ele observou que os sistemas produtivos hindus apresentavam alta produtividade e baixa incidência de praga, mesmo sem usar adubos químicos, concluindo que a fertilidade do solo beneficiava a saúde das plantas e dos animais. Essa fertilização era obtida por meio de resíduos transformados em húmus, a esse processo de transformar chamou de compostagem. Na produção orgânica é necessário:

[...] (1) a integração da produção animal e vegetal; (2) uso de rações e forragens obtidas no local ou adquiridas de fornecedores orgânicos; (3) consorciações e rotação de culturas; (4) uso de variedades adaptadas as condições locais do clima e dos solos (condições edafoclimáticas); (5) adubação verde; (6) introdução de “quebra-ventos”; (7) uso de biofertilizantes; (8) reciclagem dos materiais orgânicos gerados na unidade de produção agrícola; e (9) manutenção de cobertura vegetal, viva ou morta, sobre o solo. (EHLERS, 2008, p. 43).

A agricultura orgânica é definida internacionalmente no Codex Alimentarius, programa em conjunto com a FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) e pela OMS (Organização Mundial da Saúde), criado a fim de proteger a saúde da população. (ALMEIDA et al, 2005)

A terceira vertente, a *agricultura biológica*, iniciou em 1930, por Hans-Peter Müller, tendo como base os aspectos sociais e econômicos, sua preocupação era com autonomia dos produtores e com a comercialização direta aos consumidores. Em 1960 Hans Peter Rush, sistematizou e difundiu a proposta de Müller, tendo como base a proteção ambiental, a qualidade dos alimentos e a procura por fontes de energia renováveis. A agricultura biológica se desenvolveu mais na França, ao abrigar outras vertentes, seu significado passou a ser agricultura alternativa de forma geral. Na década de 1970, com os estudos do pesquisador Claude Aubert, houve um fortalecimento da agricultura biológica na França. (EHLERS, 2008)

No Japão, em 1935, Mokiti Okada, cria a *agricultura natural*, tendo como princípio fundamental o respeito às leis da natureza. O que diferencia essa vertente da agricultura orgânica é a restrição ao uso de matéria orgânica de origem animal. De acordo com os princípios, para Okada, os excrementos animais poderiam conter impurezas, portanto, o seu uso não era recomendado. (EHLERS, 2008)

Por muito tempo, a comunidade científica se opôs a essas quatro vertentes, somente na década de 1970, elas se firmaram em contraposição à agricultura convencional. Outros movimentos, como: a agricultura ecológica, agricultura ecologicamente apropriada, agricultura regenerativa, permacultura, low-input agricultura renovável, são variantes das vertentes alternativas citadas no início deste capítulo. Todas essas formas de desenvolver a agricultura apresentam, em comum: são ambientalmente corretas, socialmente justas e economicamente viáveis. (EHLERS, 2008) Assim:

Ao mesmo tempo a agricultura alternativa é portadora de uma mensagem ambiental e ecológica em que a relação homem-natureza é mediada por uma representação diferenciada do ambiente da agricultura convencional. A natureza não é apenas entorno, mas representa uma visão de mundo, onde o homem integra o mundo natural e com ele se identifica. Nesse sentido a produção agrícola não é apenas orientada por uma racionalidade instrumental, mas por racionalidades diversas relacionadas com a natureza do homem e por isso é definidora de um estilo ou de um modo de vida. (BRANDENBURG, 2002, p. 14).

Não se trata de desenvolver uma agricultura livre de agrotóxico, ou de defensivos agrícolas, mas integrando homem e natureza. Alves (2008) defende a implantação de uma agricultura que permita o desenvolvimento de produtos com mais qualidade, livre de agrotóxicos. Essa estrutura permite a utilização de baixa tecnologia, porém, o agricultor deve estar munido de informação, o que lhe permite o desenvolvimento da atividade. Consequentemente, aumenta a qualidade do ambiente e a qualidade de vida dos agricultores que desenvolvem essa agricultura, ou seja, a produção dentro dos princípios da agroecologia não se restringe apenas ao não uso de agrotóxicos.

Para alguns, é importante a concretização de uma agricultura mais limpa, que utilize formas alternativas de produção, empregando menos insumos externos, de forma menos agressiva ao meio ambiente. Saquet reforça a ideia de que a

[...] a agroecologia nos faz lembrar de uma agricultura menos agressiva ao meio ambiente, que promove a inclusão social, proporciona melhores condições econômicas para os agricultores, aliada à segurança alimentar dos próprios produtores e consumidores em geral. (SAQUET, 2008, p. 143).

Saquet (2008) enfatiza os pontos positivos em relação ao desenvolvimento da agroecologia, na qual há uma valorização dos produtos agropecuários, da qualidade dos alimentos produzidos, da saúde dos produtores e da população de maneira geral. O sucesso da agricultura alternativa depende também dos consumidores:

[...] sobretudo aqueles mais sensibilizados com os problemas ambientais, com maior grau de escolaridade e com maior poder aquisitivo, passam a valorizar os produtos genericamente denominados de orgânicos, surgindo novos nichos de mercado que passam a ser atendidos por produtores rurais que substituíram ou abandonaram o sistema convencional de produção por outros menos agressivos ao meio ambiente e ao homem. (HESPANHOL, 2008, p. 121).

A agroecologia é considerada um elemento importante de inovação em áreas rurais, uma vez que colabora no processo de desenvolvimento rural de forma mais sustentável. Os agricultores necessitam de informações técnicas para o seu desenvolvimento, pois, apesar de exigir baixa tecnologia, esse processo é considerado complexo. (ALVES, 2008).

Nesse processo se faz um resgate dos conhecimentos dos agricultores, antes menosprezados com a implementação da agricultura moderna. Para Caporal,

[...] os cientistas 'não têm sido verdadeiramente capazes de ouvir o que os agricultores têm a dizer, porque as premissas filosóficas da ciência convencional não conferem legitimidade aos conhecimentos e às formas de aprendizagem dos agricultores' e, com isso, não são capazes de romper com a suposta superioridade da ciência convencional. (CAPORAL, 2009, p. 04).

Corroborar-se, no trecho, a dificuldade dos cientistas em ouvir os agricultores, seus conhecimentos, suas experiências com a agricultura, perde-se, com isso, a oportunidade de usufruir dos diferentes conhecimentos referentes à agricultura. Para Caporal (2009), a Agroecologia procura a integração dos saberes históricos dos agricultores com o conhecimento científico, podendo, assim, elaborar estratégias diferenciadas para um novo modelo de desenvolvimento rural, ou até mesmo compreendendo, analisando e criticando com maior propriedade o atual modelo de desenvolvimento.

A agroecologia proporciona a criação de agroecossistemas²² sustentáveis de alta produtividade. Assim,

[...] partir dos princípios da Agroecologia, existe um potencial técnico-científico já conhecido e que é capaz de impulsionar uma mudança substancial no meio rural e na agricultura e, portanto, pode servir como base para reorientar ações de ensino, de pesquisa e de assessoria ou assistência técnica e extensão rural, numa perspectiva que assegure uma maior sustentabilidade sócio-ambiental e econômica para os diferentes agroecossistemas. (CAPORAL, 2009, p. 02).

Portanto, a Agroecologia pode colaborar em mudanças significativas no meio rural. A partir das bases epistemológicas da Agroecologia é possível ter tantas agriculturas, de acordo com os diferentes agroecossistemas existentes, assim como os diferentes sistemas culturais das pessoas que as praticam. A Agroecologia não tem o poder de solucionar todos os problemas decorrentes das ações antrópicas, ou resolver as questões voltadas à estrutura econômica globalizada, mas pode colaborar para um desenvolvimento rural mais sustentável e uma agricultura mais sustentável. (CAPORAL, 2009)

Pensando assim, o desenvolvimento rural de uma determinada área depende de vários fatores e compreendem desde os recursos naturais até as relações entre os atores locais, governo federal, estadual e municipal, juntamente com as políticas públicas.

De forma resumida, Caporal e Costabeber²³ definem agroecologia como o:

²² Os agroecossistemas são considerados como unidades fundamentais para o estudo e planejamento das intervenções humanas em prol do desenvolvimento rural sustentável. São nestas unidades geográficas e socioculturais que ocorrem os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações sócio-econômicas, constituindo o *locus* onde se pode buscar uma análise sistêmica e holística do conjunto destas relações e transformações. CAPORAL, F. R., COSTABEBER, J. A. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/agroecologiabr/conceitos_de_agroecologia.htm>. Acesso em: 19 out. 2010.

²³ Caporal e Costabeber (2000) embasa essa definição de agroecologia em Servilla Guzmán, González de Molina (1996).

[...] manejo ecológico dos recursos naturais que, incorporando uma ação social coletiva de caráter participativo, permita projetar métodos de desenvolvimento sustentável. Isso se realiza através de um enfoque holístico e uma estratégia sistêmica que reconduza o curso alterado da evolução social e ecológica, mediante o estabelecimento de mecanismos de controle das forças produtivas para frear as formas de produção degradantes e espoliadoras da natureza e da sociedade, causadoras da atual crise ecológica. Em tal estratégia, desempenha o papel central da dimensão local como portadora de um potencial endógeno que, através da articulação do conhecimento camponês com o científico, permita a implementação de sistemas de agricultura alternativa potenciadores da biodiversidade ecológica e sociocultural. Pode-se também afirmar que a Agroecologia se aproxima ao estudo da agricultura numa perspectiva ecológica, mas não se limita somente a essa perspectiva, na medida em que sua preocupação fundamental está orientada a compreender os processos produtivos de maneira mais ampla. (CAPORAL e COSTABEBER, 2000, p. 12).

Ampliando o entendimento da Agroecologia, dentro de um pensamento complexo:

[...] A Agroecologia, logo, não se emarca no paradigma convencional, cartesiano e reducionista, no paradigma da simplificação (disjunção ou redução), pois, como ensina Morin²⁴, este não consegue reconhecer a existência do problema da complexidade. E é disto que se trata, reconhecer que nas relações do homem com outros homens e destes com o meio ambiente, estamos tratando de algo que requer um novo enfoque paradigmático, capaz de unir os conhecimentos de diferentes disciplinas científicas, com os saberes tradicionais. (CAPORAL, 2009, p. 05).

É possível visualizar uma nova forma de praticar a agricultura, contrapondo-a à agricultura moderna²⁵. A busca por alternativas que viabilizem novas formas de produção leva agricultores a assumirem novos desafios, reestruturando suas propriedades dentro dos princípios da Agroecologia. A Agroecologia busca romper o isolacionismo das ciências, valorizando os conhecimentos das diferentes ciências, assim como o conhecimento dos agricultores. Na próxima seção discorreremos sobre como ocorre o desenvolvimento da Agroecologia do Vale do Ribeira. Para isso, optou-se por fazer um breve histórico dessa prática no Brasil e no Paraná, mais precisamente destacando momentos importantes nesse processo.

²⁴ Caporal (2009) cita Morin (1999, p. 33) ao tratar da Agroecologia como um “pensar complexo”, um pensamento que busca unir, “não na confusão, mas operando diferenciações”. (CAPORAL, 2009, p. 09)

²⁵ No século XVIII, teve início a Agricultura Moderna com a 1ª Revolução Agrícola, que se caracterizou pela aproximação das atividades agrícolas e pecuárias, a rotação de cultura, o abandono do pousio. O século XIX foi marcado com a 2ª Revolução Agrícola, a qual destacou-se pela inovação de tecnologia e adubação química. A intensificação das descobertas científicas e inovações tecnológicas culminaram em 1970 com a Revolução Verde, cujo objetivo era promover a melhoria dos índices de produtividade. (EHLERS, 2008)

3.2 A AGROECOLOGIA NO PARANÁ

De acordo com Ehlers (2008), o movimento alternativo iniciou no Brasil na década de 1970, questionando o tratamento dado às questões agrárias e às estratégias propostas na modernização. Em 1972, foi instalada a Estância Demétria, em Botucatu-SP, a qual seguia e ainda segue os princípios da agricultura biodinâmica. Já no ano de 1976, é lançado o “*Manifesto ecológico brasileiro: fim do futuro?*”, por Lutzenberger. As ideias deste último e de outros intelectuais alternativos não deram resultado entre as escolas de agronomia e nos órgãos de pesquisa e extensão. Essas instituições acreditavam no uso de agroquímicos e na agricultura convencional, por isso, acabavam por posicionar-se contrárias às ideias da agricultura alternativa.

A busca por alternativas que viabilizassem novas formas de produção leva agricultores a assumir novos desafios, reestruturando suas propriedades dentro dos princípios da agroecologia. Essas discussões, elencadas no início do capítulo 3, não são recentes, em termos mundiais. No Paraná, o marco inicial foi o Primeiro Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBAA), realizado em Curitiba em 1981, o que balizou as discussões sobre a agricultura orgânica no estado. Na época, as discussões foram encorajadas pelas críticas à modernização da agricultura, manifestadas em 1979, no 11º Congresso de Agronomia, também realizado em Curitiba. (IPARDES, 2007). A partir desse fato, as discussões sobre a produção orgânica tiveram sua continuidade, no Paraná. Para Karam, desde o início da década de 1980, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), há

[...] iniciativas que se contrapõem ao modelo desenvolvimentista da revolução verde e adotam práticas produtivas orientadas por sistemas de produção ‘alternativos’ (assim denominados na época). Os precursores desse movimento são atores urbanos – agrônomos e outros profissionais, militantes e estudantes –, que passam a morar e produzir alimentos no ‘campo’, bem como a estimular famílias agricultoras a também fazerem a transição para tais sistemas de produção, apoiando-se nas possibilidades de sustentabilidade social, econômica, cultural, ambiental e política. (KARAM, 2004, p. 305).

A atuação das organizações não governamentais teve um papel importante no desenvolvimento da agricultura orgânica no Paraná. Na década de 1990 foram desenvolvidos trabalhos voltados à valorização das experiências e dos conhecimentos dos agricultores, refletindo na agricultura familiar, com o estímulo ao

associativismo e cooperativismo, a assistência técnica. Essas ONGs apresentavam-se muito mais próximas dos agricultores familiares do que o próprio poder público. (FLORIANI, 2011)

Considerando ainda o trabalho realizado por Melão (2010), no Censo Agropecuário de 2006, o Paraná apresentava 7.527 estabelecimentos agropecuários voltados à produção orgânica, correspondendo a 8,3% do total de estabelecimentos que realizavam atividade orgânica no Brasil, o que corresponde a aproximadamente 1,8 milhões de hectares. Observando a Figura 8, é possível ter uma noção da localização e o tipo de produto orgânico produzido do Paraná.

Figura 8 – Mapa da Localização da produção orgânica no Paraná



Fonte: <<http://planetaorganico.com.br/site/index.php/panorama-geral-os-numeros-dagricultura-organica- hoje/>>. Acesso em: 13 fev. 2012.

Segundo Floriani (2011, p. 179), o Paraná apresenta-se em segundo lugar no Brasil, na produção de orgânicos, com 4.331 produtores, “[...] sendo responsável por 30% de todos os produtos olerícolas do país [...]”. A Região Metropolitana de Curitiba concentra 47% de toda a produção do Estado, destacando que, até

[...] meados da década de 1990 predominava na região a olericultura, que ocupava a terceira posição na produção de hortifrutigranjeiros do país, abastecendo diferentes estados brasileiros. Mais de 80% dos estabelecimentos têm área menor de 50 hectares, onde predomina a exploração pela agricultura familiar, sendo a família não só a proprietária da unidade produtiva, mas também a responsável pela organização, pelo trabalho e pelas decisões [...]. (KARAM, 2004, p. 305).

De acordo com Popia et al (2007), citado por Floriani (2011), no período de 2000 a 2005, aumentou aproximadamente 42% o número de agricultores trabalhando na olericultura orgânica no Paraná. Aumentando a área de 550 hectares para 1.208 hectares, aproximadamente 120%.

O Paraná apresenta algumas instituições voltadas à construção do setor orgânico e do movimento agroecológico, como: IAPAR (Instituto Agrônômico do Paraná), CPRA (Centro Paranaense de Referência em Agroecologia), CEDRAF (Conselho Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar), Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná, UFPR (Universidade Federal do Paraná) - Setor Litoral; o Centro Estadual de Educação Profissional Newton Freire Maia (Pinhais/PR), o DETI (Departamento de Educação e Trabalho), a SEED (Secretaria de Estado da Educação), a SETI (Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior), por meio do Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR), Casas Familiares Rurais; entre outros. (MELÃO, 2010)

Durante a pesquisa, foi possível identificar a atuação de algumas instituições no Vale do Ribeira, com o intuito de auxiliarem os agricultores familiares, entre elas: a AOPA (Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia), a UFPR, a SEED²⁶ (Secretaria de Estado da Educação), a CRESOL (Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária) e DESER (Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais). Na presente pesquisa, o destaque será dado à AOPA, o Núcleo Maurício Burmester do Amaral da Rede Ecovida, CRESOL e EMATER. Mas, a questão que se coloca é: de que forma ocorre o apoio dessas instituições?

A AOPA, criada em 1995, procura auxiliar os agricultores na organização das propriedades dentro dos princípios da agroecologia, auxiliando na recuperação de nascentes a partir da mata ciliar, criação de sistemas agroflorestais, buscando desenvolver uma agricultura sustentável. A associação também auxilia na comercialização dos produtos orgânicos. A AOPA faz a assessoria ao Núcleo Maurício Burmester do Amaral da Rede Ecovida. Porém, as dificuldades são muitas, para que os objetivos da AOPA sejam concretizados, nas palavras de um dos entrevistados, isso é visível:

²⁶ O Centro Estadual de Educação Profissional Newton Freire Maia, localizado no município de Pinhais, oferece o curso de Agroecologia, em período integral para os filhos de agricultores familiares, principalmente os provenientes do Vale do Ribeira.

[...] a maioria dos grupos se firmaram com a comercialização e com os programas governamentais: PAA²⁷ e agora com a alimentação escolar.

O pessoal tá pegando o jeito de como fazer isso, essa burocracia é infernal, apesar de estar bem facilitada essa chamada.

As prefeituras estão se adaptando, mas aí você entra numa encruzilhada, se você aumenta a demanda, não tem produto e o pessoal acaba desistindo e aí a gente fica nesse jogo. É tentar juntar essas duas partes.

A maioria, você vai lá compra, eu te vendo e me paga e acabo. Não importa o que você vai fazer, vai doar, jogar fora, aí não interessa o que você vai fazer. Vai lá buscar.

A gente enfrentou alguns problemas nesses aspectos, o cara tinha o produto, mas morava lá num sei aonde, era mandioca, vai lá arranca a mandioca, coloca num burro, numa carriola e traz aqui né, tá bom eu vou levar, então tá bom, o carro está aqui para carregar às três da tarde.

Não apareceu

- Aí aparece na outra semana e aí o que aconteceu?

- Ah num colhi não, tava chovendo.

E a necessidade premente de melhoria financeira, a necessidade de tudo...

Coisa que a gente lida o tempo inteiro é premente.

Uma das grandes dificuldades que estamos tendo é a juventude no campo.

A necessidade de se educar dentro dos meios formais [...] o que fazer com a escola que é longe e que não tem nada a ver com a realidade deles.

São lixos daqui que vai para lá.

Complicadíssimo.

O entrave maior não está no jovem, mas nos pais: meu filho tem que aprender a ler e escrever, não quero que ele sofra o que eu sofro

Tem a idéia de que a vida no campo é sofrimento, isso tá muito arraigado. (Entrevistado, 4, 2011).

As questões sociais, econômicas, ambientais e políticas trazem transtornos à organização do território e exigem grandes esforços para serem solucionadas. Na tentativa dos agricultores participarem do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), torna-se necessária organização dos mesmos e da AOPA. As dificuldades surgem no momento em que um ou mais agricultores quebram a logística do processo, o simples fato de não entregar o produto de acordo com o combinado, por exemplo. Muitos agricultores preferem a venda direta ao consumidor ou ao atravessador, a história do *pagou-levou*, simples, prático e rápido na visão de alguns. Outra questão levantada no momento da *entrevista 4* é a importância do agricultor estar informado, discutir as políticas públicas voltadas à agricultura familiar, participar dos cursos de formação, mas o interesse por essa formação é de alguns e não do conjunto como o todo, outro agravante é que alguns agricultores não são alfabetizados, o que dificulta algumas ações desenvolvidas pela AOPA.

²⁷ Foi criado em 2003, o **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)** é uma ação do Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção. (MDA, s.d., grifo nosso) Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/paa>>. Acesso em: 03 abr. 2012.

Infelizmente, a ideia de que a “vida no campo é sofrimento” está cristalizada de tal forma que muitos agricultores incentivam os filhos a deixarem o campo.

Um dos agricultores entrevistados fez a seguinte colocação:

É a questão de organizar da porteira para dentro.
Tem certas coisas que em certa época que não sai.
[...] Tipo o Dionísio que mora na parte mais fria do município, sai para ele, e não sai para nós aqui. Não adianta eu querer, essa questão de organizar da porteira para dentro, não adianta eu me atropelar e querer dizer que eu vou manter o mercado, sei que uma época que eu não vou conseguir fazer. Essa questão dos trabalhos de grupo é justamente isso daí. É uma coisa que o trabalho da Rede ele tenta organizar isso. Tipo não tá saindo de um lugar, mas tá saindo do outro.
Aquele produto que não tá saindo daqui, tá fazendo parte da Rede, tá fazendo parte dos grupos, tá saindo lá de determinada região. (Entrevistado 12, 2011).

Com essa fala identificamos que esse agricultor tem a noção da importância do trabalho em rede e da Rede Ecovida, pois quando ele não pode disponibilizar um produto, outro companheiro pode suprir essa deficiência, assim, os agricultores formam uma rede integrada de comercialização.

Podemos entender um pouco mais sobre a integração dos agricultores da Rede Ecovida. De acordo com Magnanti (2008), no ano de 2006 a Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia (AOPA) de Curitiba (PR), a Associação Cooperafloresta de Barra do Turvo (SP), Cooperativa Ecoserra de Lages (SC), a Associação Regional de Cooperação e Agroecologia (Ecoterra) de Erechim (RS) organizaram um sistema de comercialização baseado na economia solidária e na Agroecologia: **o Circuito Sul de Circulação de Alimentos da Rede Ecovida** (Figura 9). Esse circuito surge a partir de inúmeras discussões voltadas a organizar estratégias de comercialização e escoamento de alimentos agroecológicos. Participaram dessas discussões as instituições promotoras da Agroecologia no Sul do Brasil e as organizações vinculadas à Rede Ecovida de Agroecologia. O Circuito de Alimentos da Rede Ecovida conta com a participação dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Para o agricultor familiar estar integrado ao circuito, os alimentos devem ser produzidos ecologicamente e certificados com selo da Rede Ecovida.

No Paraná, as Organizações que atualmente integram o Circuito são:

- Associação de Agricultura Orgânica do Paraná (AOPA), de Curitiba,

- Associação dos Produtores Orgânicos do Médio Oeste do Paraná (APOMOP),
- Cooperativa das Famílias Agroecológicas (COFAECO), de São Mateus do Sul,
- Associação dos Produtores Ecológicos de Palmeira (APEP).

Figura 9 - Mapa das Rotas do circuito de comercialização da rede Ecovida



Fonte: MAGNANTI, 2008, p. 28.

Os municípios de Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, que compõem o Território Rural do Vale do Ribeira, participam do Circuito de Comercialização da Rede Ecovida, com o auxílio da AOPA. Assim como todos os agricultores que integram a Rede Ecovida formam uma rede que, segundo Corrêa (1997), constitui-se em um conjunto de localizações geográficas interconectadas entre si por certo número de ligações. A estrutura das redes está alicerçada nas seguintes dimensões: organizacional, temporal e espacial.

Assim, as redes podem ser entendidas como instrumento que constituem uma realidade material, caracterizada por toda a infraestrutura, inscrita em um

território, que permite o transporte de informação, bens e matérias. Dentro da dinâmica de atuação da Rede Ecovida:

Não basta, pois, produzir. É indispensável pôr a produção em movimento. Em realidade, não é mais a produção que preside à circulação, mas é esta que conforma a produção. [...] Aqueles que reúnem as condições para subsistir, num mundo marcado por uma inovação galopante e uma concorrência selvagem, são os mais velozes [...]. (SANTOS, 2006, p. 275).

Portanto, o Núcleo Maurício Burmester do Amaral, da Rede Ecovida, auxilia os agricultores familiares, desde a assistência técnica, a organização de discussões voltadas à Agroecologia, formando uma rede entre os agricultores familiares, possibilitando a circulação de produtos e informações.

A Rede Ecovida está credenciada junto ao Ministério da Agricultura (MAPA), auxilia os agricultores na obtenção da Certificação Participativa. A Certificação não significa estar apenas cumprindo exigências do mercado, tendo em vista que ao

[...] contrário do que muitos pensam que a certificação teve origem por exigência do mercado ou por imposição governamental, ela teve início no princípio do século XX na França, onde pequenos produtores de vinho pretendiam diferenciar suas bebidas daquelas produzidas em maior escala através de processos industriais. Assim, criaram critérios que hoje são parte da certificação de produtos conhecidos como Marcas de Conformidade. Podemos citar: Denominação de Origem Controlada (DOC), Indicação Geográfica Protegida (IGP), Produto Orgânico, etc. (OLIVEIRA; SANTOS, 2004, p. 8).

A rede Ecovida de Agroecologia foi criada em 1998, devido à necessidade de unir esforços e “[...] dar maior consistência política ao movimento agroecológico do Sul do Brasil.” (MAGNANTI, 2008, p. 26). A Rede é formada por

[...] agricultores familiares, técnicos e consumidores reunidos em associações, cooperativas e grupos informais que, juntamente com pequenas agroindústrias, comerciantes ecológicos e pessoas comprometidas com o desenvolvimento da agroecologia [...]. (ECOVIDA, 2011).

Esse grupo de atores sociais organiza-se em torno da Rede Ecovida com os objetivos de:

a) Desenvolver e multiplicar as iniciativas em agroecologia; b) Estimular o trabalho associativo na produção e no consumo de produtos ecológicos; c) Articular e disponibilizar informações entre as organizações e pessoas; e) Aproximar, de forma solidária, agricultores e consumidores; f) Estimular o intercâmbio, o resgate e a valorização do saber popular; g) Ter uma marca e um selo que expressem o processo, o compromisso e a qualidade. (ECOVIDA, 2012).

Para alcançar os objetivos propostos, a Rede funciona de forma descentralizada, com o auxílio dos núcleos regionais. Esses Núcleos reúnem membros de uma região com características semelhantes, assim, a troca de informações é facilitada. A Rede conta com vinte e cinco núcleos localizados nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. No estado do Paraná, estão sete deles. O trabalho da Rede reúne cerca de 10 cooperativas de consumidores, 20 ONGs e 200 grupos de agricultores. Uma das formas de comercialização é para a alimentação escolar, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Além disso, há também a possibilidade de comercialização para pequenos comércios e distribuidores, para grupos de troca de alimentos e nas feiras ecológicas. Atualmente a Rede atua com mais de 100 feiras livres. (ECOVIDA; MARFIL, s.d.)

Assim como uma das ações da Rede Ecovida é a de auxiliar os agricultores agroecológicos a obterem o Certificado²⁸ Participativo, esses começam com um levantamento de dados da propriedade. Esse levantamento denominado de Plano de Manejo Orgânico, para solicitar a certificação, inclui os dados do(a) produtor(a), a descrição da propriedade e o croqui/mapa da propriedade. Além da descrição do cultivo ecológico, o agricultor precisa conhecer a propriedade para completar o quadro de área (número de talhões²⁹, e hectares) culturas de inverno (abril a setembro) e cultura de verão (outubro a março). Esse plano de manejo apresenta

²⁸ A Instrução Normativa nº 7, de 17 de maio de 1999, estabelece normas para a produção, tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e de certificação da qualidade para os produtos orgânicos de origem vegetal e animal. Isso ocorre devido “[...] a crescente demanda de produtos obtidos por sistemas ecológico, biológico, biodinâmico e agroecológico, a exigência de mercado para os produtos naturais e o significativo aporte de sugestões nacionais e internacionais decorrentes de consulta pública sobre a matéria [...]”. Disponível em: <<http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis-consulta/consultarLegislacao.do?operacao=visualizar&id=1662>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

Posteriormente a Lei nº 10.831, de 23/12/2003, reforçou as questões relacionadas à agricultura orgânica.

²⁹ Segundo o Dicionário eletrônico Houaiss, talhão é uma porção do terreno, mais ou menos distinta e separada, com qualquer cultura; trato.

um total de oito páginas, com muitos detalhes que dificultam o entendimento dos agricultores familiares. A certificação ocorre em nível nacional, através do olhar externo sobre a propriedade, juntamente com o Plano de Manejo, com ele o agricultor fica cadastrado em Brasília.

Para a obtenção da Certificação, o agricultor cumpre uma série de procedimentos, juntamente com a Rede Ecovida, com a finalidade de garantir que o produto apresente algum diferencial. Para auxiliar todo o processo, a Rede elaborou materiais de apoio, a exemplo, o Caderno de Formação: Certificação Participativa de Produtos Agroecológicos (2004), o qual oferece subsídios para o agricultor obter a certificação. Obter a certificação significa obter algumas vantagens, como: “[...] agregar valor, permitir a entrada em novos mercados, diminuir a concorrência de produtos, processos ou serviços de menor qualidade; estimular a melhoria contínua da qualidade.” (OLIVEIRA; SANTOS, 2004, p. 8).

Assim:

A Rede Ecovida acredita que a certificação deve ser o resultado da confiabilidade gerada por um amplo processo que se inicia com a consciência de cada produtor (agricultor, processador) em torno da necessidade de produzir sem destruir, isto é, com a natureza! Consciência esta que avança para a certeza de que sozinhos podemos fazer pouco, mas que unidos, em cooperação, construímos algo mais amplo e forte. (OLIVEIRA; SANTOS, 2004, p. 9).

Esse processo de união, troca de experiências e informações acaba por fortalecer a Rede como um grande grupo, “espalhando a agroecologia”, possibilitando a obtenção de alimentos de qualidade para os agricultores familiares e suas famílias, assim como para os consumidores. Esse processo é fortalecido com cursos, visitas de intercâmbio, reuniões e dias de campo. (OLIVEIRA; SANTOS, 2004)

Os agricultores também podem obter a certificação de outra forma, por intermédio das Certificadoras, mas, de acordo com as informações obtidas na AOPA, em 2011, o custo pode chegar a R\$ 3.000,00, por ano, o que se torna inviável para muitos agricultores. Já na Rede Ecovida, esse processo não apresenta esse tipo de custo.

A CRESOL é outra das instituições presente no Vale. Atuante no estado do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e Paraná possibilita a aquisição de crédito pelos agricultores familiares. A CRESOL instalou-se nos municípios de Cerro Azul,

Itaperuçu e Rio Branco do Sul, atuando no Vale do Ribeira. Sua proximidade com os agricultores auxilia no planejamento, na captação de recursos e na comercialização, definindo estratégias de venda. Dos agricultores entrevistados, aproximadamente 50% deles utilizam-se exclusivamente de recursos provenientes da CRESOL, os demais utilizam-se dos recursos do PRONAF e de recursos próprios.

O diretor-presidente da CRESOL de Rio Branco do Sul incentiva os agricultores a praticarem uma agricultura voltada aos princípios da agroecologia, além de motivar a busca de recursos visando à melhoria das propriedades. A CRESOL não apresenta um modelo específico voltado à agroecologia, mas ao realizar uma das entrevistas na instituição, no município de Cerro Azul, sobre essa questão, obteve-se a seguinte resposta:

A gente não tem modelo específico, hoje não, a gente procura tá acompanhando, assim, tipo até incentivar as pessoas a fazer este tipo de trabalho, né, mas a gente não tem um modelo, assim até é uma ideia principalmente nesta questão porque daí vai entrar a questão de ATER que já é outro problema, é assim outra coisa que é muito precária na região que a gente vai para o ano que vem, a gente tá tentando entrar. (Entrevistado 3, 2010).

A Cresol não apresenta um projeto específico, direcionado à agroecologia, porém, algumas pessoas que dela participam incentivam os agricultores a trabalharem em suas propriedades dentro dos princípios agroecológicos.

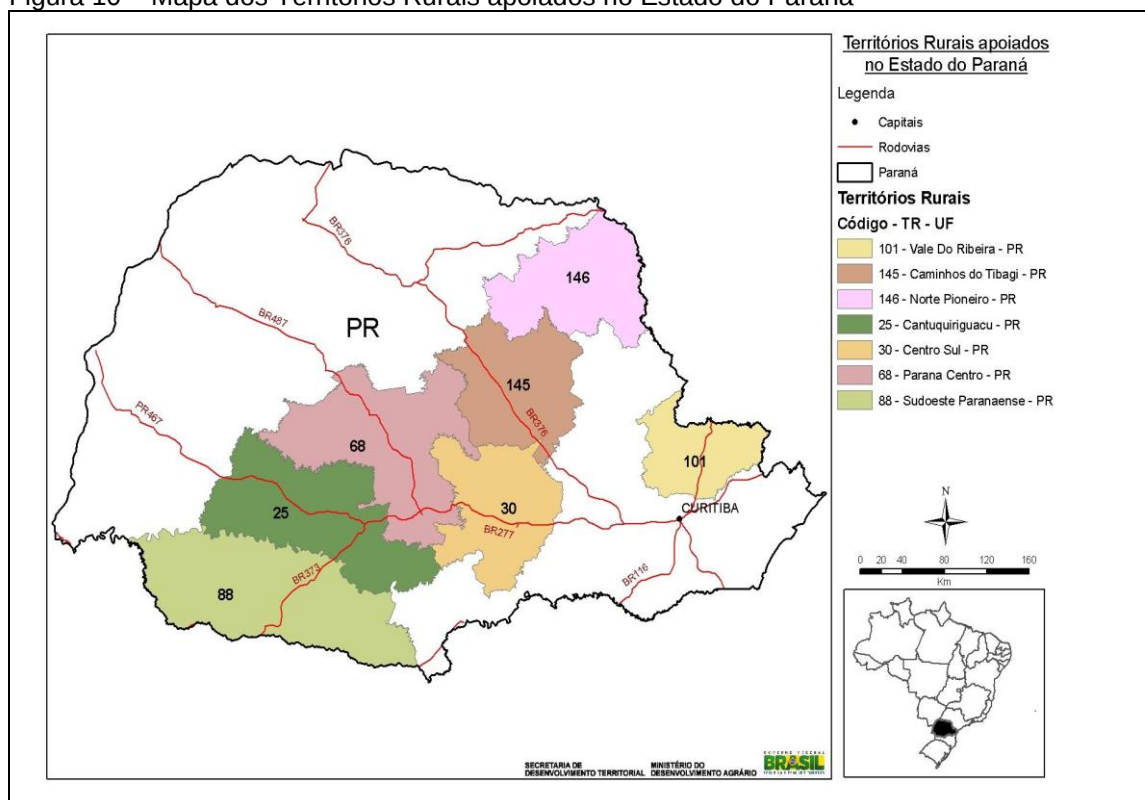
3.3 AS CARACTERÍSTICAS DO VALE DO RIBEIRA

Ao analisar as regiões que formam o Paraná, é possível constatar características diferentes, assim como as sub-regiões. Em especial a análise é voltada ao Paraná Tradicional, em específico à Região Metropolitana de Curitiba. Apesar de a Região Metropolitana de Curitiba (RMC) apresentar os maiores IDH, o maior desenvolvimento econômico e os maiores índices de urbanização não correspondem a todos os municípios que dela fazem parte. Nos municípios do Vale do Ribeira a visão é outra. Enquanto a RMC apresenta índices elevados de industrialização, o Vale do Ribeira abriga o maior percentual de atividades agrícolas, ou seja, a RMC apresenta um importante setor industrial, mas não é possível perder

o foco de que nessa mesma região há espaços destinados à agricultura, é o caso do Vale do Ribeira.

Os municípios de Adrianópolis, Cerro Azul, Bocaiúva do Sul, Doutor Ulysses, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná localizam-se no Vale do Ribeira e, ao mesmo tempo, fazem parte da RMC, compõem o Território Rural do Vale do Ribeira, situando-se ao norte da capital Curitiba. Esse Território (Figura 10), no estado do Paraná, corresponde a uma área de aproximadamente seis mil quilômetros quadrados, correspondendo à microrregião do Alto Ribeira.

Figura 10 – Mapa dos Territórios Rurais apoiados no Estado do Paraná



Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/caderno_estadual.php?ac=buscar&territorio=®iao=&uf=PR>. Acesso em: 02 abril de 2011

A região esteve historicamente isolada, principalmente por seu relevo dobrado, com vales alongados em formato de V, parte dele entalhado pelo rio Ribeira, o que compõe uma paisagem montanhosa recente. A denominação de Território Rural do Vale do Ribeira decorre de sua localização junto à bacia hidrográfica do Rio Ribeira. (MAACK, 2002). A topografia do Território dificulta o deslocamento em alguns desses municípios. A comunicação rodoviária entre os

municípios e a capital do Estado ocorre por duas rodovias a PR 092, trecho Curitiba - Cerro Azul e a BR 476 Curitiba – Adrianópolis.

A região tem aproximadamente 99.319 habitantes, dos quais 44.416 (44,76%) vivem na área rural, sendo que parte dessa população trabalha com a agricultura familiar (IBGE, 2000). Dos 302.907 estabelecimentos que desenvolvem a agricultura familiar, no estado do Paraná, de acordo com a Lei 11 326³⁰, 5.596 estabelecimentos encontram-se no Vale do Ribeira, ocupando uma área de 59.839 hectares. Esses estabelecimentos apresentam um número maior em relação aos “Não Familiares” que contam com 902 estabelecimentos, porém ocupando uma área significativamente maior: 156.891 hectares. Os dados podem ser analisados na Tabela 2 a seguir, a qual destaca os municípios que formam o Território Rural do Vale do Ribeira³¹, juntamente com os dados do Paraná e Brasil.

³⁰ Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, que define agricultor familiar: a área do estabelecimento ou empreendimento rural não excede quatro módulos fiscais; a mão de obra utilizada nas atividades econômicas desenvolvidas é predominantemente da própria família; a renda familiar é predominantemente originada dessas atividades; e o estabelecimento ou empreendimento é dirigido pela família. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/default.shtm>. Acesso: 05 jan. 2011.

³¹ Os municípios de Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná compõem o Território Rural do Vale do Ribeira, sua homologação ocorreu em 10 de setembro de 2003. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/caderno_estadual.php?ac=buscar&territorio=®iao=&uf=PR. Acesso em 05 fev. 2011.

Tabela 2 - Estabelecimentos rurais

	Agricultura Familiar Lei 11 326		Não Familiar	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Brasil	4.367.902	80.250.453	807.587	249.690.940
Paraná	302.907	4.249.882	668.144	11.036.652
T. R.V.R.*	5.596	59.839	902	156.891
Adrianópolis	826	7.064	117	37.989
Bocaiúva do Sul	344	4.693	146	19.160
Cerro Azul	1.949	23.411	301	28.229
Doutor Ulysses	574	9.376	82	36.520
Itaperuçu	209	2.540	26	2.235
Rio Branco do Sul	1.481	10.980	207	14.330
Tunas do Paraná	213	1.775	23	18.428

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário/2006

Dados disponíveis em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/default.shtm>. Acesso em: 05 jan. 2011

*Território Rural do Vale do Ribeira.

Analisando os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios paranaenses, constatou-se que, no *ranking*, os municípios do Vale do Ribeira variam entre as posições 273º ao 398º lugar, sendo que o Estado é formado por 399 municípios. Exemplificando essa análise, o município de Bocaiúva do Sul apresenta o maior IDH da região com 0,719 e o menor IDH com 0,627 fica para o município de Doutor Ulysses. Segundo dados disponibilizados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a região apresenta um dos menores IDH do Estado, variando os níveis de pobreza de críticos a elevados. (PNUD, 2000)

3.4 OS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO VALE

A agricultura *alternativa* diferencia-se da convencional pelo não uso de insumos e a busca pelo equilíbrio do sistema ambiental, conjuntamente aos conhecimentos, considerados *antigos* pelos agricultores.

Gomes (1999) enfatiza a articulação entre os conhecimentos científicos e os saberes cotidianos (conhecimentos tradicionais ou antigos), considerando além da sabedoria dos agricultores, adquirida com a experiência e o tempo, também sua relação com a natureza.

Apesar da complexidade em articular os conhecimentos científicos e cotidianos, eles fortalecem o desenvolvimento da agroecologia e colaboram na construção de programas voltados ao desenvolvimento mais sustentável. Em visita ao município de Itaperuçu, durante a apresentação da propriedade, o agricultor familiar relatou a importância em decidir sobre o que plantar, libertando-se da produção integrada que o mantinha atrelado a uma grande empresa alimentícia, a qual definia o que deveria ser plantado e as datas de entrega da produção. Para ele, a vantagem de se manter em parceria com a empresa era a garantia de recebimento da comercialização da produção, a principal desvantagem era o enfraquecimento do solo. Houve, então, a decisão de reestruturar a propriedade de pequeno porte, com um relevo acidentado, buscando ajuda técnica e optando pela produção dentro dos princípios da Agroecologia. Assim como ele, outros agricultores familiares recebem curso de formação para adequarem suas propriedades dentro da Agroecologia, praticando, assim, uma agricultura ecologicamente mais equilibrada.

Atualmente a certificação para esses produtos é uma exigência do mercado consumidor. Para obtê-la, o agricultor pode optar em pagar anualmente por ela ou participar de alguma associação, reduzindo o custo dessa certificação. A Rede Ecovida faz o trabalho de certificação participativa, o que garante a qualidade do produto ecológico, tratado anteriormente no texto. A elaboração e verificação das normas de produção ecológicas são realizadas com a participação de agricultores e consumidores. Apesar de os agricultores familiares participarem de reunião, formação, oficinas, terem acesso ao Caderno de Formação, para a Certificação Participativa de Produtos Ecológicos (2003), ainda assim, as dificuldades são inúmeras, evidenciadas na entrevista a seguir:

Porque é assim, a gente manda cada grupo tem um coordenador e a cada dois meses nós temos reunião do Núcleo, aí passa as informação, tem cadastro para vocês completarem. Isso é uma complicação enorme, enorme e aí os coordenadores não deram conta e que tem ainda muitos agricultores analfabetos, tem que pegar na mão para escrever e aí não conhece a propriedade, não sabe quanto mede exatamente, não sabe o que produz um pouquinho aqui, um pouquinho ali, aí não sabe como fazer essa divisão, pois aí pede os talhões, as áreas, o que você faz lá, o que você faz aqui. Exige tudo isso, daí eles não fazem isso como prática.

[..]

Aí o cara tem um pomar aqui, tem um pedacinho ali, outro pedacinho lá, e como você coloca isso dentro dessa visão técnica?

Quem fez isso foi técnico de Brasília, manda.

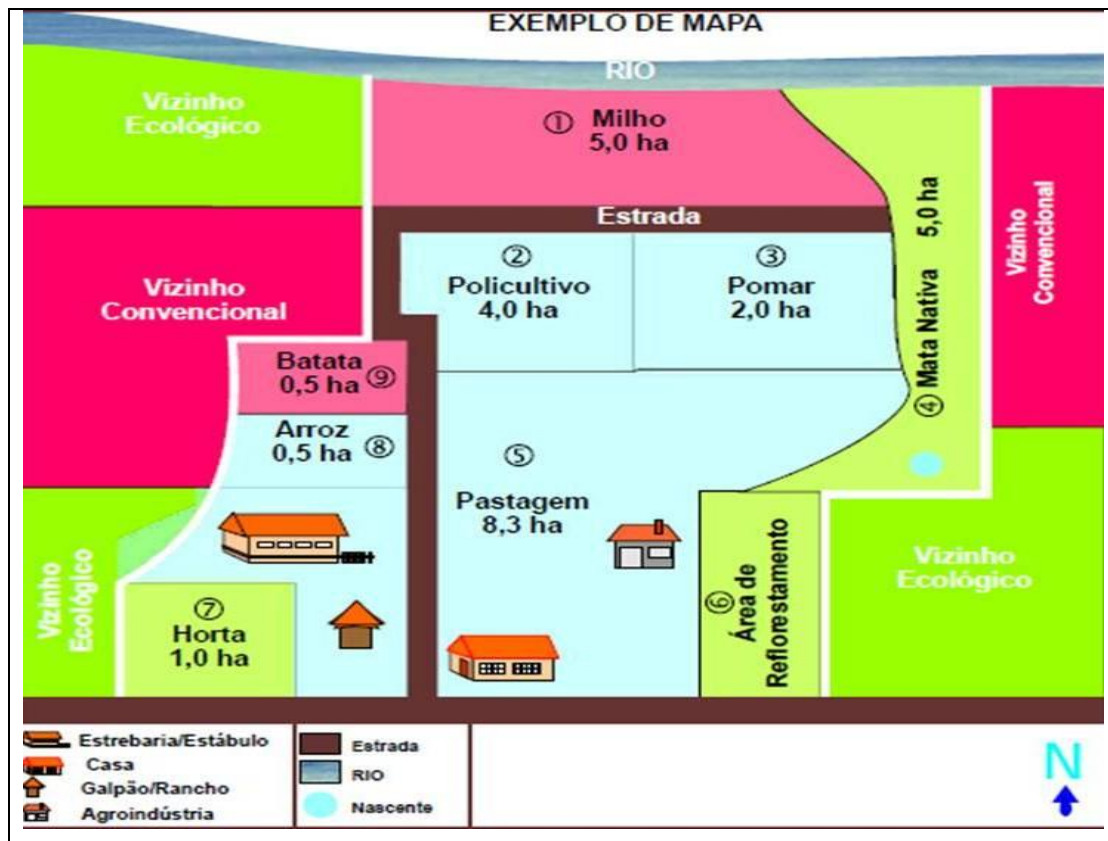
[..]

É bastante coisa, a gente queria uma coisa mais simples sabe. A maioria do pessoal que faz parte da rede é contra essa lei e essa legalização.

Não produz para vender para fora, tem um aqui um ali. Tem alguns excedentes que vão para o mercado local, às vezes vem para cá, mas não é uma quantidade exorbitante. (Entrevistado 4, 2011).

Uma das críticas está voltada ao modelo imposto por Brasília, o Plano de Manejo, ele é extremamente longo e para o agricultor trazer as informações sobre sua propriedade para o papel fica complicado. Por esse motivo, a figura de um técnico para auxiliar torna-se muito importante. Outra dificuldade reside na elaboração do croqui (Figura 11) da propriedade, devido ao tipo de organização da área como um todo, isso é mencionado na entrevista 4, os *pedacinhos*, por exemplo, não há uma área exclusiva destinada para o pomar, as frutíferas encontram-se espalhadas por toda a área da propriedade. Verifica-se, assim, ainda uma distância entre as práticas dos agricultores e os formulários que expressam a imposição de modelos que não consideram a lógica dos sujeitos do campo.

Figura 11 - Modelo de Croqui



Fonte: OLIVEIRA; SANTOS, 2004.

Nota: O croqui teve seu tamanho alterado em relação ao original.

O Núcleo Maurício Burmester do Amaral, cuja assessoria é realizada pela Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia (AOPA), é formado por dezenove grupos de agricultores associados, dentre os quais, quatro (Tabela 3) localizam-se no Território Rural do Vale do Ribeira e Região Metropolitana de Curitiba.

Tabela 3 - Agricultores associados ao Núcleo Maurício Burmester do Amaral

Grupo de Agricultores	Localização do Grupo (Municípios)	Número de participantes
Amigos	Cerro Azul	04
		04
Dois Pinheiros	Colombo	01
	Bocaiúva do Sul	01
	Rio Branco do Sul	09
		11
Sabugueiro	Adrianópolis	01
	Bocaiúva do Sul	04
	Colombo	9
	Curitiba	01
		15
Sertaneja	Cerro Azul	09
		09
Total		39

Fonte: MUTERLLE, 2011

Nota: Dados fornecidos pela AOPA, 2011.

Transformar uma propriedade de produção convencional para agroecológica requer muito trabalho, estudo, dedicação e inúmeras discussões. Analisando a **Tabela 3**, dos trinta e nove (39) agricultores, apenas vinte e oito (28) fazem parte do Território Rural do Vale do Ribeira, sendo um (01) em Adrianópolis, cinco (05) em Bocaiúva do Sul, treze (13) em Cerro Azul e nove (09) em Rio Branco do Sul. Dos dezenove grupos de agricultores cadastrados no Núcleo Maurício Burmester do Amaral, apenas quatro estão localizados no Território Rural do Vale do Ribeira.

Dos agricultores entrevistados dos Grupos Amigos e Sertaneja, a maioria deles, 63%, iniciou o processo de conversão entre os anos de 2.000 a 2.005, os demais 37% entre os anos de 2.006 a 2.008. Mas por que esses agricultores começaram a transformar suas propriedades, fazendo uma agricultura voltada aos princípios da Agroecologia?

Primeiramente largar de mexer com veneno e pelo preço que é melhor, preço. Aí a gente vê que é um passo melhor, primeiramente para a saúde, a gente vende mais bem. (Entrevistado 5, 2011).

Eu considero assim, primeiro veio o medo do veneno, começamos a entender que o veneno mata. Tivemos umas épocas muito fracas de CEASA, muito ruim. O CEASA deixou-nos quebrados, aborrecidos.

Começamos a vê que o produto certificado, orgânico tinha um valor diferenciado, melhor. Começamos a vender como agroecológico, começou a valorizar, aí deu uma injeção de ânimo, ficamos animado. Que nem o Zé falou: produzindo menos às vez e tendo um maior aproveitamento no final, na hora de vender. (Entrevistado 6, 2011).

Orgânica não tem tanta preocupação com veneno. O agroecológico é uma palavra mais abrangente, o respeito com o meio ambiente. Na verdade foi começado mais por falta de opção, daí começamos a gostar e na verdade hoje eu sou um cara apaixonado pelo que faço. Faço com gosto, faço com carinho. (Entrevistado 7, 2011).

Melhorou muito depois que eu mudei o jeito.

Começou com o projeto, porque eu só plantava feijão e milho. Tinha pouca árvore, não tinha valor de nada. Quando começou o projeto, comecei a plantar outras culturas. Que deu certo e foi melhorando, deixei das queimadas que fazia e desmatava o solo. Começou a melhorar depois que eu parei, porque veneno eu não usava, só queimava, limpava a terra e queimava. (Entrevistado 8, 2011).

Pela boa qualidade do alimento, alimento saudável e também pela colocação. O CEASA não estava recebendo mais e produzindo menos e lucrando mais, né. Produzindo menos e tendo maior rentabilidade. (Entrevistado 9, 2011).

Foram várias coisas que levam a gente a produzir: a questão da saúde, contaminação dos solos e das águas. Vai descobrindo o que os agrotóxicos faz, e organização também, é que a produção agroecológica é mais organizada em grupo, e o preço também, né... É uma das coisas é que o preço é melhor e que o canal de comercialização é melhor e tem vários canais de... Eu tinha uma produção bem grande e o problema era a comercialização para mim. Então é isso, o principal é isso, saúde, né. (Entrevistado 10, 2011).

A ideia, a princípio da agroecologia é a diversificação, nem tanto assim, a questão financeira, mas tipo, sempre pensando a parte interna, a gente sempre diz, pensando sempre da porteira para dentro, e não da porteira para fora. Primeiro você pensa para dentro, né, para depois pensar lá fora, porque tipo onde tá o mercado? O mercado tá ali. Onde tá o produto? Para você pensar da porteira para fora, primeiro você tem que organizar da porteira para dentro. Não adianta... ah, o mercado está comprando de tudo, tá, mas o que eu tenho para oferecer para o mercado? (Entrevistado 12, 2011).

Para muitos agricultores o problema e o medo das consequências em utilizar o “veneno” e os riscos com a saúde impulsionaram esses agricultores a converterem suas propriedades. Inicialmente esse processo foi difícil, pois não depende apenas da decisão de fazer a conversão, é necessário todo um acompanhamento técnico, entender como funciona o ecossistema onde a propriedade está inserida, escolher as técnicas adequadas e decidir o que será cultivado. Outro atrativo que os agricultores buscaram nessa conversão foi a questão econômica, o preço da venda dos produtos cultivados dentro dos princípios da Agroecologia são bem melhores, além do que, muitas vezes, a entrega dos produtos ao CEASA era frustrante, o preço baixo e, algumas vezes, a produção não era recebida pelo excesso de oferta.

Como exemplo, um dos agricultores enfatiza que a venda de meio quilo de um produto na feira corresponde à venda de uma caixa desse mesmo produto no CEASA. Na fala do entrevistado 3, “[...] quando trava não vende por preço nenhum”. Mesmo o processo de conversão não sendo algo tão simples, muitos continuam trabalhando para que sua propriedade esteja organizada de acordo com a Agroecologia, pois a mudança foi para melhor, como “da água para o vinho”. Além do aprendizado no trabalho em grupo, no sistema de rede, vem a importância em manter a propriedade organizada “da porteira para dentro” e fazem o trabalho com “carinho”.

Para Gliessman (2001), os produtores agrícolas têm fama de ser inovadores, muitas vezes essa inovação é impulsionada pela possibilidade de aumento nos rendimentos e lucros. Porém, não é só a questão econômica que envolve as mudanças na agricultura, mas as questões ambientais e a contribuição à sustentabilidade também são consideradas. São diversos os fatores que colaboram para os produtores iniciarem o processo de conversão:

[...] o custo crescente da energia; as baixas margens de lucro das práticas convencionais; o desenvolvimento de novas práticas que são vistas como opções viáveis; o aumento da consciência ambiental entre consumidores, produtores e legisladores; e novos e mais consistentes mercados para produtos agrícolas cultivados e processados de forma alternativa. (GLIESSMAN, 2001, p. 571-572).

No Brasil, o processo de conversão da propriedade rural está regulamentado na Lei 10.831/2003 e a Instrução Normativa nº 46/2011, o período de conversão de uma propriedade é variável de acordo com o tipo de exploração e a utilização anterior da propriedade agrícola, considerando ainda a situação ecológica e social atual. Porém, a duração pode ser de doze (12) meses de manejo orgânico para a produção vegetal de culturas anuais e dezoito (18) meses de manejo orgânico na produção vegetal de culturas perenes, para que a colheita subsequente seja considerada como orgânica.

Para Caporal e Costabeber (2006), a transição agroecológica acaba por favorecer o processo de modernização socioambiental da agricultura, construindo assim, uma nova ética de relação entre a sociedade e a natureza. Para os agricultores ocorreu a melhoria na propriedade:

Aumentar em produção não aumenta, mas trabalhar em agroecológico até produz menos, mas aumenta no valor. No PAA temos 30% a mais no valor, aí já é uma melhora. As feiras livres vende num **precinho bom**, melhorou em tudo.

CEASA quando você vê tá 3, 4 reais a caixa e volta tudo. Na feira tem mercadoria que o preço de meio quilo dá o preço de uma caixa que dá no CEASA. Não aumenta na produção, mas em matéria da venda. (Entrevistado 5, 2011, grifo nosso).

De 2000 pra cá melhorou porque **começamos a preservar mais o meio ambiente**. Eu tinha alguns erros, **tem que assumir os erros da gente**. Na beira de rio cortava uma árvore, com a agroecologia **comecei a preservar a beira de rio, conservar o solo**, isso melhorou, escapei de comprar adubo, e só melhoramento. Comprar adubo é zero, a gente sempre usa o esterco do gado, tem compostagem, tá completo. Melhorar o solo foi um troço importante, parei de queimar. O que eu queimava de cisco serve de adubo. A visão que eu tinha em 1980 era queimar e deixar bonito o solo. Carpir, amontoar os ciscos e queimar era uma tradição nossa naquele tempo. Naquele tempo tinha capoeira de 12, 15 anos que eu roçava, ainda produzia, mas agora se fizer assim você não colhe nada. Nós até temos exemplo de vizinho aí que tão rapando o solo e produzindo pouco. (Entrevistado 6, 2011, grifo nosso).

Eu acho se for analisar a propriedade como o todo **foi como trocar da água para o vinho**. Do jeito que eu lidava para o jeito que eu lido mudou 100%. Foi o que o Negrinho falou, na época fomos fazer os primeiros intercâmbios na minha propriedade, o agrônomo que veio aqui falou que mais uns três anos ela virava deserto. Ia se acaba a produção, **tava virando tudo em areia**, você desmatava e daí, ciscava e carpia e hoje não, você faz um trabalho de cobertura de solo, recuperação de mata ciliar, preservação da água, diversificação na produção, então se você for analisar o jeito de viver daquela época pro jeito de viver hoje você se sente um herói. (Entrevistado 7, 2011, grifo nosso).

Tem tanta coisa que melhorou. O tio falou aquela parte da preservação, né, a **preservação do meio ambiente**. A organização da propriedade, também porque a gente se **preocupa muito com o lixo** essas coisas. (Entrevistado 9, 2011, grifo nosso).

Acho que ela melhorou, eu acho. Nós falamos o Negrinho falou do negócio do solo melhora muito, a gente não queima, eu detonava também, queimava... **Veneno eu nunca fui de usar**, mas queimava bastante, roça na beira d'água.

Chegava no mês de **agosto já comprava um isqueiro**, só pra mim queimar as coisas. **Pense no cara que gostava de queimar, era eu!** Ficava bonito, ficava limpo. Reunia os cisquinhos assim, carpia, passava o garfo, não se contentava, passava o rastelinho mais estreitinho para catar todos os cisquinhos. Diziam que era o cara caprichoso.

Sabendo que tem coisa que a folha é que dá o alerta pra planta florescer... Aí melhorou, aí você vê que melhorou o solo, o solo ruim você vai melhorando, a água a gente preserva mais, questão de fonte, mata ciliar, eu não deixava nada disso. Nós detonemos as águas uns 10, 15 anos atrás.

Agora a gente tem outra visão. Qualquer barranquinho a gente deixa, tá meio caidinho não limpa, deixa vir a mata nativa. (Entrevistado 10, 2011, grifo nosso).

Nas falas desses agricultores ficam evidentes as mudanças pelas quais as propriedades passaram, assim como as ações deles na organização e na revisão

das técnicas empregadas nessas propriedades para a implantação da Agroecologia. Outro fator é a preocupação em preservar o solo, a água, a vegetação, os cuidados com o destino dos resíduos sólidos também fazem parte do dia a dia desses agricultores. Estes atores sociais deixaram para trás técnicas que mais prejudicavam do que favoreciam, e uma delas é o uso excessivo do fogo. Para alguns, esse tipo de ação era sinônimo de limpeza, não era aceitável deixar folhas caídas, embaixo das árvores.

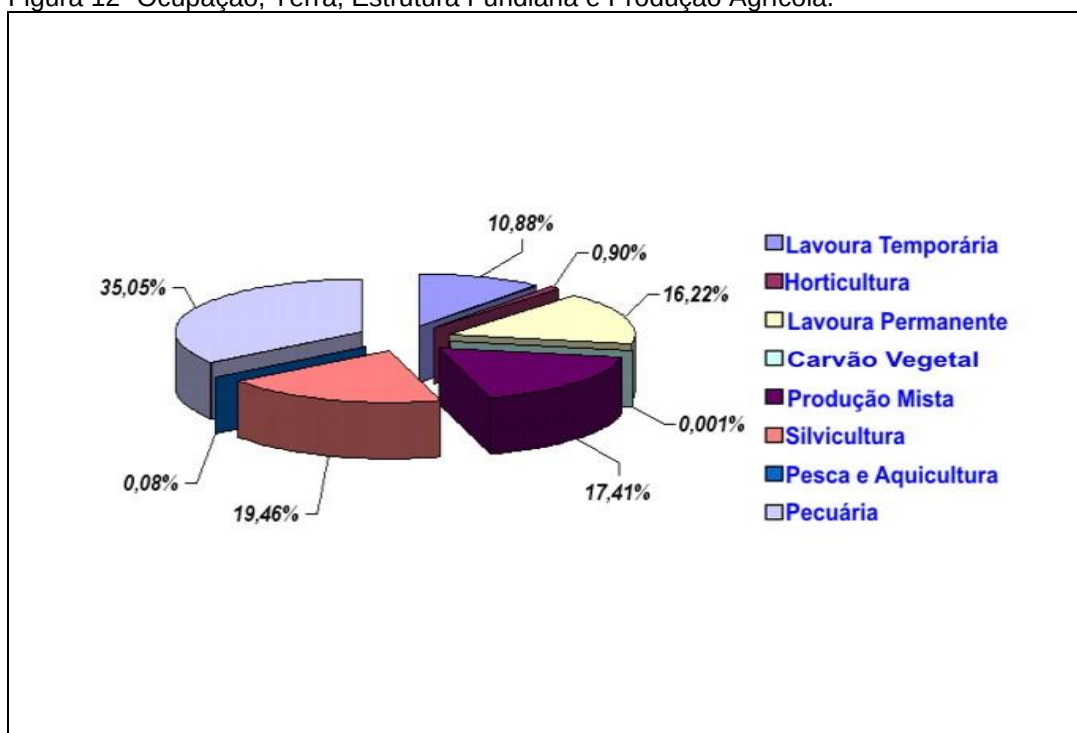
3.5 POTENCIAL ENDÓGENO DO TERRITÓRIO RURAL DO VALE DO RIBEIRA

Boisier (1999) afirma que os modelos mentais são como possibilidades de conhecer a região para melhor definir as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento, seriam esses os antecessores dos modelos reais. Apesar das dificuldades em construir esses modelos, alguns pontos são importantes para entender o processo existente no Vale do Ribeira. O esforço simultâneo, a cooperação, o trabalho conjunto visando melhores resultados, em detrimento do trabalho isolado, colocando, assim, o desenvolvimento como uma ação coletiva dos atores, e esses podem se fortalecer a partir de “redes de coordenação”.

Conhecer as características dessa área e seu potencial endógeno facilita a elaboração e aplicação das políticas públicas. A região caracteriza-se por uma agricultura que se utiliza de baixa tecnologia. Por apresentar um relevo acidentado, dificulta a produção de lavouras temporárias e o uso de tração, com isso, há o predomínio do uso da força humana. Por essas características a agricultura convencional não se instalou no Vale, pois a formação de relevo limita a utilização de alguns maquinários. Na região predomina a agricultura familiar, com uso de baixas tecnologias, o cultivo de *pinus*, extração de madeira nativa e a criação de gado. (FONTES, 2006; IPARDES, 2007)

De acordo com o diagnóstico elaborado pelo IPARDES (2007), no território destaca-se a produção de *pinus* devido à sua rusticidade e por não exigir um solo muito fértil. Depois da madeira, temos a produção de frutas, predominantemente as cítricas, com maior produção da laranja e da poncã. A Figura 12 ilustra como a terra é utilizada nos municípios do Vale.

Figura 12- Ocupação, Terra, Estrutura Fundiária e Produção Agrícola.



Fonte: Diagnóstico do Vale do Ribeira, 2006

Aproximadamente 35% da área são ocupadas para a prática da pecuária, com pastagens plantadas e naturais. As lavouras temporárias e permanentes ocupam cerca de 27%, sendo essas superadas pelas áreas de pastagem. Na área ocupada por lavouras temporárias destacam-se a produção de feijão, milho, abóbora, arroz, cana de açúcar etc., (Tabela 4). Da área total, 19% destinam-se à silvicultura, o que vem ocorrendo devido aos incentivos fiscais, e grande parte dessas áreas são de propriedade de empresas madeireiras, a produção mista também apresenta um percentual significativo, ou seja, 17 %. (DIAGNÓSTICO DO VALE DO RIBEIRA, 2006)

Considerando as entrevistas e os cadastros analisados na AOPA (Tabela 4), a produção de *cítrus* tem um grande destaque no território, porém a necessidade em rever torna-se importante, pois, quando a oferta é maior, a dificuldade na venda é grande, com diz um dos agricultores: “O CEASA trava, quando trava, não vende por preço nenhum” (Entrevistado 7, 2011).

Quanto há uma sobrecarga de produto, o CEASA, a exemplo da poncã (tangerina), não comercializa com os agricultores, assim, em muitos momentos, a produção é eliminada. Mesmo que o Território tenha uma disposição para o cultivo

de cítricos devido à configuração do terreno, é necessário analisar onde será colocada essa produção para que os agricultores não sejam prejudicados.

Tabela 4 - Produção Agrícola – Território Rural do Vale do Ribeira

	Adrianópolis	Bocaiúva do Sul	Cerro Azul	Doutor Ulysses	Itaperuçu	Rio Branco do Sul	Tunas do Paraná
Produção	Toneladas	Toneladas	Toneladas	Toneladas	Toneladas	Toneladas	Toneladas
Abacate	175	925	25	12	25	73	97
Arroz	22	1	78	16	0	23	0
Banana	1.080	0	0	0	0	115	0
Cana-de-açúcar	10.080	0	0	9.325	960	1.095	0
Caqui	0	0	17	0	0	0	0
Cebola	0	28	0	0	0	0	0
Erva-mate	0	107	0	0	0	0	124
Feijão	2.678	1.688	3.599	1.792	1.164	2.519	546
Figo	0	0	42	0	0	0	0
Fumo	0	4	0	0	0	0	0
Laranja	210	0	13.175	1.269	858	1.057	0
Limão	573	0	54	110	18	54	0
Maçã	0	25	0	0	0	0	0
Mamão	73	0	30	0	0	0	0
Mandioca	18.210	2.268	28.800	6.160	2.184	2.960	1.350
Maracujá	162	0	448	59	0	0	0
Milho	12.015	23.600	42.390	22.368	11.064	28.740	6.840
Pera	0	23	12	0	0	0	21
Pêssego	21	21	66	21	0	24	23
Soja	0	0	1.738	0	0	0	0
Tangerina	1.804	45	161.107	54.187	12.847	17.130	0
Tomate	1.190	1.182	3.551	223	44	90	0
Uva	0	152	440	0	0	80	26

Fonte: MUTERLLE (org), 2012.

Nota: Dados disponíveis em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=pr>>. Acesso: 15 abr. 2012

De acordo com os dados obtidos no IBGE (2010), para a produção permanente e temporária dos municípios do Território Rural do Vale do Ribeira, é possível observar que todos os municípios têm destaque na produção de milho, mandioca e feijão. Nos demais cultivos, tem-se o abacate com maior produção em Bocaiúva do Sul, a banana em Adrianópolis, a cana-de-açúcar em Adrianópolis, Doutor Ulysses e Rio Branco do Sul, a laranja em Cerro Azul, Doutor Ulysses e Rio Branco do Sul. A poncã se sobressai em praticamente todos os municípios, exceto em Bocaiúva do Sul e Tunas do Paraná, e o tomate tem seu destaque em Adrianópolis, Cerro Azul e Bocaiúva do Sul. A produção do Território é dividida em lavouras permanentes e temporárias. A produção difere de um município para o outro devido às condições edafoclimáticas. (IPARDES, 2007)

Tabela 5 - Produção no Território Rural do Vale do Ribeira, Agricultores cadastrados na AOPA.

Agricultor	Área Total	Área Agroecologia	Citros	Ervas Medicinais	Frutas	Gado	Grãos	Olericultura
Grupo Amigos								
01	51,9	25,9	X	-	X	X	X	X
02	12,2	8,5	-	-	-	-	X	X
03	28,8	7,2	-	-	X	-	X	X
04	11,4	1,74	X	-	-	X	X	X
Grupo Dois Pinheiros								
05	1,4	1,2	X	-	X	-	-	X
06	6,4	3,0	-	-	X	-	-	X
07	7,0	1,5	-	-	X	-	-	X
08	1,5	0,9	-	-	-	-	-	X
09	16,0	1,0	X	-	X	-	-	X
10	2,4	1,2	X	X	X	X	-	X
11	3,2	2,0	-	X	X	-	-	X
12	4,8	3,0	-	-	-	-	-	X
13	3,2	2,0	X	X	X	-	-	X
14	4,84	3,0	X	-	X	-	-	X
Grupo Sabugueiro								
15	24,0	6,0	X	-	X	X	X	X
16	31,2	4,8	X	-	X	X	X	X
17	8,6	6,8	X*	-	X	X	X	X
18	12,0	1,0	X	-	X	-	X	X
19*	127,0	9,0	X*	X*	X*	-	-	X*
Grupo Sertaneja								
20	1,0	0,68	-	-	-	-	-	X
21	3,9	2,1	-	-	X	X	-	X
22	2,25	1,5	X	-	X	-	X	X
23	29,04	2,65	X	-	X	-	X	X
24	3,4	2,5	X	-	X	-	X	X
25	28,8	4,0	X	-	X	X	X	-
26	11,72	6,4	X	-	X	-	-	X
27	4,8	3,8	X	-	X	-	X	X
28	9,0	5,0	X	-	X	-	X	X
Total			18	03	22	08	14	26

Fonte: MUTERLLE, 2011

Nota: Dados disponibilizados pela AOPA

*Os dados desse agricultor foram desconsiderados devido ao tamanho de sua propriedade³².

Considerando os dados, verifica-se que 96% desses agricultores desenvolvem a olericultura, 81% na produção de frutas, como: caqui, banana, goiaba, maracujá, mamão, figo, ameixa, uva, pêssigo, abacate, 67% na produção de laranja, limão e poncã (tangerina), 52% com a produção de grãos, 30% na criação de gado, 11% com ervas medicinais. Somente um agricultor mencionou que trabalha com agrofloresta, o que corresponderia a 4%.

O tamanho das propriedades dos Agricultores cadastrados na AOPA, localizadas no TRVR, até fevereiro de 2011, variava de 1,0 hectares a 51,9 hectares.

³² Uma propriedade de 127 hectares, localizada no município de Bocaiuva do Sul, não pode ser considerada como uma pequena propriedade. De acordo com a Lei n.º 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e a Instrução Especial do INCRA nº 20/80, uma pequena propriedade rural possui de 1 a 4 módulos fiscais. No município de Bocaiuva do Sul isso corresponderia a 80 hectares, pois nele, um módulo fiscal corresponde a 20 hectares.

A maior delas utiliza aproximadamente 50% da área total para a produção agroecológica. Já a menor propriedade, localizada no município de Cerro Azul, destina 68% de sua área total à produção agroecológica. Na menor propriedade trabalham duas pessoas e a área é destinada basicamente à olericultura. Na maior propriedade analisada há três (3) pessoas trabalhando.

Para ser considerada uma pequena propriedade rural de acordo com a Lei n.º 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, o lote deve ter de 1 a 4 módulos fiscais. O INCRA na Instrução Especial 20/80 define os módulos fiscais para alguns municípios (Tabela 6).

Tabela 6 - Módulo Fiscal - Território Rural do Vale do Ribeira

Município	Módulo Fiscal (hectare)	Pequena propriedade (hectare)
Adrianópolis	30	120
Bocaiúva do Sul	20	80
Cerro Azul	30	120
Doutor Ulisses	30 *	120
Itaperuçu	14 *	56
Rio Branco do Sul	14	56
Tunas Do Paraná	20 *	80

Fonte: INCRA, Instrução Especial nº 20/80.

*Dados fornecidos por Mariano Felix Duran. Disponível em: <<http://www.ambienteduram.br/modulo-fiscal>>. Acesso em 02 maio 2012.

Para que a agroecologia se materialize dentro do processo de desenvolvimento rural mais sustentável, é necessário verificar os conhecimentos dominados pelos agricultores, a aplicação de técnicas adequadas para o desenvolvimento da agricultura voltada à sustentabilidade considerando, para tanto, a atuação da assistência técnica, como a EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) disponibilizada aos agricultores.

A EMATER/PR atua em quatorze regiões administrativas, prestando assistência técnica aos agricultores interessados em adotar o sistema de produção orgânica, buscando atender ao mercado consumidor e melhorar as condições de

vida do agricultor e do meio ambiente. A empresa trabalha diversificando e integrando as explorações e práticas agrícolas, utilizando técnicas agroecológicas, reciclagem, uso dos recursos naturais da propriedade, procura desenvolver formas de planejar a produção e a comercialização. (EMATER, 2012)

Ao analisar a proposta presente na página da EMATER/PR, curiosamente ocorreu um fato interessante descrito em uma das entrevistas realizadas em Rio Branco do Sul, no dia 30 de dezembro de 2010, contrapondo as informações oficiais da EMATER-PR.

Foi aprovado agora via MDA, um projeto de ATER³³ pro Vale do Ribeira, *não sei se você tem conhecimento?* Mas dos territórios do Paraná hoje foi o único território que a Emater não ganhou. (Entrevistado 3, 2010).

Entrevistador: A EMATER não atua no Vale ou é precário?

É precária (*risos*), né tem né a atuação dela, mas tipo é pro olhar que a gente tenta enxergar hoje né é fraca. (Entrevistado 3, 2010).

Entrevistador: Esse projeto de ATER que veio pelo MDA, vocês estão a par dele? Vão participar, com vai ser?

Na realidade é o conjunto de organizações, no caso a proponente foi a COOPERIGUAÇU que é lá do sudoeste do Paraná lá de Francisco Beltrão e mas e daí em parceria com outras entidades daqui, né associações, a própria CRESOL, a AOPA também né vai ser uma das parceiras. Daí abrange Cerro Azul, Itaperuçu tá todo mundo nesse projeto, daí pega os sindicatos no caso SINTRAF³⁴ Itaperuçu, a ASSTRAF³⁵ e lá de Cerro Azul e daí as associações aí aqui tem a Rio Sul, aqui em Rio Branco, daí tem umas 3 associações em Cerro Azul. (Entrevistado 3, 2010).

³³ As ATER são regulamentadas pela “Lei nº 12.188, de 11/01/2010, que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.”

Torna-se interessante citar o Artigo 1º e 3º referente à sustentabilidade:

“Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER, cuja formulação e supervisão são de competência do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.

Parágrafo único. Na destinação dos recursos financeiros da Pnater, será priorizado o apoio às entidades e aos órgãos públicos e oficiais de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER.

Art. 3º São princípios da Pnater:

I - desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;” Disponível em:

<<http://www.mda.gov.br/portal/institucional/novaleideater>>. Acesso em 07 fev. 2012.

³⁴ SINTRAF: Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

³⁵ ASSTRAF: Associação Sindical dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar

É um conjunto de instituições que vão participar desse projeto, mas essas ATER, na verdade, estão no MDA, desde 2004.

Tão, é o grande problema é que né, ontem eu tava brincando com o [...], ele esteve aqui na parte da manhã, o grande problema é você conseguir atuar é porque hoje é brinquei com o [...] ontem é que tem muita coisa hoje que deixa muito burocrático, em vez abrir um leque para você trabalhar ele traz mais uma burocracia né na verdade então ontem eu tava brincando com o [...] ontem, tem coisa assim que tipo vinha ali um projeto vamos supor né liberava ali vamos supor vc tem R\$ 1.000.000,00 para trabalhar, só que daquele um milhão ele dizia que tinha que fazer tinha que gastar um milhão, só que não tinha para transporte né hoje você não tem como fazer um projeto não tem como você custear um projeto sem que pensar na logística de transporte, né tem que pensar no carro, no combustível tem que pensar no escritório para uma pessoa e a maioria do projetos não tinha isso, esse projeto de ATER tem, que eu falei para o [...] ontem né, uma coisa bem positiva e que ele saiu né bem discriminado ele tem apoio financeiro para todas as áreas né. Ele tem para escritório, tem para um secretariado no caso para fazer esse trabalho e tem combustível, tem para carro né, então eu enxerguei né bem positivo. (Entrevistado 3, 2010).

Transformar uma área dentro dos princípios da agroecologia requer tempo e muito trabalho. O processo de transição de uma propriedade convencional para uma agroecológica leva de três a cinco anos para efetivar-se, conseqüentemente, muitos agricultores não conseguem esperar pelos resultados e interrompem o processo de transição. Nesse momento, é necessário o incentivo e apoio financeiro para que o processo tenha continuidade. (ALTIERI, 2009, SAQUET, SOUZA, SANTOS, 2010). Para esses pesquisadores, o período de transição de uma propriedade leva de três a cinco anos, já o que está exposto na legislação brasileira esse período é de doze a dezoito meses, considerando o que é produzido e como é produzido.

Além da produção dentro dos princípios da agroecologia, é necessário garantir a comercialização dessa produção, o que requer algumas estratégias para conquistar os consumidores, repassando informações sobre as vantagens desses produtos em relação aos convencionais. As estratégias para a venda direta vão desde a organização de feiras até a comercialização com supermercados. É fundamental adotar mais de um canal de comercialização para diversificar os ganhos para o agricultor. Outro fator a ser considerado quanto aos produtos provenientes da agroecologia é a certificação, que garante ao consumidor a forma como ocorre a produção. (DAROLT, 2003)

Segundo reportagem publicada no Jornal Gazeta do Povo sobre uma das ações do MDA, os agricultores da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), incluindo

os agricultores do Vale do Ribeira, são fornecedores para o Mercado Municipal de Curitiba. Assim, o espaço passou por reforma de ampliação, ficou com 3,7 mil metros quadrados e abriga 22 lojas, para a comercialização de produtos agroecológicos³⁶ certificados. (YANO, 2009)

O coordenador estadual de agricultura orgânica do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-PR), Sr. Iniberto Hamerchmidt, afirmou, em entrevista ao Jornal Gazeta do Povo, que 3 mil agricultores trabalham com produtos “livres de agrotóxicos”, destacando que a produção orgânica cresceu 2.000%, entre 2007 e 2009, no estado do Paraná. (YANO, 2009)

Segundo dados publicados nas notícias do portal do MDA (2009), para financiar a obra do Mercado de Orgânicos em Curitiba, o Governo Federal investiu R\$ 1,98 milhão, com a contrapartida da prefeitura. O custo total foi de R\$ 2,51 milhões e os repasses foram feitos pela Caixa Econômica Federal. (ASTURIAN, 2009)

O anúncio sobre o Mercado de Orgânicos no Paraná já havia sido publicado por Ubirajara Machado (2006), junto ao portal do MDA, na oportunidade o secretário de Agricultura Familiar do MDA, senhor Valter Bianchini, enfatiza que

[...] estas ações da prefeitura de Curitiba fortalecem a agricultura familiar, assim como os objetivos do Ministério, voltados para a consolidação na agricultura agroecológica. Também fortalecem o programa de preservação do meio ambiente no entorno da região metropolitana de Curitiba, bem como em todo Paraná. (MACHADO, 2006, s.p.).

Porém, em uma das entrevistas realizadas durante a coleta de dados, constatou-se que a comercialização junto ao Mercado Orgânico de Curitiba requer um investimento alto, o que nem sempre o agricultor familiar disponibiliza:

Nós ficamos sabendo assim por alto desse mercado. Aí começamos a questionar: Quem é que terá acesso? Será licitação? Como vai ser esse negócio? Como você entra lá?
Segundo o mercado convencional, uma barraca lá custa R\$ 60.000,00, e foi o que aconteceu no orgânico também.
Aí começamos né...ninguém dizia nada, a Prefeitura não dizia nada, a secretaria não dizia nada, os caras do [...] não diziam nada.
No Congresso, o cara de Brasília falava aquilo, através do dinheiro do MDA, seria construído o maior mercado orgânico do Brasil em Curitiba (*nesse momento o entrevistado usa um tom de ironia*)
O Banco do Brasil que vai beneficiar os agricultores.
Cara quando ele falou isso...!????
Eu falei não... (Entrevistado 4, 2011.)

³⁶ Alguns tratam por produtos orgânicos, mas na situação em que os produtos são comercializados no mercado municipal, a melhor denominação seria agroecológicos.

Entrevistador: Quanto custa cada Box?

Eu não participei do leilão, mas teve Box que chegou a R\$ 60.000,00. (Entrevistado 4, 2011).

Entrevistador: Como um agricultor familiar participa?

Não participa. (Entrevistado 4, 2011).

Realmente, em visita ao Mercado de Orgânicos de Curitiba, na seção de orgânicos, verificamos que ficou tudo organizado e com uma aparência invejável. Porém, ficam algumas questões: Quem realmente será beneficiado? Será aquele agricultor familiar, que produz dentro dos princípios da agroecologia?

Quanto ao funcionamento do Mercado de Orgânicos o entrevistado 3, também apresentou algumas preocupações:

[...] Mercado Municipal, também é dinheiro do MDA de tudo e tem R\$ 4.000.000,00 parado, com a minha assinatura, com dinheiro nosso e não vai funcionar nunca. (Entrevistado 03, 2011).

Entrevistador: Mas vocês precisam pagar pelo Box no Mercado de Orgânicos de Curitiba?

Tem que pagar o Box, o estacionamento, funcionário, recolher tudo. Se você for ver, não temos essa potência.

Tem vários fatores que tem que ser discutido, a comercialização tem que ser trabalhado. Quem está ali não tá a fim de divulgar o orgânico, tá a fim de matar na veia. Deixo o produto e o cara coloca 100% em cima num vai vender nunca. Se fosse nós aqui, o agricultor, eu mesmo... se tivéssemos um subsídio e lógico que nós iria sobreviver, nas ninguém subsidia, como que nos vamos nos manter? Você mesmo viu as dificuldades.

[...]

Você passa a R\$3,00, R\$ 4,00. Hoje na feira vendemos a R\$ 5,00 e vende que é uma beleza. Eu passo... que nem essa semana mesmo, eu passo abacate por R\$ 2,00 e eles vendem a R\$ 5,00 ou R\$ 6,00, e aí acaba não vendendo. (Entrevistado 3, 2011).

Entrevistador: Parece que um Box está em torno de R\$ 60.000,00.

É isso mesmo e aí o que acaba acontecendo, a produção acaba indo para as grandes empresas de orgânicos, como a Lazaroto, Jasmine, tão tudo se influenciando aí. E com que recurso? Recurso meu, do MDA. (Entrevistado 3, 2011).

Apesar de o MDA ter investido recursos públicos para a reestruturação do Mercado de Orgânicos em Curitiba, juntamente com a Prefeitura Municipal, esse investimento não estava beneficiando os agricultores familiares agroecológicos. A estrutura montada não condiz com a realidade desses agricultores, muitos, ou a

maioria deles, não têm condições de fazer esse investimento e participar dos leilões para a obtenção de um Box. O investimento acabou por beneficiar algumas empresas do ramo, no caso a Lazarotto e Jasmine, citadas pelo entrevistado 03, assim como agricultores com maior potencial econômico.

Uma parte dos agricultores do Vale do Ribeira realiza a venda direta, dentro de suas propriedades, as pessoas buscam o produto e pagam, é simples e alguns dão preferência a essa forma de comercialização. Outros participam de feiras, em Curitiba elas estão localizadas em algumas praças: Praça do Japão e Praça da Ucrânia, além do Bairro Cabral. A estrutura das feiras é questionada, assim como a forma de tratamento que é dada aos agricultores:

As outras feiras têm alguns problemas também, mas, estacionamento é um deles, seríssimo uma delas tem estacionamento.

E o critério que eles usam para colocar a feira: tem 10 m², quantas barracas vão ter, quantos agricultores?

Aí sai atrás das barracas, atrás dos agricultores desesperadamente, Lançam edital, para você ir lá pegar uma barraca e não oferecem mais nada. Não dão estrutura nenhuma, não dá estacionamento, não dá mais nada.

A Praça do Japão é uma delas, você não consegue estacionar, porque vem o guarda e te multa. Aí vai conversar com a Diretran ahh eles não querem nem ouvir. Não adianta o agricultor ir lá, tem que ir a prefeitura.

Na verdade foi aquela [...] que colocou a feira ali, não fomos nós que fomos lá e encampamos.

E aí vai discutir com eles e não tem conversa. Não pode, não pode.

Não tem cliente porque não tem estacionamento, quem compra é quem está no prédio do lado. Para dez minutos e...

Todas as feiras têm os seus problemas, a maioria deles foi causada pela falta de planejamento, de consulta ao lugar e aos agricultores que também poderiam chegar lá e falar: Olha é o seguinte, a gente vem para cá, mas isso daqui tem que ser arrumado, não dá para trabalhar com um rio passando nos seus pés e molhando o produto no chão, não tem como.

Daí ficam preocupados se você está pisando na grama, o fiscal diz você não pode ficar sentado na grama não *(acaba ironizando a história da grama)*. (Entrevistado 4, 2011).

Apesar da preferência dos agricultores agroecológicos em comercializarem direto com os consumidores tanto em suas propriedades como nas feiras livres, alguns problemas persistem, mesmo que esses sejam de fácil solução.

Por exemplo, a questão das feiras, estamos brigando com a prefeitura a questão de estacionamento. Eu to com quatro multas e minha carteira dependurada por causa de multa. É uma coisa tão simples aí, é uma secretaria com a outra fazer uma vaga de estacionamento. Eles preferem perder nois das feiras, os consumidores achar falta do que resolver, tá há dois anos isso daí! A parte política das coisas a gente acaba sofrendo por pouca coisa. Poderia resolver por telefone, são coisas simples. É falta de vontade.

A da Praça da Ucrânia resolveu em uma semana quando viu que a coisa apertou, a menina da SMAB³⁷. Como que daí resolveu quando todo mundo ...? (Entrevistado 3, 2011).

Entrevistador: A estrutura da outra feira realizada no Passeio Público também não é diferente:

Nós temos péssimas estruturas pra feira né. No Passeio Público é um exemplo clássico disso, quando chove fica impossível ficar dentro das barracas, a água empossa. Ali e eles já reformaram três vezes, deixaram as coisas do jeito que tá fizeram, fizeram, fizeram e deixaram do jeito que estava. Só acertaram a grama que ficou perfeita, a grama tá lá toda bonitinha, mas a rua, a calçada tá lá afundando, né.

E daí para você solicitar o conserto, daí você fala com a Secretaria de Abastecimento. A Secretaria de Abastecimento vai falar com a Secretaria de Obras, a Secretaria de Obras vai falar com a Secretaria de Turismo, essas nunca se entendem.

[...]

A ideia da feira no Passeio Público, ela surgiu a partir da necessidade de melhoria daquele ambiente. Porque ali era um centro de prostituição e então ninguém mais freqüentava ali. A ideia da feira era para trazer um novo ar. Tanto é que os vizinhos nem sabem que tem a feira, ainda acham que tem um bando de prostitutas fazendo o seu comércio. (Entrevistado 4, 2011).

Entrevistador: Agora o comércio é diferente?

A ideia de trazer ali é justamente essa, trazer outra, para vitalizar aquele espaço. Só que assim, promessas nem sempre são pagas né a prefeitura diz, aí o agricultor diz outra, daí com o tempo se esquece

E aí tem outras preocupações e a coisa fica por elas', o dito pelo não dito. (Entrevistado 4, 2011)

As feiras em Curitiba apresentam-se como uma opção de comercialização para os agricultores do Território do Vale do Ribeira. Porém, devido à necessidade na venda dos produtos, os agricultores acabam convivendo com os problemas, sem que o órgão responsável os solucione, no caso a Prefeitura Municipal de Curitiba. Além dos problemas de estrutura apresentados nas feiras, eles enfrentam as péssimas condições da estrada, dependendo do tempo atmosférico fica impossível

³⁷ SMAB: Secretaria Municipal do Abastecimento

transitar, o que é possível observar na Figura 1 (BARONI, 2011; ENGELMANN, 2012), no capítulo 2.

Mesmo com todas as dificuldades existentes no Território Rural do Vale do Ribeira, os atores sociais buscam superar todos os entraves através da participação em discussões promovidas pelo Conselho Gestor do Território, pela Rede Ecovida, pela AOPA, pela EMATER, através de reuniões, fóruns e processos de formação e orientação.

CONCLUSÃO

O objetivo dessa dissertação foi o de analisar a territorialização da Agroecologia do Território Rural do Vale do Ribeira. Por que escolher o Território Rural do Vale do Ribeira? Esse território faz parte de uma das áreas da Região Metropolitana de Curitiba. De forma empírica poderíamos pensar que, pela proximidade da capital do estado do Paraná, deveria ser uma região desenvolvida economicamente. Os dados sobre essa área desfazem essa ideia, pois o Vale do Ribeira constitui-se numa região historicamente isolada pela dificuldade de acesso, de comunicação e apresenta baixos índices de desenvolvimento humano.

Devido às características apresentadas, essa região passa a fazer parte da política pública dos Territórios Rurais que têm por objetivo o desenvolvimento territorial como um todo. Mas, o que se entende por desenvolvimento? Considerando esse ser um conceito polissêmico e que, no cotidiano da sociedade, resume-se em desenvolvimento econômico, buscou-se primeiramente analisar esse conceito, o qual envolve a dimensão econômica, política, social e cultural. Esse entendimento foi necessário para interpretar a política pública proposta pelo governo federal.

O primeiro documento analisado foi de 1999, em versão preliminar, e tinha como objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável, fortalecendo, assim, a agricultura familiar. Essa política teve continuidade com novas discussões em 2003. Dois anos após o início dessas discussões, em 2005, o texto é concluído e tem o desenvolvimento rural sustentável de forma descentralizada o como carro chefe da proposta. Nesse documento é enfatizado o desenvolvimento territorial e não mais o setorial, voltado ao crescimento em diferentes segmentos, superando barreiras sociais, políticas, harmonizando-se com a cultura em prol do crescimento econômico endógeno. Houve, assim, a valorização do potencial endógeno do local e proporcionando uma melhoria na qualidade de vida dos atores sociais presentes no território. (BRASIL, 1999, 2005).

O grande desafio para o desenvolvimento rural sustentável, mencionado pelo governo federal (2005), é eliminar a pobreza de ¼ da população brasileira, com a inclusão no processo de desenvolvimento do País. Mas, para superar esse desafio

e reduzir a pobreza, seriam necessárias a constante distribuição de renda e melhorias nas condições de vida da população.

Essa discussão está longe de ser encerrada, pois a política descrita pelo governo e sua materialização no território passa por obstáculos muitas vezes difíceis de transpor e ainda há a má vontade ou despreparo técnico dos gestores locais. Analisando os documentos e confrontando com a fala dos entrevistados, foi constatado que o tempo é um desses obstáculos, pois o tempo de execução de uma ação nem sempre é o tempo da gestão local, ou seja, ultrapassa uma gestão de quatro anos, passa a ação de um gestor para o outro e nada se faz. O agricultor que trabalha de sol a sol em prol das melhorias de sua propriedade, melhoria na qualidade de vida e consequentemente as melhorias de sua comunidade acaba sendo prejudicado. Um exemplo disso foi o que ocorreu no Território Rural do Vale do Ribeira: a instalação de uma despulpadora. A promessa de instalação da despulpadora seria para agregar valor ao produto e ao mesmo tempo evitar a perda da produção, a qual em muitos momentos é descartada por não ter colocação no mercado. A despulpadora amenizaria parte dos problemas, porém, o governo estadual não agilizou o processo de regularização do local onde ela seria instalada, no município de Cerro Azul. Assim, nesse tempo de indefinição, por falta de local apropriado para a instalação da máquina, deu tempo de mudar o gestor local e estadual e a situação não foi resolvida.

Promover o desenvolvimento local requer conhecimentos das características desse local e dos atores sociais que fazem parte dele. As mudanças precisam tomar a direção de dentro para fora, debaixo para cima, através de um projeto que considere as necessidades da comunidade e valorize o seu potencial endógeno. Isso foi possível constatar na fala de alguns entrevistados, principalmente daqueles atores que atuam no território, assim como na descrição de Raffestin (1993), em que a territorialidade apresenta uma visão tridimensional: tempo, espaço e sociedade. Essa concepção de territorialidade pode ser relacionada ao Território Rural que foi implantado pelo governo federal com uma política pública, mas que não surgiu repentinamente e foi constituído com o tempo, a partir do qual os atores sociais sentem-se pertencidos a esse território. Nesse espaço a sociedade foi constituída e desenvolveu suas atividades sociais, econômicas, culturais e políticas.

O termo Território é utilizado para a delimitação do espaço de atuação da política proposta, ele não se resume à base física, é no território que ocorre uma

rede de relações sociais, econômicas e políticas. Na própria fala dos entrevistados observa-se a afirmação de que pertencem ao Território Rural do Vale do Ribeira e de forma alternativa organizaram-se em pequenos grupos, os quais fazem parte de uma rede: Rede Ecovida. Com essa participação eles conseguem se inteirar das políticas do governo, da realização de cursos de formação, das orientações para organizarem suas propriedades dentro dos princípios da agroecologia, da obtenção da certificação participativa e da comercialização de seus produtos.

Considerando as características físicas do Vale do Ribeira, e a agricultura desenvolvida dentro dos princípios da agroecologia, poderíamos arriscar que eles formam um território alternativo, organizado dentro dos interesses desses grupos.

Mas por que a Agroecologia se torna viável para essa área? Os estabelecimentos familiares predominantes no Vale do Ribeira e, na constituição desses há o relevo dobrado que limitou a agricultura mecanizada difundida durante a “Revolução Verde”.

Assim, nas pequenas propriedades, é possível desenvolver uma agricultura alternativa dentro dos princípios da agroecologia, como um novo paradigma, valorizando os conhecimentos e experiências dos agricultores, trabalhando para a sustentabilidade dos agroecossistemas e para o desenvolvimento rural mais humanizado. Além de tudo isso, a Agroecologia pode colaborar para um desenvolvimento rural mais sustentável. (CAPORAL, 2009)

O agricultor, de acordo com suas experiências, tem o conhecimento do tipo de solo, de como e o que plantar. Constatou-se isso na pesquisa realizada por Floriaini (2011), no município de Rio Branco do Sul. Na fala desses agricultores é possível exemplificar esse conhecimento. Porém, nesta dissertação defende-se a importância de unir os conhecimentos científicos ao empírico. Acrescentando ainda a importância de repassar para o agricultor o conhecimento sobre o potencial endógeno para planejar e organizar sua propriedade, não correndo mais riscos que o necessário. Isso porque alguns mencionam em suas falas o fato de que perdiam suas produções de poncã (tangerina) devido à grande quantidade da fruta existente no Vale do Ribeira.

Em reunião do Colegiado do Território (2011), no município de Cerro Azul, novos dados foram levantados. Através de uma oferta do governo, foi contratado a DESER (Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais) para a elaboração de um estudo sobre as cadeias produtivas no Território Rural no Vale do Ribeira. Essa

contratação não se caracterizou como uma demanda dos atores locais, mas sim como uma imposição do governo federal. Para o entrevistado 1, trabalhar na perspectiva de Cadeias Produtivas “é um atentado”, e acrescentou que a aptidão desse território é voltada à Agroecologia. O estudo de Cadeias Produtivas talvez contribua para o desenvolvimento, pois no PTDS já há a apresentação das demandas para o Território.

Na exposição do agrônomo da DESER, o estudo foi embasado em duas Cadeias Produtivas: poncã e banana, com a defesa da ideia da ampliação da produção da poncã nessa área devido às características do solo, clima e o relevo. Outro fator analisado foi a aparente facilidade em comercialização, considerando sua proximidade de Curitiba. Devido à topografia acidentada da região, não é indicada a produção de culturas temporárias. Assim, ocorreu nessa reunião a defesa da produção da poncã e da banana e o aperfeiçoamento das técnicas empregadas nos pomares já existentes, além do incentivo para a produção agroecológica dessas culturas.

Considerando que a produção da poncã é sazonal, a sugestão da DESER é a ampliação para outros *cítrus*, garantindo, assim, a renda dos agricultores familiares durante todo o ano. Os participantes da reunião do conselho veem com cautela tal aptidão pelos excessos e dificuldades de colocação de toda a produção. Foi mencionada também a produção de horticultura, porém os estudos ficaram limitados apenas às duas culturas mencionadas, devido à escassez de recursos para dar continuidade à pesquisa encomendada pelo MDA, segundo informações ela será realizada em outra oportunidade.

Contrapondo a pesquisa realizada pela DESER, considerando que os agricultores conhecem o Vale do Ribeira e as dificuldades que já enfrentaram na colocação da produção da poncã no mercado, muitos optaram em rever a organização de suas propriedades e convertê-las para uma propriedade agroecológica no cultivo de espécies olerícolas. Dessa forma, entendemos que não se respeitou o conhecimento dos agricultores familiares que já têm a experiência com a produção de poncã e com a dificuldade em comercialização.

A dificuldade em relação a essa forma de fazer a agricultura é decorrente em parte do tempo de transposição de convencional para o agroecológico, que varia de três a cinco anos. Alguns agricultores não conseguem esperar por esse tempo e desistem durante o processo de transição. Outra dificuldade nesse processo é o

tempo necessário para as discussões em grupo, a assistência técnica precária e o processo de formação para essa atividade. Portanto, a territorialização da Agroecologia no Vale do Ribeira ocorre em passos lentos. Os agricultores já certificados aprovam essa forma de fazer agricultura e procuram divulgar para seus vizinhos.

No ano de 2012 o governo federal deixou implícito o incentivo à Agroecologia, dentro de uma das linhas de crédito do PRONAF. Essa linha de crédito é voltada ao investimento dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, inclui o custo relativo da implantação e manutenção do empreendimento. O PRONAF Agroecologia colabora para o desenvolvimento rural sustentável, proposto já nos documentos analisados de 1999.

Inicialmente, a proposta do governo estava voltada ao desenvolvimento rural dos Territórios Rurais, esses se caracterizam por um conjunto de municípios que apresentam o mesmo perfil econômico e ambiental e, pela sua identidade, seu início foi em 2003. Esses territórios correspondem à base dos Territórios da Cidadania³⁸. Os territórios da Cidadania têm como objetivo geral superar a pobreza e a geração de trabalho e renda no meio rural por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Seus objetivos específicos consistem em incluir produtivamente as populações pobres dos territórios, buscar a universalização de programas básicos de cidadania, planejar e integrar as políticas públicas e ampliar a participação social. (MDA, 2009)

A partir de 2008, sobrepondo ao Território Rural do Vale do Ribeira, o governo propõe o Território da Cidadania, que tem por objetivo promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania, considerando para isso o desenvolvimento territorial sustentável, isso com a participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios. O Território da Cidadania aumenta a participação de outros ministérios: Casa Civil, Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Cidades, Ciência e Tecnologia, Comunicações, Cultura, Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Educação, Fazenda, Integração Nacional, Justiça, Meio Ambiente, Minas e Energia, Planejamento, Orçamento e Gestão, Saúde, Trabalho e Emprego,

³⁸ O Decreto de 25 de fevereiro de 2008 institui o programa territórios da cidadania.

Lei nº 12.249, de 11/6/2010, artigos 104 a 109, disciplina as transferências obrigatórias de recursos financeiros da União para municípios com menos de 50.000 habitantes, integrantes do Programa Territórios da Cidadania.

além de algumas secretarias especiais: Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Secretaria Geral da Presidência da República e Secretaria de Relações Institucionais.

Anualmente, as ações que integram o Programa são organizadas em três eixos: Apoio a Atividades Produtivas, Cidadania e Direitos e Infraestrutura. Esses eixos dividem-se em sete temas: Organização Sustentável da Produção, Ações Fundiárias, Educação e Cultura, Direitos e Desenvolvimento Social, Saúde, Saneamento e Acesso à Água, Apoio à Gestão Territorial e Infraestrutura.

Na prática, o que muda do Território Rural para o Território da Cidadania? Segundo os entrevistados 1 e 2, o caráter rural permanece, porém as ações propostas para o território ocorrem de forma integrada entre os ministérios e organizações do governo federal que atuam transversalmente. Com o Território da Cidadania se tem mais informações sobre os recursos destinados ao território, onde estão alocados, em que município e qual é o nível de operacionalização. Com esse programa é possível os atores sociais elencarem as prioridades e necessidades que não foram mencionadas pelos governos federal, estadual e municipal. Atualmente, no Brasil, totalizam 120 Territórios da Cidadania e 164 Territórios Rurais.

Apesar dessa alteração e da integração de vários ministérios para a concretização de ações voltadas ao desenvolvimento territorial sustentável, as dificuldades persistem. No ano de 2012, devido às regras de gestão do território, determinadas pelo MDA, foi realizada uma nova licitação para a contratação do assessor no Território Rural do Vale do Ribeira. Nesse processo, um novo assessor começou a atuar na função, mas no segundo semestre desse ano foi para outra função. Buscando informações sobre o andamento do Território através de um email, tomamos conhecimento de que:

[...] pelo que soube ele não conseguiu evoluir, creio eu que o Fórum precisa de uma reconstrução de dentro para fora, lamentavelmente alguns dos atores externos apenas contribuíram para detonar com a frágil organização do Vale ou você tem dúvidas disso? (Entrevistado 1, 2012)

Analisando essa colocação, os documentos disponibilizados, revendo as falas dos entrevistados e percorrendo alguns trechos do Território Rural do Vale do Ribeira, é possível constatar que a mudança é lenta e necessita da atuação eficiente de todos: atores sociais, governo federal, estadual e municipal, instituições

governamentais e ONGs; caso contrário, o sucesso da política está comprometido. Considerando ainda que os que defendem essa política são os atores sociais mais envolvidos nas discussões, porém alguns percebem que a sua materialização é quase impossível.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. 2 ed. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

ABRAMOVAY, R. Agricultura Familiar e desenvolvimento territorial. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, v. 28, nº 1, 2, 3, 29, jan/dez 1998 e jan/ago 1999.

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro, IPEA, 2000. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2000/td0702.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2009.

ABRAMOVAY, R., BEDUSCHI F^o, L. C. Desafios para o desenvolvimento das regiões rural. **Revista Nova Economia**. Belo Horizonte: v. 14, nº 03, set-dez 2004, p.35-70. Disponível em: <<http://www.face.ufmg.br/novaeconomia/sumarios/v14n3/140302.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2008.
Acesso em: 15 ago. 2010.

ALMEIDA, D. et al. **Agricultura Orgânica** - Expandindo o conhecimento. Embrapa: 2005. Disponível em: <http://www.cnpab.embrapa.br/publicacoes/artigos/expandindo_conhecimento.html>. Acesso em: 12 dez. 2011.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ALVES, A. F. Conhecimentos convencionais e sustentáveis: uma visão de redes interconectadas. In.: ALVES, A. F., CORRIJO, B. R., CANDIOTTO, L. Z. P. (orgs) **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 63 - 80.

AMARAL, M. G., FERREIRA, A., LEOPOLDI, M. A. **Instituições Locais e Desenvolvimento Regional**: Um Estudo de Caso na Região Sul do Estado do Rio de Janeiro. In: APDR Congress Innovation and Regional Dynamics, Congress: 18 th. Faro: University of Algarve. p. 962 – 982. Disponível em: <http://www.apdr.pt/congresso/2012/pdf/SESSION_F1.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2012.

ARAÚJO, V. M. Estratégias de Desenvolvimento Territorial: A Experiência da Terceira Itália e do Município de Catalão, Goiás, Brasil. **Revista de Economia**, Anápolis, v.7, n.1, p. 120-134, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.nee.ueg.br/seer/index.php/economia>>. Acesso em: 30 jun. 2012.

ASTURIAN, R.. **Mercado de Orgânicos é inaugurado em Curitiba**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/134/codInterno/20238>>. Acesso em: 02 dez. 2008.

BOISIER, S. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e políticas públicas**. Brasília, nº 13, p. 111 – 143, jun. de 1996.

_____. Post-scriptum sobre desenvolvimento regional: modelos reais e modelos mentais. **Planejamento e políticas públicas**. Brasília, nº 19, p. 307 – 343, jun. de 1999.

BONI, V; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Santa Catarina, v. 2, nº 1 (3), p. 68-80, janeiro-julho/2005. Disponível em: <<http://www.journal.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>>. Acesso em: 10 dez. 2011.

BRANDENBURG. A. **Movimento agroecológico**: trajetória, contradições e perspectivas. In: I Encontro Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 6 a 9 Novembro de 2002, Indaiatuba: 2002, p. 01-21. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/agricultura_meio_ambiente/Alfio%20Brandenburg.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2012.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 7. 1999**. Disponível em: <<http://exranet.agricultura.gov.br/sislegis-consulta/consultarLegislacao.do?operacao=visualizar&id=1662>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

_____. **Lei 11.326, de 24 de junho de 2006**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_fa_miliar_2006/default.shtm>. Acesso: 05 jan. 2011.

_____. Ministério da Agricultura. Instituto Nacional de Colonização para a Reforma Agrária. **Instrução Especial INCRA nº 20, de 28 de maio de 1980**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/institucional/legislacao--/atos-internos/instrucoes/category/30-instrucoes-especiais>>. Acesso em: 01 abr. 2012.

_____. Ministério da Agricultura. Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa nº 46, de 6 de outubro de 2011**. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.cpra.pr.gov.br/arquivos/File/Instrucaonormativa.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Apresentação sobre o Programa Território da Cidadania**. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/xowiki/portlets/territorios/pages/folder-chunk>>. Acesso em: 18 out. 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/ Condraf, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/NEAD, 2003. Disponível em:

<http://www.nead.gov.br/portal/nead/arquivos/view/publicacoes-ead/publicacoes/arquivo_253.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil**. Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável, NEAD. Brasília, 2005. Disponível em: <www.mda.gov.br>. Acesso em: 02 fev. 2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria Do Desenvolvimento Territorial. **Visão de Futuro: Projeto Vale do Ribeira Sustentável**, 2010.

_____. Ministério Especial de Políticas Fundiárias. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Secretaria de Desenvolvimento Rural. **Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural: política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado**. Brasília: MEPF/ INCRA, 1999 (versão preliminar). Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/nead/arquivos/view/textos-digitais/Artigo/arquivo_24.pdf>. Acesso em: set. 2011.

_____. Presidência da República, Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei 12.249, de 11 de junho de 2010**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12249.htm>. Acesso em: 18 set. 2012.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm>. Acesso em: 20 mar. 2012.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003**. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.831.htm>. Acesso em: 04 jul. 2012.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/institucional/novaleideater>>. Acesso em: 04 jul. 2012.

BRASÍLIA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Orientações gerais para a elaboração e qualificação do PTDRS: guia de planejamento territorial**. Brasília: 2010.

BRUMER, A.; TAVARES DOS SANTOS, J. V. Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX). **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 9, nº 9, p. 49-72, jul-dez/ 2006.

CAMPOS, M. C., TSUKAMOTO, R. Y. As principais correntes da agricultura não convencional. In: CARVALHO, M. S. de (org), **Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Londrina: a autora, 2003, p. 15-33.

CANDIOTTO, L. Z. P. Uma reflexão sobre ciência e conceitos: o território na Geografia. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (orgs). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

CAPORAL, F. R. **Agroecologia**: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. Brasília: 2009. 30 p. Disponível em: <portal.mda.gov.br/o/6235009>. Acesso em: 30 jul. 2012.

_____. **Política Nacional de Ater**: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. Brasília: 2005. Disponível em: <<http://agroecologia.pbworks.com/f/Pnater-+primeiros+passos+....+Caporal.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2012.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**: perspectivas para uma nova extensão rural. Porto Alegre: 2000. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/flg0563/2s2012/CAPORAL_e_COSTABEBER_agroecologia.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2012.

_____. Segurança alimentar e agricultura sustentável: uma perspectiva agroecológica. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 1, n. 1, 2006. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/ojs2/index.php/rbagroecologia/article/view/5840/4160>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://agroecologia.pbworks.com/f/Agroecologia++Novo+Paradigma+EXt+rural+agroeco.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2011.

Conferência Regional de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Vale do Ribeira. Registro: IDESC, MMA, 2006. 37 p. Disponível em: <<http://www.idesc.org.br/arquivos/docs/Agenda21%20VALE%20%20RIBEIRA%20SUSTENTAVEL.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

CORRÊA, R. L. Dimensões de análise das redes geográficas. In: CORRÊA, R. L. (org) **Trajetórias geográficas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 107-118.

CUNHA, L. A. G. **Desenvolvimento Rural e Desenvolvimento Territorial**: o caso do Paraná Tradicional. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Seropédica: UFRRJ, 2003.

_____. Desenvolvimento territorial: algumas reflexões teórico-conceituais derivadas de estudos monográficos. In: ALVES, A. F., CORRIJO, B. R.,

CANDIOTTO, L. Z. P. (orgs). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 47 - 61.

_____. Por um projeto sócio espacial de desenvolvimento. **Revista de História Regional**, vol.3, nº 2, Departamento de História, UEPG, Inverno 1998. p. 91-114. Disponível em <[http://www.revistas.uepg.br/index.php?journal=rhr&page=article&op=view&path\[\]=110](http://www.revistas.uepg.br/index.php?journal=rhr&page=article&op=view&path[]=110)>. Acesso em: 21 set. 2010.

_____. Território, desenvolvimento territorial e o “novo mundo rural”. **Revista Emancipação**, v.7, nº 1, p. 165-176, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/91/89>>

DAROLT, M. **Cenário internacional: situação da agricultura orgânica em 2003**. Disponível em: <http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/Darolt%20-%20Atualiza%20Agric%5B1%5D.Org.%20Mundo%202003.pdf>. Acesso em: 09 set. 2009.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, n. 115, p. 139 - 154, março/ 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/cp/n115/a05n115.pdf>> Acesso em: 05 fev. 2012.

DURAN, M. F. Módulos Fiscais dos municípios do Paraná. Disponível em: <<http://www.ambienteduram.eng.br/modulo-fiscal>>. Acesso em: 02 maio 2012.

EHLERS, E. **O que é agricultura sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In.: SACHS, W (editor).(tradutores Vera Lúcia M. Joscelyne, Susana de Gyalokay, Jaime A. Clasen). **Dicionário de Desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

FLORIANI, N. et al. Desvendando os *terroirs* agroecológicos de Rio Branco do Sul-PR: uma abordagem geo-sócio-agronômica da paisagem rural e do diagnóstico participativo do território. **Revista Geografar**, Curitiba, v.3, n.1, p.34-57, jan./jun. 2008. Disponível em: <www.ser.ufpr.br/geografar>. Acesso em: 18 jul. 2012.

FLORIANI, N. **Saberes e práticas de territórios agroecológicos**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2011.

FONTE, J. R. **Limitações e possibilidades para o desenvolvimento do Vale do Ribeira**. Tese (Doutorado em agronomia) - Curitiba: UFPR, 2006. Disponível em: <<http://www.cerroazul.tur.br/dados/JoseRobertoDaFonte.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2012.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**, 2 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2001.

GOMES, J. C. C., **As bases epistemológicas da agroecologia**. 1999. Disponível em:

<<http://www.mda.gov.br/portal/institucional/busca?cx=006027766869131785344%3Aythqh-jrkhc&cof=FORID%3A10&ie=UTF-8&q=bases+epistemol%C3%B3gicas&sa=Buscar#1084>>. Acesso em: 10 out. 2010.

GONZÁLEZ, S. La geógrafa escalar del capitalismo actual. **Pegada Eletrônica**. Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT), v.4, n.1, jun. 2005. Disponível em: <<http://paginas.terra.com.br/educacao/ceget/sarapeg05.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2010.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialização**. 3 ed. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 2007.

_____. **Territórios Alternativos**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

HESPAHOL, R. A. de M.. Agroecologia: Limites e perspectivas. In.: ALVES, A. F., CORRIJO, B. R., CANDIOTTO, L. Z. P. (orgs) **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 117 – 136.

HOUAISS, A. VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

KARAM, K. F. a mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 12, n.1, p. 303-320, jan./ abr. 2004. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9458/8700>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

LARAIA, R. de B. **Cultura: um conceito antropológico**, 21 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MAACK, R. **Geografia Física, do estado do Paraná**. 3 ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

MACHADO, U. **Curitiba inaugura este ano mercado de orgânicos com apoio do MDA**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=3561692>. Acesso em: 12 dez. 2011.

MAGNANTI, N. J. Circuito Sul de circulação de alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia. **Revista Agriculturas**, Rio de Janeiro, v.5, n.2, p.26-29, 2008. Disponível em: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/05/Agriculturas_v5n2.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2012

MALUF, R. S. Atribuindo sentido(s) à noção de desenvolvimento econômico, **Estudos Sociedade e Agricultura**, 15, outubro 2000: 53-86.

MARFIL, J. A. **Rede Ecovida de Agroecologia**. Disponível em: <www.fn-de.gov.br/index.php/arq...ofiagroecoredeecovida/download>. Acesso em: 09 ago. 2012.

MATTER, V. **Versão resumida do PTDRS**. Mensagem recebida por: <agricultura@bocaiuvadosul.pr.gov.br> em: 15 ago. 2012.

MELÃO, I. B. Desenvolvimento Rural Sustentável a Partir da Agroecologia e da Agricultura Orgânica: O Caso do Paraná, **Nota Técnica Iparde**s, Curitiba, n.8, out., p. 01 – 27, 2010. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/NT_08_desenv_rural.pdf. Acesso em: 13 fev. 2012.

MIRANDA, C., TIBURCIO, B. (org). Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). **A Nova Cara da Pobreza Rural: desafios para as políticas públicas**, Brasília: IICA, 2012. (Série desenvolvimento rural sustentável; v.16).

MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. **Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. Tese (Doutorado em Geografia) – Presidente Prudente: UNESP, 2006. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/Jorge/jorgetese.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2010.

MORAES, A. C. R. (org). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.

OLIVEIRA, D. de. SANTOS, L. C. R. dos. (Org). **Caderno de formação: certificação participativa de produtores ecológicos**. Florianópolis: Rede Ecovida de Agroecologia, 2004, 48 p. Disponível em: <http://www.ifoam.org/about_ifoam/standards/pgs/pdfs/EcovidaManual_Portug.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração sobre o direito ao desenvolvimento**. Nova Iorque, 1986. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/spovos/lex170a.htm>>. Acesso em: 23 abr. 2011.

PARANÁ. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Diagnóstico socioeconômico do Território Ribeira: 1ª fase: caracterização global** / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Curitiba: IPARDES, 2007.

_____. **O mercado de orgânicos no Paraná: caracterização e tendências** / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social e Instituto Agrônomo do Paraná. – Curitiba: IPARDES, 2007. Disponível em: http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/mercado_organicos_2007.pdf. Acesso em: 13 dez. 2011.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Com desigualdade, IDH-D do Brasil cai 19%, aponta nova metodologia do PNUD:** Cálculo aplicado à América Latina reduz o Índice de Desenvolvimento Humano conforme as diferenças de rendimento, educação e saúde. Brasília, 23/07/2010. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3524&lay=pde>. Acesso em: 16 ago. 2010

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4 ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS, R. A. dos, MARSCHNER, W. Identidade Territorial e desenvolvimento: a formulação de um Plano Territorial de desenvolvimento rural sustentável do Território do Sudoeste do Paraná. In.: ALVES, A. F., CORRIJO, B. R., CANDIOTTO, L. Z. P. (orgs) **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 95 – 113.

SAQUET, A. A., Reflexões sobre a agroecologia no Brasil. In.: ALVES, A. F., CORRIJO, B. R., CANDIOTTO, L. Z. P. (orgs) **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p.137 - 153.

SAQUET, M. A. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**. Florianópolis, v. 22, n. 43, p 55-76, jan./jun. 2007. Disponível em: www.periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/download/.../11806. Acesso em: 10 ago. 2009.

SAQUET, M. A. SPOSITO, E. S. Territórios, territorialidades e desenvolvimento: Diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. In.: ALVES, A. F., CORRIJO, B. R., CANDIOTTO, L. Z. P. (orgs) **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p.15 - 31.

SAQUET, M. A., SOUZA, P. de, SANTOS, R. A. dos. Agricultura familiar agroecológica em Itapejara do Oeste - PR, **Revista Anpege**, v.6, jan/dez 2010.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**. Porto Alegre: ano 6, nº 11, p. 88-125, jan/jun 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n11/n11a06.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2009.

_____. Território, ruralidade e desenvolvimento. In: VELÁSQUEZ LOZANO, Fabio.; MEDINA, Juan Guillermo Ferro (Editores). (Org.). **Las Configuraciones de los Territorios Rurales en el Siglo XXI**. 1 ed. Bogotá/Colombia: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2009, v. 1, p. 67-108.

SOUZA, M. J. L. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v.1, n. 1, p.5-22, jul/dez, 1996. Disponível em <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/01_2_souza.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2010.

_____. Algumas notas sobre a importancia do espaço para o desenvolvimento social. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano II, nº 3, p. 13 – 35, jul./dez. 1997,

_____. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de, GOMES, P. C. da C., CORREA, R. L. (org) **Geografia: conceitos e temas**. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

VEIGA, J. E. da. Desenvolvimento Rural: O que é rural? O que é urbano. Rumos. Rio de Janeiro. **RUMOS Economia & Desenvolvimento para os novos tempos**. Nov.-Dez. 2003, Ano 28, n. 212 [ABDE], p. 4-8. Entrevista concedida a Luiz Claudio Dias Reis Disponível em: <<http://www.zeeli.pro.br/2835>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

VILLA VERDE, V. **Territórios, ruralidades e desenvolvimento**. Curitiba: IPARDES, 2004. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/primeira_versao/territorios.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2011.

WANDERLEY, M. DE N. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, p. 87-145, 15 out. 2000. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/art/200010-087-145.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2010.

YANO, C. Mercado Municipal de Orgânicos é inaugurado em Curitiba. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 fev. 2009. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=857049>>. Acesso em: 10 set. 2010.

<http://www.ecovida.org.br/a-rede/>

<http://www.embrapa.br/>

<http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 01 fev. 2009.

<http://www.mda.gov.br/sdt/index.php?sccid=476>. Acesso em: 05 set. 2009

APÊNDICES

**Apêndice A - Entrevista para os agricultores que desenvolvem a agricultura
voltada aos princípios da Agroecologia.**

Entrevista para os agricultores que desenvolvem a agricultura voltada aos princípios da Agroecologia.

01 – Dados referente a propriedade:

- a) Localização da propriedade:
- b) Tamanho:
- c) Números de pessoas residentes e que trabalham:
- d) Tipo de cultura produzida:
- e) Início da agricultura dentro dos princípios Agroecológicos:

02 – O que o levou a fazer a produção voltada a agricultura com princípios da Agroecologia?

03 – Qual é o destino da produção?

04 – No que melhorou a renda familiar com a mudança no sistema de produção?

05 – A propriedade conta com algum tipo de recurso externo? Caso a resposta seja positiva, ele é proveniente de que instituição?

06 – Qual é o conhecimento que se tem sobre a formação do Território Rural do Vale do Ribeira?

**Apêndice B - Entrevista voltada aos membros do Conselho Gestor do
Território Rural do Vale do Ribeira**

Entrevista voltada aos membros do Conselho Gestor do Território Rural do Vale do Ribeira

01 – Como ocorreu a implantação do Território Rural do Vale do Ribeira? Quem participou?

02 – Todos os municípios, que formam o território, participam das discussões?

03 - Quantos aos valores enviados pelo MDA:

a) São suficientes para desenvolver as ações propostas?

b) Qual é a média de valores enviados?

c) Como as ações do MDA concretizam-se no território?

d) Quem administra os recursos enviados pelo MDA?

04 - Quais são as ações do MDA, voltadas a produção sustentável?

05 – Quais foram as melhorias ocorridas na região a partir da implementação do Território Rural?

06 – O interesse em organizar a propriedade dentro dos princípios da Agroecologia parte dos agricultores ou há um convencimento do conselho, ou outra instituição que atua no Vale?

07 – Quais são as ONGs que atuam no território?

08 – De que forma os agricultores que praticam a Agroecologia encontram-se organizados?

09 – Quantas propriedades estão organizadas dentro dos princípios da Agroecologia?